

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Arquitetura  
Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Murilo Luiz Gentil de Oliveira

**A ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO INTERDISCIPLINAR “DIMENSÕES  
DA SUSTENTABILIDADE DA FAZENDA MODELO DA UFMG”**

Belo Horizonte  
2012

Murilo Luiz Gentil de Oliveira

**A ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO INTERDISCIPLINAR “DIMENSÕES  
DA SUSTENTABILIDADE DA FAZENDA MODELO DA UFMG”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Linha de pesquisa: Gestão do Patrimônio no Ambiente Construído

Orientadora: Professora Marieta Cardoso Maciel

Murilo Luiz Gentil de Oliveira

**A ANÁLISE DOCUMENTAL DO PROJETO INTERDISCIPLINAR “DIMENSÕES  
DA SUSTENTABILIDADE DA FAZENDA MODELO DA UFMG”**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Marieta Cardoso Maciel – EA/UFMG - Orientadora

---

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

---

Prof. Dr. Silvio Pinto Ferreira Júnior

Belo Horizonte 26 de agosto de 2012

Dedico este trabalho à Cibele, meu único e grande amor - exemplo de força e coragem - cujos incentivos, dedicação e sacrifícios me proporcionam os estudos. Agradeço ainda aos meus tesouros, Natália, Taís e Bruna – tudo é por elas - que perderam momentos de lazer enquanto eu estudava. E ainda à minha sogra – esteio de todos nós – que dos bastidores sempre nos apoiou.

## Agradecimentos

Enquanto nos abraçávamos, em meio a gritos de alegria e emoção, devido a aprovação no concurso, a Bruna – minha filha caçula – me diz: “Parabéns papai! Mas o que é mestrado?”

É enorme, sem sobra de dúvidas, a minha necessidade de agradecer algumas pessoas. E corro o risco de cometer injustiças ao me esquecer de alguém. Mas não tenho como deixar de agradecer ao Márcio Flávio Torres Pimenta, que me apresentou o curso, por saber da minha fome por conhecimento;

Minha orientadora, professora Marieta Cardoso Maciel, que carinhosamente me recebeu e passou as diretrizes a serem seguidas;

Ao professor Silvio Pinto Ferreira Júnior, que transplantou minhas ideias para o fértil terreno da Fazenda Modelo;

Aos meus irmãos, Rogério, Helton, Martha, Morvan e André, que se alegram de alguma forma;

A Lelé, que tanto esperou para a normalização;

A Victoria Greco, que me recebeu de braços abertos;

Ao vice-reitor do Centro Universitário UNA Átila Simões e ao diretor do *campus* Aimorés, Edvander Luis Moura, que compreensivelmente flexibilizaram meus horários de trabalho;

A toda minha equipe de trabalho, Eneida, Michael, Hugo, Celiana, Nubia, Wogel e Reginalda, que me transmitiram segurança quando estava fora, realizando pesquisas;

Dona Edi, Cibele, Natália, Taís e Bruna, que me permitiram, apoiaram, passaram segurança...

Minha mãe não acreditaria.

Amo vocês.

Obrigado!

## RESUMO

Este trabalho aborda o Projeto Dimensões da Sustentabilidade da Fazenda Modelo da UFMG e a história desta, desde sua criação aos dias atuais. A posse pelo Governo de Minas Gerais, a transferência para o Governo Federal e as desapropriações por utilidade pública desde 1941, que geraram problemas de justiça por anos a fio, o Centro de Produção Sustentável e suas inúmeras atividades, perpassando pela interdisciplinaridade, sustentabilidade e a preocupação com os documentos encontrados durante a pesquisa, realizando uma análise documental e apresentando diretrizes para a preservação desses documentos assim como para a disseminação das informações contidas nestes, assegurando a preservação dos referidos documentos para as futuras gerações.

**Palavras-chave:** Análise documental; Interdisciplinaridade; Patrimônio; Preservação; Sustentabilidade; Turismo.

## ABSTRACT

This paper discusses the Project Dimensões da Sustentabilidade da Fazenda Modelo da UFMG and this story, since its inception to the present day. The ownership by the Government of Minas Gerais, the transfer to the Federal Government and the expropriation for public utility since 1941, resulting in problems of justice for years, the Center for Sustainable Production and its many activities, passing by interdisciplinarity, sustainability and concern with the documents found during the search, conducting a document analysis and presenting guidelines for the preservation of these documents as well as for the dissemination of the information contained in these, ensuring the preservation of those documents for future generations.

**Keywords:** Document analysis; Interdisciplinarity; Heritage; Preservation, Sustainability, Tourism.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 - Armário de guarda dos documentos .....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 2 - Documentos da Fazenda Modelo.....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 3 - Entrada da Fazenda nos anos 1950.....</b>	<b>29</b>
<b>Figura 4 – Cavalos árabes na Fazenda Modelo na década de 1950.....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 5 – Vista aérea da Fazenda Modelo .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 6 – Mapa da Fazenda em 1999 .....</b>	<b>47</b>
<b>Figura 7 - Perspectiva da Fazenda Modelo, revelando fundos de vale e topos de morro</b>	<b>54</b>
<b>Figura 8 - - Mapa de vegetação da Fazenda Modelo UFMG.....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 9 - Mapa hipsométrico da Fazenda Modelo UFMG .....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 10 – Mapa de declividades da Fazenda Modelo UFMG .....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 11 - Mapa geológico da Fazenda Modelo UFMG.....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 12 - Aspecto do solo da Fazenda .....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 13 - Aspecto do solo da Fazenda .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 14 - Mapa de hidrografia da Fazenda Modelo UFMG .....</b>	<b>65</b>
<b>Figura 15 - Resultados do monitoramento da qualidade das águas da bacia do rio das Velhas, em 2006 .....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 16 - Mapa de processos minerários na Fazenda Modelo UFMG.....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 17 - Mapa de potencial mineral no município de Pedro Leopoldo.....</b>	<b>71</b>
<b>Figura 18 - Perspectiva da Fazenda Modelo .....</b>	<b>76</b>
<b>Figura 19 – Aspectos da área invadida.....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 20 - Rua de área invadida.....</b>	<b>77</b>
<b>Figura 21 - Casa da Fazenda onde Chico Xavier psicografava e onde é hoje o museu ...</b>	<b>96</b>
<b>Figura 22 - Chico Xavier (terceiro da direita para esquerda) com grupo de adeptos do Espiritismo .....</b>	<b>97</b>
<b>Figura 23 - Pinturas semelhantes a arabescos e florais.....</b>	<b>98</b>



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados.....	78
Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados.....	79
Gráfico 3 – Profissão dos entrevistados.....	79
Gráfico 4 – Ocupação dos entrevistados .....	80
Gráfico 5 – Renda individual dos entrevistados .....	81
Gráfico 6 – Renda familiar por salário mínimo .....	81
Gráfico 7 – Estado civil dos entrevistados.....	82
Gráfico 8 – Grau de escolaridade dos entrevistados .....	83
Gráfico 9 – Moradores nascidos em Pedro Leopoldo .....	83
Gráfico 10 – Estado de origem dos moradores .....	84
Gráfico 11 – Tempo de residência em Pedro Leopoldo .....	84
Gráfico 12 – Tempo de residência na Fazenda Modelo .....	85
Gráfico 13 – Tipo de moradia.....	85
Gráfico 14 – Número de moradores na mesma residência .....	86
Gráfico 15 – Número de filhos.....	86
Gráfico 16 – Idade dos filhos .....	87
Gráfico 17 – Local de nascimento dos filhos .....	87
Gráfico 18 – Local de nascimento do cônjuge.....	88
Gráfico 19 – Porque reside em Pedro Leopoldo .....	88
Gráfico 20 – Religião .....	89
Gráfico 21 – Trabalha na Fazenda Modelo .....	89
Gráfico 22 – Trabalhou na Fazenda Modelo .....	90
Gráfico 23 – Problemas de infraestrutura .....	90
Gráfico 24 - Benefícios .....	91

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGAL	Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPS	Centro de Produção Sustentável da UFMG
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FEB	Federação Espírita Brasileira
IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas
IUCN	<i>World Conservation Union</i>
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
WWF	<i>World Wildlife Fund</i>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 INTERDISCIPLINARIDADE, PRESERVAÇÃO E ANÁLISE DOCUMENTAL .....</b>	<b>15</b>
2.1 A Fazenda e a interdisciplinaridade .....	15
2.2 A Fazenda e a análise documental .....	19
2.3 A preservação documental.....	23
2.4 Fatores de degradação de documentos .....	26
<b>3 A FAZENDA MODELO .....</b>	<b>28</b>
3.1 O primeiro estabelecimento de indústria pastoril criado no Brasil.....	28
3.2 Sítio Nhô Antônio .....	33
3.3 Granja Lagoa Preta.....	37
3.4 Vargem do Totó .....	38
3.5 Sítio dos Coqueiros .....	40
3.6 Sítio do Papo Sujo.....	41
3.7 Fazenda dos Coqueiros .....	42
<b>4 A FAZENDA MODELO E SUAS DIMENSÕES .....</b>	<b>48</b>
4.1 Sustentabilidade.....	48
4.2 A dimensão ecológica .....	53
4.3 A dimensão econômica .....	67
4.5 A dimensão sociocultural .....	73
4.6 Perfil socioeconômico dos moradores da ocupação irregular da Fazenda.....	78
<b>5 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>94</b>
5.1 Centro de Produção Sustentável .....	95
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>102</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>117</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Coisas do passado podem, de repente, tornar-se altamente significativas para o presente e estimulantes do futuro. (MAGALHÃES, 1985. p.67).

A Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo, hoje conhecida como Fazenda Modelo da Universidade Federal de Minas Gerais, foi instalada em 1918 na referida cidade, situada a 40 quilômetros de Belo Horizonte e é um espaço administrado pela Escola de Veterinária desde 1993. Foi parte de uma iniciativa Federal de fomento à agropecuária que tornou Pedro Leopoldo referência nacional de gestão e produção agropecuária. A Fazenda foi construída nos moldes da arquitetura inglesa e grande parte de suas instalações ainda resistem ao tempo com força e elegância.

Um ilustre cidadão Pedro Leopoldense foi durante muito tempo funcionário desta Fazenda: Chico Xavier<sup>1</sup>. Foi lá que o médium trabalhou como escriturário entre 1930 e o final dos anos 1950, produzindo parte de sua grandiosa obra literária. A Fazenda Modelo possui 452 hectares de área e uma portaria. Lá, podem-se encontrar ipês, buganvílias, eucaliptos, jabuticabeiras, coqueiros, jequitibás, pau-ferro e inúmeras outras espécies da flora e da fauna brasileira, como um número incontável de aves. Já abrigou a sede do Laboratório Nacional de Referência Animal (LANAGRO), hoje Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais, que é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), tendo sido cedida à UFMG pelo Ministério da Agricultura. Neste cenário, onde se misturam natureza e memória, funciona o Centro de Produção Sustentável da UFMG (CPS).

Durante a busca de informações sobre a referida Fazenda, chegou-se à Secretaria de Patrimônio da União, onde foi encontrada a maioria dos documentos e estes armazenados sem qualquer critério arquivístico por falta de um profissional adequado, estando os documentos em pastas de papelão, muitos deles grampeados e guardados em um armário de madeira. Percebeu-se a preocupação e o zelo dos funcionários do setor pela sua guarda, mas sem conhecimento ou apoio técnico para a realização desta tarefa. Desta forma, despertou-se o interesse para a preservação destes documentos através de higienização, orientação para a preservação documental e a criação de um arquivo digital para disponibilização informacional ao público.

---

<sup>1</sup> Francisco Cândido Xavier.

A partir de então, a pesquisa se estendeu a um projeto que tem como foco não só o objeto, mas a preocupação com a preservação assim como com a disponibilização e disseminação da informação contida nos documentos estudados. Para isto, foi necessário penetrar na questão da interdisciplinaridade e também da análise documental, abordando partes teóricas importantes da análise documental que, por sua própria natureza é interdisciplinar, como a própria Fazenda; a importância da preservação de documentos históricos; a sustentabilidade urbana em suas dimensões teóricas e metodológicas, propondo um estudo de caso da Fazenda contando sua história, uma vez que o Governo pretende criar ainda um Plano Diretor<sup>2</sup> para ela.

Quanto à metodologia da pesquisa utilizada no acervo documental da Fazenda Modelo, foi realizada em duas etapas, sendo que a primeira tratou da pesquisa de campo, iniciada com uma busca bibliográfica sobre os procedimentos metodológicos a serem seguidos. Logo após, partiu-se à procura dos documentos impressos, manuscritos e iconográficos no Ministério da Agricultura, Arquivo Público de Pedro Leopoldo – mais conhecido como Arquivo Geraldo Leão, Escola de Veterinária da UFMG, Secretaria de Patrimônio da União (SPU) - onde foi encontrada a maioria dos documentos - e acervos particulares de moradores do município Pedro Leopoldo.

Já na segunda etapa, tratou-se da orientação para a digitalização do material encontrado nos locais mencionados, uma vez que não podem ou mesmo não devem ser emprestados e nem fotocopiados, mas sim, disponibilizados para consulta no local – caso dos documentos que se encontram com a SPU – pois são documentos de cunho precioso. Esse processo, conforme o Conselho Nacional de Arquivos (2010, p. 4) representa uma das ferramentas essenciais nos dias de hoje, para o acesso e a difusão dos acervos arquivísticos, contribuindo para a sua preservação, pois acaba por restringir o manuseio dos documentos originais e se constitui como um importante instrumento capaz de permitir pesquisas simultâneas de pesquisadores por acesso remoto. Foi constatado então que vários documentos não estão em boas condições de conservação e não puderam ser transcritos ou restaurados e alguns que são datilografados estão em estado precário de conservação ou mesmo de visibilidade, tendo sua leitura dificultada.

---

<sup>2</sup> Instrumento de preservação dos bens ou áreas de referência urbana, previsto constitucionalmente através do Estatuto da Cidade, é uma lei municipal que estabelece diretrizes para a adequada ocupação do município, determinando o que pode e o que não pode ser feito em cada parte do mesmo, previsto no artigo 182 § 1º da Constituição Federal e na Legislação Federal através da Lei 10.257/ 01, popularmente conhecida como Estatuto da Cidade.

É importante ressaltar que para um melhor resultado da digitalização, esta deve ser realizada após todos os processos de preservação. Em alguns casos, vários documentos devem ser submetidos à restauração, com seus devidos cuidados para não deformar o documento nem rasurá-lo, evitando assim seu embelezamento superficial e permitindo a salvaguarda do acervo documental para o futuro, suavizando manchas e reconstituindo áreas corroídas, rasgaduras e remoção ou amenização das sujidades.

Foi então apresentado à administração da SPU o documento “Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos as atividades-meio da administração pública”, elaborado por técnicos do Arquivo Nacional - antiga Secretaria da Administração Federal - e do Ministério do Planejamento e Orçamento, constituindo-se em elementos essenciais à organização de arquivos e permitindo o acesso a documentos por meio da racionalização e controle eficazes das informações nestes contidas e o “e-ARQ Brasil”, como documentos que são modelos de requisitos para preservação de documentos e também sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, elaborado pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos. Este trata de documentos quanto aos seus aspectos de funcionalidade e de seus metadados e conceitua o documento arquivístico como o documento produzido e/ou recebido e mantido por pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte e dotado de organicidade. Já o arquivístico digital como uma informação registrada, codificada em dígitos binários e acessíveis por meio de sistema computacional, tendo como objetivo a preservação dos documentos originais, uma vez que se estagnaria o processo de deterioração progressiva em que naturalmente se encontram documentos antigos, interrompendo o processo que de alguma forma estiver deteriorando o suporte, com procedimentos mínimos de intervenção. Os procedimentos seriam de higienização, de retirada de materiais metálicos e fitas adesivas do tipo *durex*, bem como seu devido acondicionamento em caixa-arquivo e sua guarda em local adequado. Para este fim, foi apresentada a Tabela de Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos, que trata dos procedimentos relativos às atividades-meio da administração pública, através da adoção de um conjunto de normas e também de procedimentos técnicos e administrativos, com o intento de disciplinar as atividades que têm relação com os serviços arquivísticos da administração pública, para trazer, em consequência disso, uma melhoria nos arquivos públicos nacionais, incluindo todo o processo de reestruturação da própria administração pública.

Foram recolhidos um total de 1157 documentos, entre ofícios, memorandos, documentos iconográficos, cartas, matérias de jornais, documentos jurídicos, relatórios,

mapas, pareceres, planos diretores, formulários, memoriais, leis, decretos, portarias, escrituras, títulos e procurações que devem ainda permitir a elaboração de instrumentos de pesquisas, que podem ser descritos como edição de fontes documentais, catálogo documental e catálogo bibliográfico referente à Fazenda Modelo, confeccionado com o objetivo de verificar, sistematizar e divulgar a produtividade científica referente a esta, com dados catalogados e quantificados, devendo todo o material ser digitalizado e organizado cronologicamente sob a forma de catálogo e ser disponibilizado em *site* do Governo Federal.

Analisando o acervo documental da Fazenda Modelo - este abundante - percebe-se que ele oferece diversas possibilidades de estudos temáticos com base no conteúdo documental. Desta forma, apontam-se possíveis temas nas peças documentais, entre os quais se destacam a infraestrutura, ocupações ilegais, degradação e preservação ambiental, restauração de bens patrimoniais e turismo religioso.

A infraestrutura da Fazenda é um dos fatores principais para classificá-la como um grande centro de pesquisa universitário. As pesquisas são de grande importância para o progresso da ciência na Universidade, e a Fazenda é uma extensão desta, como um local de práticas científicas.

Sobre as ocupações ilegais que ocorreram na Fazenda, os relatos são de que aconteceram por volta dos anos 1980. Existem trilhas clandestinas, construídas na parte oeste da Fazenda, provavelmente usada para a circulação de pessoas e escoamento de materiais extraídos ilegalmente, mas esses não foram comprovados.

Quanto à preservação das áreas verdes, não aparece nada nos documentos, dando a entender que desde esse período não havia preocupação com a degradação da área. Tanto é que houve um lixão dentro da área estudada, poluindo uma nascente a tal ponto que até hoje não há como utilizar da água desta.

O estudo histórico da Fazenda destaca ainda que ela não pertence efetivamente à Universidade Federal de Minas Gerais, e que tampouco ela será totalmente da Universidade. Conforme informações colhidas na Secretaria de Patrimônio da União, a área será dividida - mas ainda sem previsão - de forma que uma parte ficará com o LANAGRO e outra parte com a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo.

Com esta pesquisa, pretende-se trabalhar as interfaces de diversas áreas, constituindo-se em uma abordagem interdisciplinar sobre análise e preservação documental, urbanização sustentável e turismo religioso, útil tanto para a produção de diagnósticos quanto para a dimensão prospectiva da região.

## 2 INTERDISCIPLINARIDADE, PRESERVAÇÃO E ANÁLISE DOCUMENTAL

O tremendo impacto do progresso científico acabou por fragmentar a cultura [...]. Nas universidades europeias e americanas [...] desenvolveu-se ao extremo esse tipo de ensino que visa à especialização e cria dentro da cultura um tipo *sui generis* de civilização – a civilização dos especialistas -, dirigida por homens de rigorosa visão técnica, mas de visão cultural deficiente e de deplorável miopia política. [...] esse é o tipo dominante das nossas elites culturais, representando o processo de dinâmica social que provocou aquilo que Rathenau chamou, com muita propriedade, ‘a invasão vertical dos bárbaros’. Os especialistas de tipo limitado, ‘homens que sabem cada vez mais de cada vez menos’, constituem produtos altamente perigosos para a vida da cultura. (CASTRO, 1957, p. 57).

Esta crítica de Josué de Castro à fragmentação do conhecimento mostra com bastante veemência que em 1957 o problema que enfrentamos hoje já estava instalado nas universidades. Foi uma evolução, ou até mesmo uma involução das formas de transmissão do conhecimento, que levou as universidades a repensarem suas transformações, cada vez mais aceleradas pelo grande volume de informações que temos a disposição tanto nos meios impressos quanto nos eletrônicos.

### 2.1 A Fazenda e a interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade deste projeto está contida na variedade de produção de conhecimentos e dos diálogos entre as várias disciplinas inseridas e disponíveis na Fazenda Modelo, assim como na formação deste futuro pesquisador – Biblioteconomia – que dialoga com várias outras áreas de conhecimento, quando se trata de análise documental.

No Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, Cunha e Cavalcante (2008) classificam o verbete interdisciplinaridade da seguinte forma:

**Interdisciplinaridade** *interdisciplinarity* EDU FIL

Interação existente entre duas ou mais disciplinas e que pode ir da simples comunicação de ideias até a integração mútua dos conceitos dirigentes, da epistemologia, da terminologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa e do ensino a eles relacionados. Um grupo interdisciplinar é composto de pessoas que receberam formação em diferentes áreas do conhecimento (disciplinas) tendo cada uma seus próprios conceitos, métodos, dados e termos. Devido à abrangência da matemática, inúmeros assuntos interdisciplinares podem ser citados: bibliometria, biometria, biocibernética, econometria, sociometria e vários outros. J. Piaget cita: álgebra topológica, biofísica, biofísica quântica, etologia (zoopsicologia), psicolinguística, psicologia social. (PIAGET, 1973. p.140-144).

A Fazenda Modelo da UFMG tem em sua estrutura uma gama de pesquisa que permeia por uma enorme interdisciplinaridade. A Interdisciplinaridade, ou a produção de conhecimento entre duas ou várias disciplinas conforme citado acima, passa por questões



muitas vezes complexas e de difícil discussão. A pesquisa em obras sobre o tema vem nos revelar uma grande diversidade de conceitos sobre interdisciplinaridade e suas devidas aplicações no âmbito universitário. Assim sendo, buscou-se neste trabalho não somente os conceitos, mas também seus limites e as várias possibilidades de aplicação, enfatizando sua aplicação também na análise documental.

A Fazenda possui uma infinidade de possibilidades de uma conversa interdisciplinar para a produção de conhecimento, que permite chegar ao fim último da ciência, que é a comunidade, e tornar-se um conhecimento popular, ou seja, ultrapassar as fronteiras laboratoriais. Pode-se assim afirmar que a saída de uma pesquisa de seu laboratório para a sociedade é o que chamamos inovação. Então, grosso modo, inovação é toda aquela novidade que, através de pesquisas e investimentos, consegue aumentar a eficiência de todo um processo de produção ou mesmo que implica em um produto completamente novo, ou mesmo que tenha somente sofrido um aprimoramento, e que será a partir de então usado pela comunidade. Desta forma, podemos conceber a inovação, segundo Finquelievich (2005), como a condição ou mesmo a capacidade de adquirir conhecimentos para conseguir responder criativamente aos problemas pesquisados.

Voltando à interdisciplinaridade, esta é uma conversa entre duas ou mais disciplinas/áreas de conhecimento para a produção de conhecimento científico. Desde o final do século XX, este tema tem conseguido um destaque quando se trata de produção do conhecimento. Assim sendo, Japiassu (1976) se baseou em Gusdorf quanto à necessidade de se trabalhar a interdisciplinaridade, e propõe na obra *Interdisciplinaridade e patologia do saber* até mesmo superar o “regime de fragmentação e de pulverização do saber” e que, conforme ele mesmo seria “ciosamente incentivado, pois serve para fortalecer as tiranias, permitindo ao especialista dividir para reinar”. Japiassu considera a interdisciplinaridade como que uma categoria, ou mesmo uma metodologia científica que integra as disciplinas.

Também de grande importância é o texto de Georges Gusdorf, publicado na *Revista de Ciências Humanas* em 1977, intitulado “A interdisciplinaridade”. O autor propõe no texto que se construa um saber que tenha abrangência e sistematização, empenhando um esforço pautado em uma epistemologia coletiva que possa romper as barreiras existentes entre as áreas do conhecimento. De outra forma, Gusdorf chama a atenção, afirmando sobre a interdisciplinaridade, que esta não é um simples conhecimento a mais, e que “a ciência do homem não se constrói enquanto cada especialista se contentar, inocentemente, em depositar sua pedra no amontoado. Quanto maior o amontoado, mais se crê sábio. Contudo, um amontoado não é um edifício”. Destarte, ele propõe uma verdadeira integração entre as várias

disciplinas, e não uma simples justaposição de conhecimentos, que possa se transformar em mais um modismo acadêmico.

Como nos dias de hoje sabe-se cada vez mais de cada vez menos, onde profissionais se aprofundam em questões que não permitem que se veja ao redor, surgiu a necessidade da interdisciplinaridade. Com o propósito de ser a solução de problemas através da junção das várias áreas de conhecimento representadas pelas disciplinas científicas e permitindo que este conhecimento se torne acessível em vários contextos ou áreas distintas, a motivação do crescimento da interdisciplinaridade é a possibilidade de superar as fronteiras das disciplinas para uma melhoria da produção do conhecimento, com o propósito ainda de permitir uma melhor interpretação e produção do conhecimento que se tornou muito complexa na sua condição de ser muito especializada. Porém, tem se mostrado de difícil implantação, deixando à mostra a necessidade de uma linguagem comum entre áreas e o grande tempo usado em discussões teóricas nas universidades.

Alguns teóricos, ao se referirem à interdisciplinaridade, afirmam que ela possui níveis e outros afirmam possuir conceitos bem distintos para uma espécie de articulação do saber, que acabam por se compartilhar nas junções das disciplinas. Outros preferem acreditar que a mais utilizada forma de interdisciplinaridade é a instrumental, onde métodos de uma área do conhecimento são utilizados em outra área, com o propósito de romper fronteiras e aumentar o campo de sua disciplina. Pode-se dizer ainda que existem outras formas de interdisciplinaridade, ditas até mesmo como mais completas, como a forma conceitual e a epistemológica. Ambas propõem a criação de uma nova área de conhecimento que não seja ainda dominada por outra área qualquer.

Vários são os estudos sobre interdisciplinaridade nos dias de hoje. Para nos aprofundarmos no tema, não se faz necessária a apresentação de alguns ou mesmo vários conceitos ou pesquisadores do assunto, uma vez que Gusdorf é o teórico maior da interdisciplinaridade. Minayo (1994) diz que “sendo considerado um humanista radical e um retórico idealista, dir-se-ia que o autor (Gusdorf) usa todas as suas armas para convencer aos cientistas modernos e pós-modernos dos males da fragmentação do saber”. Já em 1977, na obra *Passé, Presentet Avenir de La Recherche Interdisciplinaire*, ele realiza uma ampla recuperação histórica do conceito interdisciplinaridade e o classifica como uma exigência central epistemológica da ciência ocidental. Ainda segundo o autor, a interdisciplinaridade já

estaria presente desde a Grécia antiga, quando os sofistas<sup>3</sup> definiam aos seus discípulos o *enkukliospaideia* isto é, um círculo de aprendizagem que abarcava todas as disciplinas que formavam o corpo intelectual da época. Na Roma antiga, criou-se, ainda segundo ele, o TRIVIUM (gramática, retórica e dialética) e o QUADRIVIUM (aritmética, astronomia, geometria e música) formando a interdisciplinaridade entre letras e ciências do período abarcado.

E o que não foi a Enciclopédia de Diderot e d'Alembert, senão a mais pura reunião de conhecimentos ou, podemos ainda afirmar, um completo estudo interdisciplinar para a época. E Gusdorf ainda apresenta em sua obra já citada que foi Napoleão Bonaparte quem fez uma secção na interdisciplinaridade do conhecimento, quando separou letras e ciências. E conclui que a separação das disciplinas

[...] reduzidas às próprias fontes por uma injustificável divisão do trabalho, a 'literária' e a 'científica' são cegas pela metade: uma parte considerável do campo epistemológico é para elas como se não existisse, sofrendo ambas de uma amputação fundamental. (GUSDORF, 1977, p. 618).

Portanto, a interdisciplinaridade é o diálogo entre duas ou mais áreas do conhecimento, produzindo assim um conhecimento comum, criando um saber único, sem influências de peculiaridades das disciplinas como hoje conhecemos. E a importância de se chegar à interdisciplinaridade é tamanha, que em todo o mundo se pesquisa e se fala dela. E pautado no próprio Gusdorf, pode-se afirmar que

Os sábios modernos deveriam buscar em comum a restauração das significações humanas do conhecimento [...]. É preciso restaurar a aliança da ciência com a sabedoria [...]. A significação fundamental da interdisciplinaridade é a de uma chamada à ordem do humano, de um humanismo da pluralidade e da convergência. (GUSDORF, 1977, p. 637).

Foi nos anos entre 1945 e 1948 que foi conseguida a fissão nuclear que permitiu a criação da bomba atômica. Ainda nestes anos, criaram-se os primeiros computadores (*Eniac Univac-1*) e também se descobriu a penicilina. Foi imediatamente após este período que uma era de muita informação nascia para o mundo. Nos anos de 1938 a 1942, foi nomeado pelo presidente americano Roosevelt, o doutor Vannevar Bush como responsável pelo Comitê Nacional de Pesquisa, que depois se tornou o *Office for Scientific Reserachand Development*,

---

<sup>3</sup> Na antiga Grécia (a.C. e IV a.C.), mestre da retórica que tomava a si a tarefa de ensinar conhecimentos gerais, gramática e a arte da eloquência para os cidadãos gregos postulantes à participação ativa na vida política, tendo frequentemente acrescentado questionamentos polêmicos aos debates filosóficos da época.

que tinha como missão dirigir pesquisas de aproximadamente 6000 cientistas americanos e europeus direcionadas para a Grande Guerra.

É notória a dificuldade que encontramos hoje para entender e implantar a interdisciplinaridade nas fronteiras das várias áreas do conhecimento humano, mas devemos compreender que existe sim uma grande necessidade de aprofundamento e implantação desta nova/velha forma de conhecimento, criando conceitos e fundamentos comuns para a ciência de hoje e de amanhã, para que, através da inovação e tecnologia chegar ao senso comum - objetivo último da ciência – com um conhecimento sem fronteiras.

Por interdisciplinaridade, não se deve entender uma negação da disciplinaridade, ou seja, uma divisão de várias disciplinas, mas é perfeitamente aplicável quando as abordagens realizadas não conseguem encontrar as respostas para os problemas apresentados. Ela vem promover um diálogo de diferentes áreas do saber na busca por respostas às questões levantadas, não se tratando apenas de juntar várias disciplinas, mas sim de criar uma reflexão em que questões possam sofrer uma abordagem diferente, por um novo viés, voltando o olhar de cada disciplina para a solução de uma mesma questão, produzindo até mesmo novos conhecimentos.

## 2.2 A Fazenda e a análise documental

Quanto à análise documental – esta também interdisciplinar por natureza – somente a partir do que nos foi deixado e preservado pela ação do tempo é que a história poderá ser construída ou até mesmo reconstruída por algum pesquisador. A pesquisa histórica necessita de fontes para se sustentar e os documentos são fundamentais para o bom andamento da pesquisa assim como de grande importância também ao pesquisador. Após o questionamento, o pesquisador parte em busca de documentos que sirvam de base para ele, uma vez que o que vai lhe responder são os documentos. E estes são de tamanha relevância que Foucault (*apud* LE GOFF, 1984) afirma que questionar os documentos é de suma importância para resolver problemas da história.

Cunha e Cavalcante (2008) no já citado Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia definem documento de várias formas, mas citaremos a mais clássica em que diz que

[...] Para Paul Otlet<sup>4</sup>, documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é também, o filme, o disco e toda a parte

---

<sup>4</sup>Paul Marie Gislain Otlet (Bruxelas, 23 de agosto de 1868 — 10 de novembro de 1944). Empresário, visionário, advogado e ativista da paz; um dos pais da ciência da informação, área que ele chamava de "documentação". Criou a Classificação Decimal Universal, um dos exemplos mais proeminentes de documentação. Escreveu

documental que precede e sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e das imagens, existem objetos documentais por si mesmos (reália). São as amostras, os espécimes, modelos fac-símiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo em três dimensões e, eventualmente, em movimento. (CUNHA, 2008, p.132).

Fontes escritas são, em geral, bases de pesquisas históricas. São realizadas em documentos primários<sup>5</sup> ou não, e permite que a análise documental constitua-se em importante técnica de pesquisa, tanto para complementação de informações obtidas por outras técnicas de pesquisa, ou mesmo para que se desvelem novos aspectos de um problema. A análise documental é também conhecida como pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. É muito importante que ela ocorra em documentos primários. Segundo Grogan (1992) as fontes primárias são, pela sua própria natureza, espalhadas e também desorganizadas em relação a sua produção documental, o seu controle e também quanto a sua organização. Conforme Marconi e Lakatos

[...] a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.157).

O conhecimento tem buscado romper fronteiras, tentando ser naturalmente multidisciplinar, deixando objetos de estudo para serem abordados por perspectivas várias e abordagens metodológicas diversas. Mas deve-se lembrar de que a multidisciplinaridade pode não ser uma coisa boa, vantajosa ou mesmo uma qualidade do conhecimento, mas também, um grande problema. Ainda gerando grandes discussões, a multidisciplinaridade pode ser vista como a reunião, ou mesmo um diálogo entre duas ou mais disciplinas, sem que haja uma real e efetiva integração - proximidade mesmo - de duas ou mais disciplinas, cada uma mantendo sua individualidade. Quando ocorre de haver um rompimento de fronteiras, com interação bem aproximada de duas ou mais áreas de conhecimento, com uma permuta de conceitos, troca de conhecimentos, metodologias e um diálogo que perpassa pelas fronteiras das áreas em pesquisa, criando uma nova área de conhecimento há, aí, a interdisciplinaridade.

Mas o foco da multidisciplinaridade, passando pela interdisciplinaridade, é chegar à transdisciplinaridade, onde há o verdadeiro rompimento das barreiras que individualizam as áreas de conhecimento, dissolvendo todas as amarras e criando uma nova disciplina, com

---

diversos ensaios sobre a forma de recolher e organizar o mundo do conhecimento, culminando em dois livros, o *Traité de documentation* (1934) e *Monde: Essai d'universalisme* (1935).

<sup>5</sup> São geralmente aqueles produzidos com a interferência direta do autor da pesquisa (CAMPELO; CENDÓN; KREMER, 2000, p.31).

novas perspectivas científicas, novos métodos e novas teorias, sem medo de arriscar, com apoio das instituições de pesquisa, sem o receio de uma possível perda de identidade, criando novas pesquisas, novos pesquisadores, novos conhecimentos e inovação. E em vista das questões acima postas, pode-se observar que a análise documental é perpassada naturalmente pela interdisciplinaridade, indo constituir-se definitivamente em um lócus de pesquisa. Não transdisciplinar, mas caminhando definitivamente para tal.

Por se tratar de uma pesquisa em grande parte documental, buscou-se relatar a forma como foram encontrados os documentos na Secretaria de Patrimônio da União em Minas Gerais. Estes documentos estão em um armário de madeira, completamente inadequado para tal, amarrados com barbantes e em pastas de papel cartão. Muitos documentos estão com grampos de metal, completamente enferrujados e fitas adesivas (durex).

Os documentos produzidos sobre a Fazenda ao longo de sua existência encontram-se completamente desorganizados e distribuídos em alguns setores da Secretaria de Patrimônio da União em Belo Horizonte.

**Figura 1 - Armário de guarda dos documentos**



Fonte: Foto do autor

**Figura 2 - Documentos da Fazenda Modelo**



**Fonte: Foto do autor**

Desta forma, criou-se uma expectativa para a preservação, conservação e acessibilidade desses documentos, uma vez que a guarda deles está em condições muito precárias, podendo haver uma perda irreparável.

Foi então apresentado à Secretaria de Patrimônio da União o e-ARQ Brasil, no intuito de digitalizar os referidos documentos tanto para preservação dos originais quanto para uma abrangência maior na sua disseminação. Segundo o próprio documento, o e-ARQ Brasil é

[...] uma especificação de requisitos a serem cumpridos pela organização produtora/recebedora de documentos, pelo sistema de gestão arquivística e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como sua acessibilidade. Além disso, o e-ARQ Brasil pode ser usado para orientar a identificação de documentos arquivísticos digitais. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011).

### 2.3 A preservação documental

Não cabe a esta pesquisa o esgotamento do assunto preservação. A ideia é apresentar diretrizes que possam orientar o órgão que ficar como responsável pela guarda dos documentos a preservá-los para as futuras gerações de historiadores, arquivistas, documentalistas ou demais interessados. Desta forma, apresenta-se aqui o programa do Conselho Nacional de Arquivos, intitulado “Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo”, que são relativos a atividades-meio da administração pública. A ideia desta apresentação é despertar o interesse do órgão para que tome medidas cabíveis de preservação, com uma ferramenta de trabalho bem elaborada a ser utilizada para classificar os documentos como históricos, com a finalidade de agrupá-los sob uma única temática, como forma de recuperar e facilitar as tarefas arquivísticas relacionadas à avaliação, seleção, transferência, recolhimento e o acesso a esses documentos originais, uma vez que o trabalho arquivístico deve ser realizado tendo como base o conteúdo documental, o qual reflete a atividade em que foi gerado e determina o uso da informação que nele está contida. Ainda, a classificação define a organização física destes documentos arquivados, podendo constituir-se em referencial básico para sua recuperação.

Alterar o suporte informacional para a preservação do original é hoje uma prática comum. Porém, esta prática gera custos e muita atenção quanto à obsolescência do meio tecnológico empregado, uma vez que acaba por demandar novas migrações e também devem ser considerados alguns critérios técnicos da arquivologia e documentação. Mas esta migração não quer dizer esquecer os originais, que devem passar por tratamento e armazenamento adequado.

A análise documental necessita muito da preservação documental e a tem com grande importância para disponibilização aos pesquisadores, uma vez que os documentos são instrumentos básicos para a história. O ser humano sente a necessidade de preservar e disponibilizar documentos preservados para pesquisas de várias áreas do conhecimento. Le Goff (1997, p.138) afirma que, seja um país, estado ou mesmo uma cidade, ela cria sua identidade cultural através da memória, tanto individual quanto coletiva e que somente após a decisão da sociedade, de preservação e divulgação de seus bens culturais é que se inicia definitivamente o *ethos*, ou seja, o verdadeiro modo de ser, o caráter cultural de sua própria cidadania. E complementa dizendo que



[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história. (LE GOFF, 1997, p. 139).

O campo da análise documental tem como propósito, analisar e descrever os conteúdos dos diversos tipos de documentos e, a partir desses processos, construir representações que se transformem em pontos de acessos como os índices e resumos para posterior recuperação desses conteúdos em qualquer área pesquisada, abarcando todos os esforços que possam dar uma direção interdisciplinar como a Linguística, a Lógica, a Inteligência Artificial, a Comunicação e a Ciência da Informação, que abarca Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Quanto à conservação e preservação documental, não constitui esta um fim último em si mesma, mas sim uma garantia dada ao direito a memória, individual ou mesmo coletiva, como um elemento fundamental do exercício de cidadania. O acesso à história por meio do resgate de documentos é uma resposta à busca que o ser humano promove por conhecer o seu passado. A preservação de documentos contribui para o esclarecimento da origem do ser assim como para o enriquecimento do patrimônio cultural universal. O homem deve então, buscar a sobrevivência tanto física quanto material dos objetos, sendo responsável pela permanência da informação armazenada em qualquer que seja o suporte, mediante a sua preservação, conservação e também, havendo necessidade, restauração.

A preservação é a forma de agir em procedimentos que visam retardar a deterioração ou estragos nos documentos. Conway (2001) afirma que a preservação é percebida como uma atividade de administração e também gerenciamento de recursos, compreendendo além das políticas e procedimentos, os processos que devem ser aplicados de uma maneira adequada, tornando capazes de retardar os processos de deterioração dos materiais, promovendo o acesso público à informação e ter como objetivo, a adoção de medidas que visem à estabilização ou mesmo a amenização dos processos que estejam causando a degradação dos documentos, aumentando o tempo de vida destes e também a qualidade, obedecendo especificações padrões de guarda de documentos, com condições adequadas de controle da iluminação, umidade e também de temperatura. Trata-se de medidas de longo prazo, pois o acervo carece de cuidados ininterruptos.

A conservação se dedica à preservação do patrimônio, mantendo a integridade física dos documentos e minimizando sua deterioração natural. No caso em estudo, onde o suporte do documento é o papel, pode ocorrer a conservação por meio do controle do meio ambiente, com índices de 20°C de temperatura e Umidade Relativa do Ar a 50%, estruturas físicas que não sejam de madeira, para não serem atacados por insetos que poderão passar aos documentos, causando danos ao papel. Os móveis devem ser adequados ao tipo e também ao tamanho dos documentos, de modo que sejam evitados danos maiores aos documentos em questão, para acondicionamentos adequados, mantendo-os em situação segura para as futuras gerações que possam deles precisar. Güichen (1999) diz que a conservação acaba por exigir que todos os atores envolvidos participem efetivamente dos processos, não sendo isto uma simples metodologia ou mesmo uma técnica, mas sim, uma questão de ética com a possibilidade da real preservação de documentos para o futuro.

Já a restauração é vista, segundo Brandi (2004) como “qualquer intervenção voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana”, ou seja, quando é necessária a intervenção de alguém para a reparação de algum dano no documento. Para que isto não seja necessário, torna-se de grande importância a preservação e a conservação, sendo a restauração como último caso e por profissional com bastante conhecimento técnico.

Após esta apresentação, segue-se o “e-ARQ Brasil” como um documento também disponível na Internet e de acesso gratuito, que foi criado como um modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, elaborado na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). É um órgão colegiado, que está vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e possui como sua finalidade a definição da política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, assim como exercer a orientação normativa, com visão à gestão documental e também à proteção dos documentos de arquivo. O e-ARQ trata da preservação de documentos quanto aos seus aspectos de funcionalidade e de seus metadados que, conforme Modesto (2005), a palavra vem do inglês *metadata*, que

[...] é uma forma de descrever recursos eletrônicos dispostos na Internet. Na literatura, o termo é genericamente definido como *dados sobre dados*: um conjunto de elementos que possuem uma semântica padronizada, possibilitando descrever as informações eletrônicas ou recursos eletrônicos de maneira bibliográfica. Pode ser também entendido, como meio de descobrir quais os recursos existentes e como podem ser obtidos e acessados, evitando a ambiguidade de dados (MODESTO, 2005, p. 3).

O documento foi desenvolvido em consideração a existência cada vez maior de documentos em formato digital e que são tratados por profissionais de várias áreas do conhecimento e que vem sendo tratado por especialistas de diversas áreas, entre as quais Arquivologia e Ciência da Informação. O referido documento conceitua o documento arquivístico como o documento produzido e/ou recebido e mantido por pessoa física ou jurídica, no decorrer das suas atividades, qualquer que seja o suporte, e dotado de organicidade. E o documento arquivístico digital como uma informação registrada, codificada em dígitos binários e acessíveis por meio de sistema computacional, para realizar uma análise e também propor soluções para enfrentar os desafios trazidos por este formato documental.

Porém, as poucas iniciativas de projetos que venham a criar possibilidades digitais em órgãos do governo, só se concretizarão se conseguirem contornar a pesada burocracia Federal, Estadual ou Municipal, mas sempre com grandes dificuldades em razão da estrutura engessada da administração pública em geral. Ainda, devido custos elevados, a proposta viu-se inviável conforme entrevista anexa nesta pesquisa, que apresenta as dificuldades para implantação de uma gestão arquivística e tratamento dos documentos, uma vez que não é possível administrativamente olhar só para os documentos da Fazenda Modelo, sendo necessário um projeto para toda a Secretaria de Patrimônio da União, o que torna inviável tal intento.

## **2.4 Fatores de degradação de documentos**

Existem alguns fatores que causam maiores degradações aos documentos. Entre eles estão os fatores externos, como aqueles que estão ligados diretamente às condições ambientais do acervo guardado e os da constituição do papel, como a umidade e temperatura do ambiente, uma vez que o papel é totalmente higroscópico, isto é, absorve a umidade do ar; a luminosidade; a poluição atmosférica; agentes biológicos como insetos, roedores e fungos; a ação do homem, que é capaz de comer e beber com ou próximo a documentos que podem sofrer danos irreversíveis além de atos de vandalismo. Pelo desconhecimento de princípios que orientam os fundamentos da conservação documental, procedimentos simples transformam-se em ações eficazes na preservação como evitar umedecer as pontas dos dedos com saliva para virar páginas; evitar dobrar as folhas para marcar as páginas; não utilizar fitas adesivas (durex) devido à composição química que provoca acidez e estas, manchas irreversíveis; evitar uso de grampos ou clips metálicos, que acabam por enferrujarem com o passar do tempo, deixando no documento manchas e marcas nas fibras do papel; controlar o

manuseio e também orientar o público usuário; manter uma periodização na higienização dos documentos; solicitar o auxílio de um profissional da área, quando do surgimento de algum problema.

Têm-se ainda alguns fatores internos que, no caso do documento em papel, causam danos, como os que provêm do processo de fabricação, intrínsecas à estrutura do mesmo, como os tipos de fibra, que podem durar mais ou menos tempo por isso; a encolagem, que é o processo de ligação das fibras, sofrido pelo papel quando de sua fabricação; produtos químicos utilizados no processo de fabricação do papel; recipientes metálicos utilizados na fabricação do papel, que ocasionam o chamado *foxing*, que são partículas metálicas das máquinas de produção que caem na polpa durante o processo, tornando-se estas partículas verdadeiros catalisadores de reações ácidas, gerando manchas de ferrugem no papel.

Para evitar danos como estes, uma medida simples é a higienização do papel, que primeiramente devem-se observar as condições dos documentos e, uma vez verificada a degradação, partir para a sua higienização, tomando-se frente às condições físicas e recursos materiais existentes, tendo como mais simples a remoção de suas sujidades, com um pincel largo de cerdas macias, limpando folha por folha, de baixo para cima, evitando que qualquer sujidade caia sobre a pessoa que executa a tarefa. É de fundamental importância que os agentes envolvidos nos processos, desde a análise do acervo, estejam utilizando corretamente equipamentos de proteção individual como luvas, máscaras e também guarda-pó, resguardando-se assim de qualquer tipo de contaminação que possa vir a ocorrer e, após a higienização, todos os documentos deverão ser acondicionados em caixas-arquivo apropriadas, com pH alcalino e sem lignina<sup>6</sup> em sua composição. Desta forma, estarão preservados os documentos do objeto de estudos para futuras gerações.

---

<sup>6</sup> O principal componente da madeira, além da celulose, é a macromolécula chamada lignina, cuja presença deixa o papel com aspecto envelhecido com o passar do tempo, acelerando sua degradação, por sofrer oxidação quando expostas ao oxigênio do ar e ficando menos estáveis.

### **3 A FAZENDA MODELO**

#### **3.1 O primeiro estabelecimento de indústria pastoril criado no Brasil**

O primeiro estabelecimento de indústria pastoril criado no Brasil foi a Fazenda Riachuelo, em 6 de fevereiro de 1918 pelo Governo do Estado de Minas Gerais, com o título de Granja Pastoril Riachuelo e por determinação do Presidente de Minas Gerais - cargo que corresponde hoje ao de governador - Delfim Moreira e foi destinada à experimentação da criação de gado leiteiro, afim de atender ao fomento da indústria de laticínios, então incipiente em torno da capital do Estado.

De acordo com as informações prestadas ao Processo número 76-DU/37, pelo então Oficial do Registro de Santa Luzia do Rio das Velhas - hoje município Santa Luzia - Sr. Álvaro Teixeira da Costa, a Fazenda pertencia ao Dr. Manoel Thomaz Carvalho de Brito, que a vendeu aos irmãos Hans Jansen e Ernesto Jansen em 8 de julho de 1913, tendo havido hipoteca no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, onde figurou como responsável o Governo do Estado. Esta hipoteca foi extinta por ter sido paga pelo Estado, que recebeu a Fazenda Riachuelo em pagamento, no então Distrito de Pedro Leopoldo, pequena vila de Santa Luzia - depois elevada a município - sob o Registro número 1869, página 20 do Livro de Transcrição número 3-B, conforme escritura de 14 de julho de 1917, lavrada pelo Tabelião de Belo Horizonte, o Sr. José Ferreira de Carvalho. A Fazenda Riachuelo funcionou assim até 1921, quando passou por mudanças pelo Decreto 14.711 de 5 de março deste referido ano.

Vale ressaltar que o Governo do Estado de Minas Gerais tinha grande interesse em se responsabilizar pelo pagamento da hipoteca, uma vez que possibilitaria estimular ali a criação de um haras de animais árabes que os irmãos Jansen trouxeram da Áustria e da Hungria, e ainda contribuir direta e indiretamente com o Estado na arrecadação de impostos provenientes de vendas de consignações, além de outras rendas oriundas do aumento da produção de leite e carne através de reprodutores que há muitos anos serviam a título de empréstimo a pequenos e grandes criadores mineiros.

**Figura 3 - Entrada da Fazenda nos anos 1950.**



**Fonte: Arquivo Geraldo Leão**

O Governo que sucedeu a Delfim Moreira não se interessou na continuação do estabelecimento por considerá-lo muito oneroso, tendo entrado em entendimentos com o Governo Federal para que fosse continuado o projeto sob os auspícios do Ministério da Agricultura.

Assim, por Portaria do Ministério da Agricultura de 25 de julho de 1919, o estabelecimento foi recebido do Governo do Estado, para instituir-se nele uma Estação de Monta da Granja Pastoril Riachuelo, organizada de acordo com o Decreto número 13.011, de 4 de maio de 1918.

Na passagem do estabelecimento, foi o Ministério da Agricultura representado pelos funcionários Manoel Veríssimo de Berredo, da Seção de Zootecnia do Serviço da Indústria Pastoril, e Antônio Augusto de Carvalho, da Seção de Contabilidade. Já o Estado o foi pelo Diretor da Produção Animal, da Secretaria da Agricultura, Viação, Indústria e Comércio, Sr. Fausto Alvim.

A propriedade foi doada pelo Estado de Minas Gerais, para a manutenção por parte do Ministério da Agricultura, de um estabelecimento de criação de bovinos das raças leiteiras para o fomento da produção de laticínios do Estado mineiro. Este funcionou com o título de Estação de Monta da Granja Pastoril Riachuelo até 25 de março de 1921, quando então, pelo Decreto número 1.471 foi elevado à categoria de Fazenda Modelo de Criação e em 25 de

fevereiro de 1933, pelo Decreto 22.509, foi criada a Inspetoria Regional de Pedro Leopoldo em Minas Gerais, verificando-se a instalação e respectiva sede na antiga Fazenda Modelo de Criação de Pedro Leopoldo onde, por muitos anos manteve jurisdição do Fomento da Produção Animal do Ministério da Agricultura neste Estado.

Então, a Fazenda Modelo, na instalação da Inspetoria Regional, foi convertida em Fazenda Experimental de Criação. Título que mais tarde passou a ser apenas Fazenda de Criação de Pedro Leopoldo, mantendo ainda a Inspetoria Regional em seu interior.

Porém, até 19 de janeiro de 1937, não constava oficialmente que o Governo do Estado de Minas Gerais havia transferido a propriedade ao Governo Federal e era então cobrado pela União. Tanto que o Governo Federal criou uma Comissão, designada pela Portaria 410, de 13 de dezembro de 1968, do Sr. Ministro da Agricultura, para proceder a avaliação do patrimônio da Fazenda e examinar as condições financeiras da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais, objetivando a cessão<sup>7</sup> da referida Fazenda à citada Escola.

E o presidente da Comissão, Francisco Athayde de Vasconcellos, ainda em 1969 relatou devido ao que viu em relação à morosidade do processo de transferência que

A partir de janeiro de 1948, verifica-se no processo 290.090/47 do domínio da União o caso mais gritante de irresponsabilidade no cumprimento do dever ou de lamentável incapacidade para o exercício do cargo.

O chefe da Delegacia do Serviço do Patrimônio da União em Minas Gerais - Luiz Flores Abbott – e o responsável pelo Serviço Regional – engenheiro Mário da Costa Carvalho – parecem haver apostado quem ficaria mais tempo sem fazer nada ou quem demonstraria maior irresponsabilidade ou incompetência, no trato deste processo, em que se dizia que se diligenciava para a efetivação da doação, para a legitimação da propriedade da União, assunto afeto àquela repartição. Verdadeiramente se tornaram tipos célebres na arte de despachar processo sem resolver nada. Estabeleceram uma espécie de “jogo de pingue-pongue” no processo, que virou uma bola imediatamente rebatida pela raquete dos dois parceiros invictos. Graças a esse “jogo de pingue-pongue”, o processo ficou parado de janeiro de 1948 até agosto de 1951. (DIGEP, 366).

Em 1941, o então Presidente da República Getúlio Vargas, usando da atribuição que lhe foi conferida no artigo 180 da constituição da época, decretou através da Lei número 3.365 de 21 de junho do mesmo ano, desapropriações por utilidade pública em todo território nacional. Assim, conforme o Decreto-Lei 9.593, de 16 de agosto de 1941 e publicado no Diário Oficial de 19 de agosto do mesmo ano, folhas 11.860, o Governo Federal considerou de utilidade pública as terras confinantes com a agora Fazenda Modelo de Criação de Pedro Leopoldo, que foram estudadas para tal desde 1934, quando foram encaminhadas ao Governo

---

<sup>7</sup> Conforme a Ed. 1 do Dicionário Houaiss de 2009, é o ato ou efeito de ceder; cedência, cedimento, transferência de posse ou direito.

Federal as propostas de venda pelos senhores Amando Filho, Francisco Silva e herdeiros da família Lúcio Camêlo.

Pelo citado Decreto-Lei, foram desapropriadas várias glebas de terras para ampliação da área da Fazenda, que se destinava à multiplicação de espécies, destinando os produtos ao abastecimento de reprodutores aos criadores e mantendo na época, para produção de leite, bovinos das raças Schwyz, holandesa preta e branca, Jersey, Guernsey, Gir, um pequeno plantel de equinos de raça árabe, suínos das raças Berkshire, Wessex Sadleback, Duroc Jersey, Poland Chine e ainda ovinos da raça Romney Marsh.

**Figura 4 – Cavalos árabes na Fazenda Modelo na década de 1950**



**Fonte: Arquivo Geraldo Leão**

Não tendo sido possível a solução por compra através de várias providências adotadas em mais de doze anos consecutivos, de acordo com o Serviço Regional do Domínio da União em Minas Gerais, optou o Governo Federal pela desapropriação, conforme o decreto acima citado, que determinou a solução necessária quando mais premente se fizeram as necessidades da Fazenda, para continuar prestando cooperação eficiente aos trabalhos de fomento e valorização da indústria animal da época.

Naquele ano, a Fazenda possuía 252 cabeças de bovinos, 91 de equinos, 165 de ovinos e 128 de suínos, totalizando 636 animais e a área útil era de 300 hectares, situando deste modo mais de 2 cabeças por hectare ou 10 cabeças por alqueire geométrico, quando na Inglaterra –



que era tida como modelo - no mesmo período, era padrão das melhores pastagens apenas 1 cabeça por hectare. Já em Minas Gerais, nas zonas produtoras de leite, observava-se como boa média 1 cabeça por alqueire ou 10 hectares por cabeça de gado.

Na Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo, mantinha-se uma média de 10 cabeças por alqueire ou 2 por hectare, apresentando uma densidade populacional dez vezes maior que a normal em Minas Gerais e mesmo superior a que recomendava a Inglaterra e outros países de intensa exploração pecuária, demonstrando assim a urgente necessidade de ampliação da área.

Em 26 de janeiro de 1946, quando o Presidente da República era Eurico Gaspar Dutra, os proprietários dos sítios vizinhos à Fazenda – Caetano de Azevedo Carvalho, Evangelista Filhos Ltda., Manoel Martins da Cunha, Mauricio Azevedo Carvalho, Antonio de Azevedo Carvalho e Romero Carvalho Filho - tentaram convencê-lo de uma desistência de desapropriação das terras no entorno, enviando-lhe uma carta, onde informavam da situação destes, em que se alegavam pequenos proprietários de terras em Minas Gerais e que pelo decreto 9.593 teriam suas terras desapropriadas. Eles alegavam inconveniência da desapropriação das terras e a falta de necessidade das referidas terras para a ampliação da Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo.

Então, em 31 de outubro de 1955, foi concedida a posse dessas terras ao Governo Federal, em virtude de uma carta Precatória Citatória, tendo sido incorporadas ao acervo da Fazenda de Criação de Pedro Leopoldo, anexa a Inspetoria Regional. Houve recurso dos interessados e foi providenciada nova avaliação dos imóveis por não haver concordância de alguns proprietários e herdeiros quanto aos valores estipulados pelo Governo Federal.

A desapropriação abrangia seis áreas distintas, sendo que cinco destas, mesmo não concordando em primeiro momento, deram plena quitação com a avaliação oficial procedida em novembro de 1948, salientando que somente os interessados do Sítio Nhô Antônio, não se conformando com a solução havida, entraram com o recurso, por julgarem baixos os preços arbitrados.

**Figura 5 – Vista aérea da Fazenda Modelo**



**Fonte: Marc Henri**

Estas terras que estavam sendo desapropriadas tinham nos documentos encontrados as seguintes referências:

### **3.2 Sítio Nhô Antônio**

Na época, os seus proprietários alegavam que este pertencia a mais de oitenta pessoas, onde a área pertencente a Romero Carvalho Filho possuía uma pastagem de oito alqueires e meio que era utilizada para custeio de gado leiteiro, com produção à época de 40.000 litros por ano, uma casa para a família do encarregado, uma chácara incipiente e criação de galinhas.

A área que pertencia ao senhor José Quintiliano da Costa era de 15.000m<sup>2</sup> e era composta pela família do mesmo, na época composta por 11 pessoas, onde 7 filhos eram menores de 16 anos, alegavam pobreza e residiam em uma pequena casa de quatro cômodos e tinham uma pequena plantação de frutas. Possuíam ainda duas vacas leiteiras para produção de subsistência.

As terras pertencentes em comum aos senhores Antônio e Maurício de Azevedo Carvalho, com cerca de 4 hectares era destinada à retirada de material para cerâmica e que

alegavam ser de muito valor e que uma outra parte de aproximadamente 1 alqueire foi loteada e já havia até mesmo construções no local.

O imóvel, conhecido também por outras denominações, integrava o patrimônio da antiga Fazenda da Cachoeira Grande, da qual foi desmembrada por venda ao Dr. Lucas Neiva.

Mais tarde, este terreno foi adquirido pelo Sr. Amando Belisário Filho, que o destinava à venda ao Governo Federal, como atestam os documentos existentes na Diretoria da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, dentre os quais se destaca o que se caracteriza pelo número P.A. 34, de 1934, em que o proprietário encarecia a necessidade da compra, por parte do Governo Federal desta gleba, para a ampliação das possibilidades de trabalho da Fazenda de Criação de Pedro Leopoldo.

O Governo, por sua vez, reconhecendo a necessidade desta medida, sempre movimentou providências, visando-lhe a concretização. Estas providências, que no passado foram habitualmente frustradas, ora por falta de créditos, ora por dificuldades no registro destes créditos quando obtidos e, finalmente como aconteceu em 1944, a aquisição dos terrenos foi impedida porque a planta topográfica da propriedade apresentava ligeira diferença para mais, no cômputo da área.

Em 1936, o processo de compra tomou a designação S.P.D. 258; passou a ser Lei número 410, de 25 de maio de 1937; passou a ser identificado pela Lei número 342, de 22 de março de 1938 e assim foi mudando até se transformar no Decreto Lei 9.593, de 16 de agosto de 1946 em cuja execução as autoridades competentes se empenharam.

O interesse do Governo Federal em adquirir os imóveis nunca foi modificado, mas as circunstâncias diversas, de caráter administrativo, sempre fizeram por adiar a concretização do negócio.

A primeira proposta foi do Sr. Amando Belisário Filho em 1934 que, já em 1943, elevava o preço de uma forma que não deixava a negociação prosseguir. Desta última proposta, os documentos chegaram a ser remetidos ao Serviço Regional do Domínio da União em Minas Gerais, para que se efetuasse a transação em 1944. O proprietário, entretanto, já não podia mais realizar a venda porque já havia cedido o mesmo em 20 de julho de 1944 ao Sr. Rubens de Azevedo Carvalho.

O interesse do Ministério da Agricultura não cessou, ainda mesmo depois dessa resolução do proprietário porquanto, em 1945, ainda manteve créditos para a aquisição destas e outras terras vizinhas à Fazenda de Criação de Pedro Leopoldo.

Em 1946 finalmente, determinou o Governo Federal a desapropriação destes terrenos, declarando-os de utilidade pública, em face das imperiosas necessidades de serviço do

estabelecimento oficial de Pedro Leopoldo, necessidades essas que foram amplamente reconhecidas por todos que mantinham contato com a referida Fazenda.

O novo proprietário do imóvel, desde sua compra em 1944, movimentou-se em ação de retalhamento da propriedade que, há mais de dez anos constituiu-se em objeto da atenção e do interesse do Serviço Público, vendendo em lotes áreas do Sítio Nhô Antônio que, desde então, tem sido motivo de várias transações, como a que, em 6 de fevereiro de 1946, Rubens de Azevedo Carvalho vendeu. Foram 51 hectares do total de 51 hectares e 51 ares dessa gleba ao Sr. Romero Carvalho Filho, conforme documento da Coletoria Estadual de Pedro Leopoldo, anexo ao processo alusivo ao assunto à folha 11. O registro de imóveis número 1.002, de 19 de fevereiro de 1948, assinala a compra feita pelo Sr. Romero Carvalho Filho, como sendo de 38 hectares e 72 ares em título datado de 6 de novembro de 1944.

Assim, o total de 51 hectares e 51 ares poderá estar reduzido a  $\frac{1}{2}$  hectare no primeiro caso ou a cerca de 13 hectares no segundo, criando assim um empecilho ao Governo Federal.

Algumas transações ocorreram no terreno, como em 16 de setembro de 1947, quando foi registrada sob o número 829, no Registro de Imóveis, uma permuta de 15.000 metros de terras sem outra especificação, entre o Sr. Antônio de Azevedo Carvalho e José Quintiliano Costa, dentro do imóvel referido; outra em 19 de dezembro do mesmo ano, registrada como mais uma compra realizada pelo Sr. Rubens de Azevedo Carvalho ao Sr. Arthur Vitor de Souza; em 12 de fevereiro de 1948 assinala no Registro de Imóveis sob o número 992, a venda de mais uma área de terras na propriedade, efetuada pelo Sr. Antônio de Azevedo Carvalho e pelo Sr. Maurício de Azevedo Carvalho ao Sr. João Xavier das Chagas entre outras.

Além dessas diminuições na área do Sítio Nhô Antônio, que se verificaram por vendas em diversas datas, algumas até mesmo depois do Decreto Lei 9.593 de 16 de agosto de 1946, segundo os dados constantes de documentos oferecidos a exame pela Coletoria Estadual de Pedro Leopoldo e pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da cidade, pode-se assinalar também a relação de proprietários que compraram terrenos no loteamento que foi feito pelo proprietário do referido sítio, como anteriormente apresentado.

O Sítio Nhô Antônio tinha como características principais uma vargem seca, sem possibilidades de irrigação por gravidade devido à falta de água a montante. Essa parte era uma continuação da vargem da Fazenda de Criação de Pedro Leopoldo, do Ministério da Agricultura, da qual é separada pelo Ribeirão do Matuto. A outra parte, constituída por terras de meia encosta que se elevam gradativamente, desde a rodovia até morros do limite do sítio, sem córregos ou mesmo nascentes. Não é facilmente notado afloramento de rochas, a não ser

nas divisas com a Fazenda e a vargem citada. É de fundo arenoso e coberta de uma camada grossa de argila pesada e morros de massapé. Uma camada de capim Jaraguá<sup>8</sup> cobria a terra quase por toda extensão e sem proteção de árvores, em vista de derrubadas, levadas a efeito no imóvel, indiscriminadamente e sem consideração pela conservação de áreas de sombras. A parte à direita da rodovia, banhada pelo Ribeirão do Matuto, era a única parte aguada do imóvel e em comum com as terras da Fazenda. As culturas existentes somente eram em caráter de exploração econômica. O sítio se mantinha na condição de pastagem de vacas trazidas de outras fazendas para a produção de leite, com exploração econômica restrita a pastagens nas chuvas, pela falta de irrigação das vargens para a produção de forragens secas. Havia ainda algumas árvores frutíferas e poucos pés de eucalipto nesta área.

Conforme consta da folha 48 do Processo, a Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo autorizou em 3 de fevereiro de 1944 ao Sr. Rubens de Azevedo Carvalho, vender em lotes uma área de 19.320m<sup>2</sup>, cerca de 2 hectares do sítio. Essa área de terras foi dividida em 35 lotes, sendo 34 deles de 480m<sup>2</sup> e 1 de conformação triangular, de 40m x 14m na sua base. Segundo ainda os dados do Cartório, consta na folha 16 do Processo e de anexo ao Relatório da Perícia a venda de lotes com seus respectivos compradores e valores pagos por estes na época da negociação, ficando o referido sítio reduzido a 471.436m<sup>2</sup>, ou seja, 47 hectares, 14 ares e 36 centiares, depois de deduzido o montante de lotes vendidos, ou 43.664m<sup>2</sup> do total da área primitiva que era de 515.100m<sup>2</sup> ou 51 hectares e 51 ares como já apresentado.

As terras do Sítio Nhô Antônio, desde suas divisas com o leito da Estrada de Ferro Central do Brasil, onde se iniciava a área urbana da cidade, eram oneradas por impostos territoriais de caráter suburbano, conforme o Decreto Municipal número 16, de 29 de julho de 1938, que determina o período suburbano de Pedro Leopoldo na época, começando ao longo da via férrea, perto das residências da mesma estrada e prolongando-se até o pontilhão sobre o Ribeirão do Matuto, seguindo até a ponte de alvenaria existente sobre a rodovia estadual. Desse ponto, seguia em linha reta, atravessando o Sítio Nhô Antônio, até à Fonte da Biquinha, noutro sítio.

Assim, a área do Sítio Nhô Antônio em que estão situadas algumas ruas e partes remanescentes deste sítio que vão destas ruas até a linha divisória estabelecida pelo Decreto Municipal acima citado é de perímetro suburbano.

---

<sup>8</sup> Conforme a Ed. 1 do Dicionário Houaiss de 2009, Jaraguá (*Hyparrhenia rufa*) é uma erva que mede até 2m, da família das gramíneas, com inflorescências de cor ferrugínea. É nativa das regiões tropicais da África e é muito cultivada no Brasil, como uma das principais forragens para bovinos.

No documento à folha 51 do já referido Processo, faz referências à situação de localização das terras em área urbana, o que não está de acordo com o mencionado Decreto Municipal. Outras anotações na folha 37 fazem a mesma referência de posição das terras em área urbana, o que também não está de acordo com o citado Decreto Municipal.

### **3.3 Granja Lagoa Preta**

Pertencia ao diretor da Fazenda Experimental – Sr. Amando Belisário Filho - mas estava em nome de um terceiro, deixando de externar alguma ideia sobre sua desapropriação ou não, numa tentativa de comover o então Presidente da República.

A propriedade possuía 9 hectares e 85 ares de terras, conforme planta do topógrafo, Sr. Adolfo Aguiar, confrontando ao sul com terrenos do Sr. Manoel Martins da Cunha, a oeste com o Ribeirão do Matuto, ao norte com a Fazenda de Criação e a leste com a rodovia. Era delimitado por cercas de arame farpado e pelas águas do Ribeirão do Matuto.

A Granja da Lagoa Preta, desmembrada da antiga Fazenda da Tapera, foi adquirida da “Dona” Augusta da Costa e do Sr. Francisco Silva, em 20 de novembro de 1931 e 5 de outubro de 1938 respectivamente, pelo Sr. Rômulo Joviano<sup>9</sup> conforme registro de imóveis números 1.372 e 1.400 em Pedro Leopoldo.

Em 29 de novembro de 1943, foi o imóvel vendido ao Sr. Amando Belisário Filho, conforme o Livro de Notas 16, à folha 13 e 16 do Cartório do 1º Ofício de Pedro Leopoldo e não constando até então, qualquer transferência para outro proprietário.

O terreno, constituído por planícies, era cercado de um lado pelo Ribeirão do Matuto e do outro pela rodovia, sendo atravessado em sua extensão norte/sul por uma lagoa. Esta planície apresenta uma pequena elevação entre a referida lagoa e a rodovia. A elevação média é de 700m, correspondendo à altitude da Estrada de Ferro Central do Brasil, que se avizinha da região do imóvel e a conformação das terras favorece a irrigação em quase toda sua extensão. O terreno não demonstra indícios de rochas, pois é constituído em sua maior parte por desvios de leito do ribeirão, revelando uma formação aluviana. O solo argiloso em quase sua totalidade, com exceção de uma área calculada em cerca de 1 hectare de origem granítica com traços de influência calcária. A cobertura do solo, nas suas partes mais ricas, era formada por gramíneas, dentre as quais preponderava a “Jaraguá” e bem suprida de aguadas pelo

---

<sup>9</sup> Zootecnista renomado do Ministério da Agricultura, muito amigo de Chico Xavier, foi o primeiro diretor da Fazenda Modelo, teve fundamental importância na pesquisa científica para seleção e melhoramento da raça Simental, culminando na fundação da Associação Brasileira de Criadores da Raça Simental (ABCRS).

Ribeirão do Matuto e pela Lagoa Preta, que dá nome à granja, que servem de irrigação para toda a área.

A Granja possuía cerca de 8 hectares de culturas de arroz e hortaliças na maior parte e milho e com melhor aproveitamento de pastagens de seca, em virtude da possibilidade de irrigação. Era cercada em três lados por plantações de bambus e suas divisões internas por eucaliptos e cercas de arames farpados. Possuía 615 pés de eucaliptos plantados às margens da lagoa e alguns com mais de dez anos de vida.

Havia como benfeitorias um barracão, um rancho de sapê para guarda de utensílios agrícolas e outro para abrigar uma canoa. Não havia indícios de exploração econômica uma vez que sua manutenção tinha por objetivo o recreio e o esporte.

Imperioso reconhecer que na época, o aproveitamento da gleba residia nas possibilidades de extensa exploração hortícola ou de produção intensa de forragens verdes para serviços de forrageamento, silagem e fenação, em vista da localização de suas aguadas, aptas a fornecerem valioso trabalho irrigatório.

A primeira proposta de venda do imóvel, de conhecimento público, foi feita ao Ministério da Agricultura em 8 de agosto de 1944 e a segunda foi levada a efeito em 26 de fevereiro de 1948.

As terras foram vendidas por força da Lei número 123 de 27 de dezembro de 1947, que determinou valores médios por hectare de terras em Pedro Leopoldo, sendo terras de culturas e terras de campo.

### **3.4 Vargem do Totó**

Pertencia ao senhor Manoel Martins da Cunha, que alegava uma área de 6 alqueires, onde 2 alqueires serviam de pastagem para gado leiteiro e “gado de carro”, 4 alqueires eram de plantação de arroz, variando anualmente entre 300 e 400 sacas e produzia ainda legumes e verduras em abundância, feijão, milho, alho e cebola. A família era composta por 14 pessoas, sendo 7 delas netos de Manoel e órfãos de pai. Alegava que nestes trabalhos, no correr do ano e de maneira continuada, ora no cultivo do arroz, ora no trato das outras plantações, participavam mais de vinte pessoas e que, além destas atividades o proprietário se ocupava ainda com a criação de porcos, segundo o referido documento, em quantidade razoável e com diversas propriedades na terra, ou melhor, benfeitorias, como casa de morar onde residia com a família, paiol, ceva e galinheiro.

Possuía na verdade 26 hectares e 47 ares, limitando-se ao sul com terrenos da Evangelista e Filhos Ltda., a oeste com o Ribeirão do Matuto, ao norte com a Granja da Lagoa Preta e a leste com a rodovia. Era cercada por arame farpado e pelas águas do ribeirão.

Foi desmembrada da Fazenda da Tapera, tendo sido adquirida em 1º de fevereiro de 1941 de Ana de Souza Vieira e outros por Manoel Martins da Cunha.

Como indica a denominação da propriedade, caracteriza-se a conformação por extensa vargem<sup>10</sup>, cercada de um lado pelo Ribeirão do Matuto, com depressões pantanosas na parte central e ligeiras elevações par ao lado da estrada, sendo cortada por um córrego que nasce nas terras do Sítio dos Coqueiros, que se situa a leste.

A elevação é de cerca de 700m e quase sem variações e não possui rochas em afloramentos visíveis. Possuía solo argiloso, típico de aluvião, com cobertura constituída de capim Jaraguá em cerca de metade de sua área sendo que, na outra metade, havia plantas características de brejo e as margens do ribeirão, ao longo de toda a propriedade eram quase sem matas ciliares, sujeitando-se à erosão e não apresentava quase nenhuma sombra protetora.

As aguadas são a do ribeirão e do córrego que procede do Sítio dos Coqueiros e das lagoas situadas ao centro do terreno e podiam ser utilizadas em serviços de irrigação em toda área.

Possuía zona cultivável formada por cerca de 15 hectares, com possibilidade de cultivo de arroz e hortaliças, milho nas faixas de terras a margem do ribeirão, com aproveitamento melhor de horticultura e pastagens de seca devido a possibilidade de irrigação e contava ainda com algumas poucas plantações de bambus e poucas árvores frutíferas. Possuía ainda uma casa de moradia, dois barracões de ceva e um paiol.

A utilização econômica da propriedade na data da inspeção do poder público caracterizava-se por um aproveitamento das possibilidades que lhe diziam respeito, com hortaliças e diminutas áreas de arroz e milho, alguns porcos de engorda, poucas vacas leiteiras, equídeos de serviço e alguns bois de carro.

Em 13 de março de 1948 foi encaminhada à consideração da autoridade competente, com o Ofício de número 330 da Inspetoria Regional da D.F.P.A. em Pedro Leopoldo a primeira proposta de venda da propriedade.

---

<sup>10</sup>Conforme a Ed. 1 do Dicionário Houaiss de 2009, é uma espécie de vale.



### 3.5 Sítio dos Coqueiros

Pertencente à empresa Evangelista e Filhos Ltda. e exploravam o beneficiamento de milho na cidade. De toda a terra, 10 alqueires eram usados para pastagem de gado leiteiro com uma produção de 54.000 litros anuais; 1 alqueire em bananeiras e outras frutas; 1 alqueire em canavial para uso do gado; 2 alqueires em plantação de mangas para criação de porcos, cuja engorda englobava cerca de 500 cabeças; 4 alqueires em vargens, cultivadas com plantação de arroz, cuja produção anual era de cerca de 500 sacas; alho e cebola em grande quantidade, legumes e hortaliças em abundância; 1 alqueire dos quatro citados estavam sendo utilizados para reflorestamento com uma plantação de 12.000 mudas em bom estado de desenvolvimento.

Alegava ainda que as benfeitorias eram numerosas, com quatro casas de moradia, ceva e galinheiro. Nessa propriedade residiam quatro famílias que se ocupavam das atividades acima mencionadas além de outra família que se ocupava também das atividades referidas, tendo aproximadamente 30 pessoas se beneficiando do sítio e vivendo a expensas dos respectivos rendimentos.

Além disso, a grande criação de porcos que ali se mantinham só era possível pelo aproveitamento dos subprodutos e sobras do milho, na indústria de seus proprietários.

Com uma área total de 84 hectares, 85 ares e 70 centiares, estava dividido em duas partes pela rodovia que ligava o município à capital Belo Horizonte nas proximidades do Km 43, com uma das partes a oeste da referida estrada e confrontando ao sul com terras dos herdeiros do Sr. Guilherme de Souza Machado; a oeste com o Ribeirão do Matuto e ao norte com terras da Vargem do Totó, de Manoel Martins da Cunha; a outra parte, localizada a leste da aludida estrada, confronta ao norte com terras do Sr. Caetano de Azevedo Carvalho, denominadas Sítio do Papo Sujo; a leste com terrenos pertencentes a Francisco Silva, denominadas Pastos dos Olhos D'água e ao sul com terras pertencentes aos herdeiros do Sr. Guilherme de Souza Machado, da antiga Fazenda dos Coqueiros.

O Sítio dos Coqueiros fazia parte da propriedade do Sr. Francisco Silva, que foi dividida em duas partes em 27 de agosto de 1944, em conformidade com a documentação existente na Coletoria Estadual em Pedro Leopoldo. Desta divisão resultaram de um lado, o Sítio dos Coqueiros e, do outro o Sítio do Papo Sujo, que fora vendido posteriormente ao Sr. José Elias da Costa que o repassou ao Sr. Francisco Azevedo que também, por sua vez, o transmitiu, por venda, ao Sr. Caetano de Azevedo Carvalho e os proprietários continuaram com os imóveis até o ano de 1944.

Conforme os documentos estudados, a parte da propriedade situada a oeste da rodovia Belo Horizonte/Pedro Leopoldo - hoje MG – 424 – era toda de vargem, com cerca de 22 hectares, cortada por um córrego com partes de brejos; a parte localizada a leste da citada rodovia com cerca de 63 hectares com meia encosta, subida gradativa do plano da estrada até o divisor das águas entre o Ribeirão do Matuto e o da Mata. A altitude verificada na vargem é de aproximadamente 700m – a mesma da Vargem do Totó e da Granja da Lagoa Preta e a elevação da parte alta variam de 720m a 800m. Na parte da vargem não há indícios de afloramento de rochas e na parte mais alta surgem afloramentos de rochas roladas, do tipo granítico. Na vargem o solo é argiloso, de origem de aluvião, com maior frequência de matéria orgânica e nos morros, o solo tem características de massapê com influência de calcário próximo. As aguadas da vargem são as do Ribeirão do Matuto, do córrego existente na parte superior do imóvel e de pequenas lagoas e ainda na parte mais elevada existem as nascentes do córrego e alguns brejos na margem da estrada. Há culturas de arroz, milho e hortaliças em quase toda a extensão do terreno, sendo que na parte mais elevada plantações de bananeiras, laranjeiras, abacateiros, canavial e eucaliptos. As pastagens existentes na época eram subdivididas e bem cuidadas.

Conforme declarações em notas do Procurador existiam como benfeitorias na propriedade três casas para moradia, curral e barracão para ordenha, um açude, ceva para engorda de porcos, cercas internas entre outros e foram avaliadas como em bom estado de conservação e em pleno funcionamento.

O Sítio possuía uma atividade econômica através da produção de hortaliças, cereais, frutas e leite, explorando um rebanho mestiço de raças europeias de valor apreciável.

A criação e engorda de porcos eram moldadas em bases econômicas, aproveitando-se, com vantagens, os resíduos da indústria de alimentos de milho mantida pelos proprietários do terreno no município.

Em 26 de fevereiro de 1948, a Evangelista e Filhos Ltda. fez uma proposta de venda da propriedade ao Ministério da Agricultura que não aceitou e tornou a receber uma nova proposta em 26 de outubro do mesmo ano que também não aceita.

### **3.6 Sítio do Papo Sujo**

De propriedade do senhor Caetano de Azevedo Carvalho, possuía 12 alqueires de terras ocupadas em pastagem de gado leiteiro, com uma produção anual de 60.000 litros de leite. O sítio possuía casa, curral, galinheiro e um açude.

Com uma área de 55 hectares e 57 ares, conforme se pode deduzir da antiga planta da propriedade do Sr. Francisco Silva, que consta de processo na Inspeção Regional do Ministério da Agricultura em Pedro Leopoldo.

O imóvel confronta-se ao norte com a Fazenda de Criação, a leste com terrenos do Sr. José Elias da Costa, ao sul com terrenos do Sítio dos Coqueiros e a oeste com a rodovia, nas imediações do Km 44.

O Sítio do Papo Sujo fazia parte das terras do Sr. Francisco Silva que, juntamente com os terrenos do Sítio dos Coqueiros, foram oferecidas à venda ao Governo federal em 03 de dezembro de 1943, com uma área de 142 hectares e em 27 de abril de 1944, seu proprietário acima referido vendeu parte dessa gleba ao Sr. José Elias da Costa que no mesmo ano ainda, o repassou por venda ao Sr. Francisco Azevedo que, já em 23 de janeiro de 1946 o vendeu ao Sr. Caetano de Azevedo Carvalho, ficando este como seu último proprietário.

Esta propriedade tem a conformação de uma bocaina<sup>11</sup> de terras de meia encosta, com um açude no centro, alimentado por nascentes próprias e com altitude entre 700m e 800m, com subsolo apresentando afloramentos de rochas roladas do tipo granítico, solo com características de massapê com influência de calcário próximo e com o referido açude localizado no centro da citada bocaina. O Sítio não tinha culturas e havia uma casa de moradia para vaqueiro, um curral de réguas e coberta para ordenha, sobrevivendo da venda de leite e criação de bovinos. O proprietário era comerciante na cidade, mantendo um preposto no sítio.

### **3.7 Fazenda dos Coqueiros**

Possuía 15 hectares de terras ocupadas, com a frente para a empresa Evangelista e Filhos Ltda., cultura de arroz e outros cereais, legumes e verduras e o restante em pastagens. Confrontava ao sul com terras do Sr. Guilherme de Souza Machado, a oeste com o Ribeirão do Matuto, ao norte com terras de Evangelista e Filhos Ltda., e a leste com a rodovia.

O imóvel, denominado Fazenda dos Coqueiros, é parte de uma gleba de terras da antiga Fazenda da Tapera, que foi retalhada em vários quinhões distribuídos a vários herdeiros, mas de interesse do Governo federal era apenas esta referida parte.

Toda a extensão desta área de terras é constituída por planície, de altitude aproximada de 700m e sem maiores variações que as que se verificam na extensa vargem de que fazem parte o Sítio dos Coqueiros, a Vargem do Totó e a Granja da Lagoa Preta. Em seu solo não há

---

<sup>11</sup> Segundo o Dicionário Houaiss 2009, é uma depressão que serve de passagem numa serra; garganta.

afloramentos de rochas, o solo é argiloso, de origem de aluvião e com cobertura idêntica ao resto da extensa vargem. As aguadas que servem as faixas de terrenos em estudo são as do Ribeirão do Matuto e alguns brejos nela existentes. Possuía culturas de arroz e hortaliças em pequena escala e sem benfeitorias.

Esta parte da fazenda a que me reporto, era pasto de algumas vacas leiteiras e apresentava também pequenos núcleos cercados para plantio de arroz e hortaliças de onde os proprietários exploravam seu viver.

Alegavam seus proprietários em carta ao Presidente da República não haver exageros ao dizer da inconveniência da desapropriação e que os sítios e pequenas propriedades atingidas pela medida prestavam reais serviços à população de Pedro Leopoldo e Belo Horizonte. E ainda sobre a desapropriação, passaram um segundo prisma pelo qual encaravam o Decreto-Lei 9.593, alegando que a Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo, que pleiteou a medida consubstanciada no decreto acima citado, era um “órgão público que apenas apresentam déficits”.

Conforme o documento, a Fazenda possuía elementos para se manter, custeando com os produtos e rendimentos de suas terras todas as suas despesas e ainda onerando o Tesouro Nacional grandemente, alegando que a referida Fazenda não necessitava de mais terras ou pastagens para o custeio de seu gado e afirmando isto ser tão verdade que há muitos anos pleiteava a desapropriação de terras vizinhas, sendo que todo o ano perdia pasto pelo inaproveitamento do mesmo.

Em 14 de agosto de 1947, o Sr. Dr. Christiano Ottoni, prefeito da cidade Pedro Leopoldo na época, enviou um ofício de número 1.133 e folhas 1/47, alertando o então responsável pela Inspeção Regional que cuidava do caso, Sr. Romulo Joviano, notificando-o de que pessoas estavam depositando material de construção nas proximidades das terras que estavam em processo de desapropriação e que animais estranhos invadiam as várzeas e pastos da Fazenda, uma vez que pessoas não identificadas rompiam propositadamente as cercas, assim como estragavam as edificações do sítio Nhô Antônio, uma vez que este estava em processo de desapropriação.

Então, publicou-se no Diário Oficial de 19 de agosto de 1946, que o Decreto-Lei 9.593 de 16 de agosto de 1946 desapropriava, por utilidade pública, os terrenos que menciona, situados no município de Pedro Leopoldo (MG), em que o Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferia o artigo 180 da Constituição e de acordo com o disposto no artigo 6º combinado com o artigo 5º, letra h, do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, decreta em seu artigo 1º que ficam então desapropriados, por utilidade pública, os terrenos

Sítio Nhô Antônio, situado em Pedro Leopoldo (MG), com a área aproximada de 51 hectares, dividido em duas partes pela estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagoas – hoje MG-424 - nas proximidades do km 47. A parte que fica a leste da estrada de rodagem confinava na época, ao norte com a propriedade do Sr. João Pinto de Matos e a leste e ao sul com o Ribeirão do Matuto, confrontando com a Fazenda. Ao norte, que fica a oeste da estrada de rodagem confina com Estrada de Ferro Central do Brasil e a este com terreno de propriedade dos Srs. Armando Belizário Filho e José Pereira, e ao sul com a Fazenda. A Granja da Lagoa Preta, com uma área de 9 hectares e 85 áreas, com as confrontações ao sul com terrenos do Sr. Manuel da Cunha, a oeste com o Ribeirão do Matuto, ao norte com a Fazenda e a leste com a estrada já mencionada. A Vargem do Totó, com área de 26 hectares e 47 áreas, confrontando-se ao sul com terrenos da firma Evangelista e Filhos Ltda., a oeste com o Ribeirão do Matuto aos mesmos pertencentes, e com a referida MG-424, estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagoas nas proximidades do km 44. O Sítio dos Coqueiros, com área de 87 hectares, cortado por duas estradas de rodagem que liga Belo Horizonte e Sete Lagoas, nas proximidades do km 43. A parte situada a oeste da referida estrada, confronta-se ao sul com terras do Sr. Guilherme de Souza Machado, a oeste com Ribeirão do Matuto e ao norte com terrenos do SR. Manuel da Cunha. A parte localizada a leste da mesma estrada confronta-se ao norte com terras do Sr. Francisco de Azevedo, a leste com a propriedade do Sr. Francisco Silva e ao sul com terras pertencentes ao Sr. Guilherme de Souza Machado. O Sítio do Papo Sujo, com a área de 57 hectares, confronta-se ao norte com a Fazenda, a leste com os terrenos pertencentes ao Sr. José Elias da Costa, ao sul com terras do Sr. Evangelista e Filhos Ltda., e a oeste com a estrada já mencionada, nas proximidades do Km 44. A Fazenda dos Coqueiros – apenas uma parte - com a área aproximada de 15 hectares, confrontando-se ao sul com o Sr. Guilherme de Sousa Machado, a oeste com o Ribeirão do Matuto, ao norte com terrenos de Evangelista e Filhos Ltda. e a leste com a mesma MG-424, nas proximidades do km 45. E em parágrafo único, reafirma a desapropriação, ora declarada de utilidade pública, tendo por finalidade ampliar a área da Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo, ali existente. Declara ainda a urgência da desapropriação de que se trata, repassa verba ao Ministério da Agricultura para promover as desapropriações e revogam-se as disposições em contrário.

Seguiu-se então uma série de correspondências aos referidos proprietários das terras mencionadas, com o propósito de dar prosseguimento às desapropriações para ampliação da Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo.

Porém, com a demora na concretização da desapropriação, motivou-se o abandono dos trabalhos de conservação das propriedades acima citadas - por parte de seus detentores - provocando assim negócios com terceiros, imprimindo-se também, valores exorbitantes dos terrenos e sobrecarregando as despesas da desapropriação. E perante a situação de incerteza que se foi criando em torno do assunto, os proprietários das terras envolvidas começaram a abrir cercas, criando prejuízo das pastagens que ficaram descuidadas e efetuando negócios sobre os terrenos aludidos, possibilitando a invasão de animais outros nas terras da Fazenda, nas áreas em comunicação com o Ribeirão do Matuto, por onde era possível o acesso à propriedade do Governo.

Desta forma, o inspetor chefe da Inspetoria Regional, na pessoa de Romulo Joviano solicitou, em 17 de setembro de 1947, mediante a situação de demora do processo de desapropriação, que a Fazenda se apropriasse logo dos terrenos, uma vez que os artigos 7º e 8º do Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1946 permitiriam a utilização imediata dos bens desapropriados em favor do serviço público, uma vez que a situação ficava a cada dia mais embaraçosa para a Inspetoria Regional, que passou a ter choques constantes com os proprietários das terras mencionadas para a desapropriação desde 1946, mas sem incorporação definitiva, devido ao processo que foi devolvido à Divisão de Fomento da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, a fim de ser providenciada a abertura de novo crédito para indenização dos proprietários das terras adjacentes à Fazenda, em virtude do Tribunal de Contas ter negado registro de crédito aberto pelo Decreto-Lei 9.593 de 10 de agosto de 1946.

Então, em 18 de fevereiro de 1948, o Ministério da Agricultura notificou os proprietários das terras envolvidas no processo de desapropriação para que fossem apresentadas à Secretaria da Inspetoria Regional de Pedro Leopoldo as condições para entrega dos terrenos mencionados, para incorporação à Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo, e que não houvesse mais construções indevidas nos terrenos assim como vendas destes a terceiros, que foi um dos fatores dificultadores do processo, como o caso do Sítio Nhô Antônio, onde parte havia sido loteada a pelo menos 18 pessoas. Por estas e outras iniciativas, até 21 de maio de 1952, o Sítio Nhô Antônio ainda não fazia parte da Fazenda, tendo o Oficial Interino da época, Sr. Alcides Augusto Vieira visitado novamente o sítio, com propósito de refazer as leituras das medidas deste, na companhia do Inspetor Chefe da Inspetoria Regional, não mais Romulo Joviano, mas Darwin de Resende Alvim.

Isto posto, em 14 de junho de 1948, a Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, na pessoa de Christiano Ottoni Ferreira, envia uma comunicação ao Inspetor Chefe, ao tomar

conhecimento de uma representação dos habitantes da cidade quando, nesta mesma data, a mesa enviou ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra e ao Ministro da Agricultura, Dr. Daniel de Carvalho, ofícios solicitando que não se concretizasse a desapropriação de terrenos urbanos na cidade, conforme disposto no Decreto em benefício da Fazenda, já loteados há tempos, com a aprovação da Prefeitura Municipal e localizados em área urbana e que, se desapropriados, dariam margem a um sério problema citadino uma vez que, com pujante população operária, o município não teria como reassentá-los em outra área. E, interpretando então os reclames da comunidade, foi que a Câmara Municipal estava certa de conseguir seu intento de que seriam autorizadas medidas a tornar sem efeito a desapropriação da dita área, no que diz respeito à zona urbana da cidade em questão.

Nas funções de perito avaliador do processo, assumiu em 23 de agosto de 1948 o Sr. Thomas Heath Danton, para servir na ação de desapropriação de terras. Em 17 de novembro do mesmo ano, ele realizou uma vistoria de todas as propriedades, tendo sido marcadas, previamente, a data e a hora dessa ação, em comunicação aos interessados.

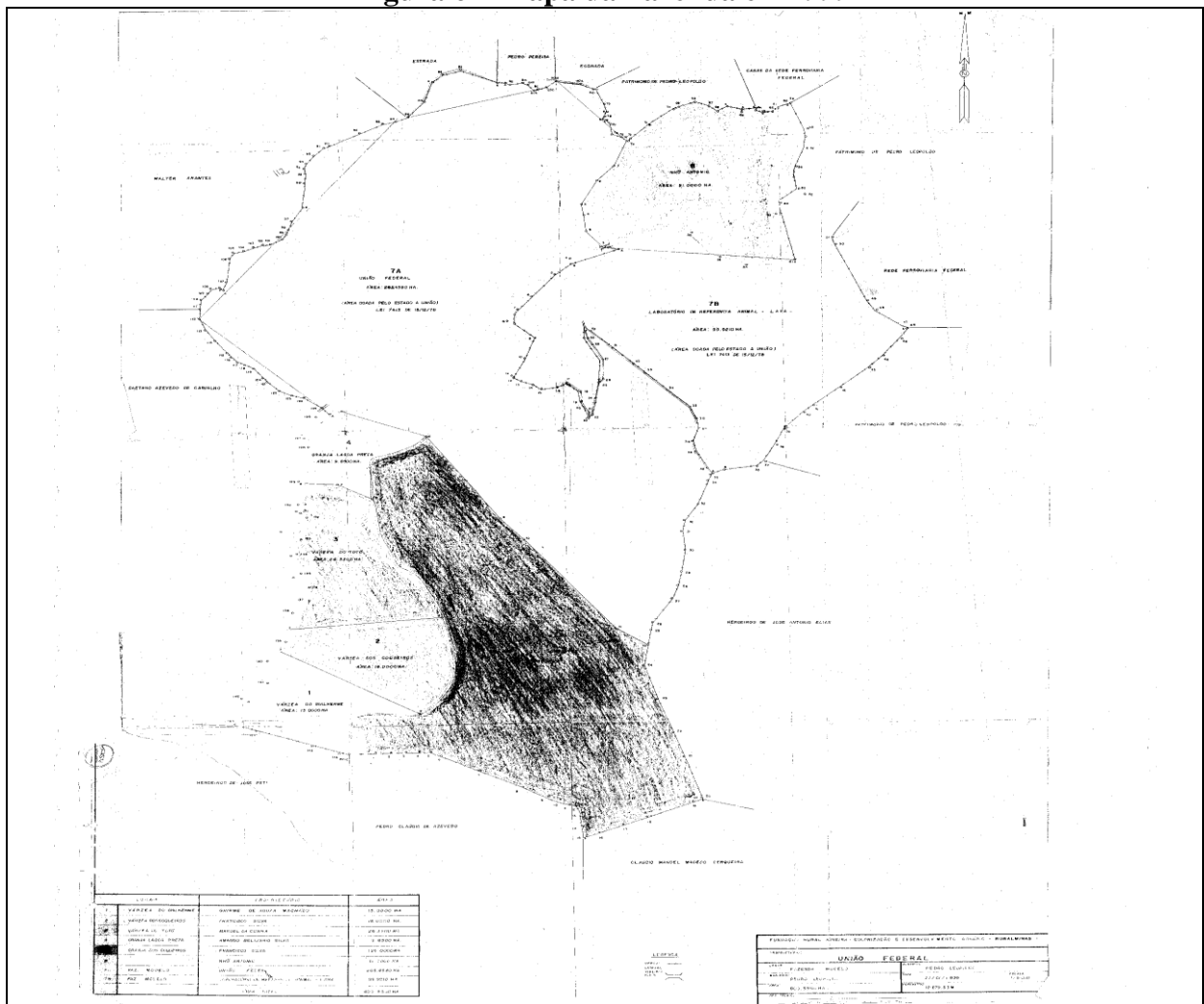
As confrontações de todos os imóveis, após a referida visita, foram dadas como certas, as áreas foram tomadas como sendo as das plantas anexadas aos laudos e os proprietários eram os mesmos mencionados no Decreto-Lei referido e na documentação do processo alusivo ao assunto. O laudo sobre cada uma das vistorias foi apresentado em separado, e em conformidade com a relação do processo, croquis foram anexados e apresentavam a situação dos diferentes imóveis em relação à Fazenda. Em cada laudo, ficou relatado o histórico do imóvel, registrando todos os fatos conhecidos, com referência a cada um deles, inclusive os nomes dos primitivos proprietários e preços de aquisição destes. Foram descritas todas as características de conformação física dos imóveis, para efeito de avaliação; o subsolo das diferentes áreas dos imóveis foi estudado, assinalando-se, em cada caso, os seus elementos caracterizantes; o solo foi examinado, determinando-lhe um valor econômico; quanto às aguadas, foram identificadas as fontes de suprimentos de água em cada área, observando-se as utilizáveis para bebida e irrigação; as culturas foram devidamente anotadas; cada laudo possui a relação das benfeitorias mencionadas por seus proprietários, a fim de serem avaliadas; determinou-se o grau de utilização econômica de cada gleba para avaliação da situação do imóvel, quanto ao valor de sua economia agropastoril; foram apreciados todos os elementos disponíveis para a positivação do valor venal das terras assim como das benfeitorias de cada um dos imóveis; foram mencionadas as estimativas fiscais, os impostos, os ônus diversos e as atividades profissionais de cada proprietário; foram ainda informados, conforme solicitação da Coletoria Estadual em Pedro Leopoldo e à Prefeitura deste município, referentes às

estimativas fiscais, impostos e valor de terras, com preços máximos e mínimos nos últimos cinco anos; foi anexado ainda ao mencionado relatório o Decreto Municipal alusivo à determinação das áreas urbana e suburbana do município. As avaliações, em cada imóvel, foram efetuadas sob os aspectos terras, benfeitorias e frutos pendentes.

Então, em 21 de maio de 1952 o Oficial Interino, Sr. Alcides Augusto Vieira, acompanhado do Oficial Efetivo Manoel Lourenço da Silva, dirigiu-se à Inspetoria Regional, Fomento e Produção Animal de Pedro Leopoldo, encontrando lá o Sr. Darwin de Rezende Alvim, Inspetor Chefe, quando então se dirigiram ao sítio Nhô Antônio, cumprindo Carta Precatória Citatória de emissão de posse da União, emitindo a mesma na pessoa do Inspetor Chefe acima citado, ficando assim empossada à dita inspetoria que foi lavrado o auto, lido, aceito e assinado pelo referido Inspetor Chefe, pelo Oficial Interino e pelo Oficial Efetivo.

Já em 1999 foi projetado um mapa da Fazenda, onde foram delineados seus limites e as áreas envolvidas no processo de desapropriação.

**Figura 6 – Mapa da Fazenda em 1999**



Fonte: Secretaria de Patrimônio da União



## 4 A FAZENDA MODELO E SUAS DIMENSÕES

### 4.1 Sustentabilidade

Quando se fala hoje em gestão de projetos urbanos, uma matriz recorrente tem sido a da sustentabilidade. Esta, nascida no âmbito do discurso ecológico ainda nos anos 1980, vem sendo crescentemente aplicada ao urbano, ao ponto de se falar hoje em “desenvolvimento urbano sustentável”, que é entendido convenientemente como o processo de transformação capaz de criar as condições necessárias para a satisfação das necessidades da geração atual, sem pôr em risco as opções das gerações futuras. Porém, o discurso da sustentabilidade urbana, muito recente ainda, coloca

De um lado, aquele que privilegia uma representação técnica das cidades pela articulação da noção de sustentabilidade urbana aos “modos de gestão dos fluxos de energia e materiais associados ao crescimento urbano”; de outro, aquele que define a insustentabilidade das cidades pela queda da produtividade dos investimentos urbanos, ou seja, pela “incapacidade destes últimos acompanharem o ritmo de crescimento das demandas sociais”, o que coloca em jogo, conseqüentemente, o espaço urbano como território político. (ACSERALD, 1999, p79).

Definir a sustentabilidade é realmente uma árdua tarefa, mesmo depois do Relatório Brundtland, criado em 1987. As abordagens que temos hoje vêm privilegiar aspectos funcionais e também econômicos, mas se mostram realmente insuficientes para uma abordagem do desenvolvimento urbano. E o problema começa na própria definição do conceito, uma vez que, para muitos pesquisadores, o termo sustentabilidade não teria sido ainda definido claramente, de um modo que possa ser aceito por todos. Alguns acreditam que o postulado da sustentabilidade teria sua origem na engenharia florestal, significando ali que só pode ser retirada uma determinada quantidade de madeira correspondente à quantidade que foi ou será reflorestada. Essa discussão se aplica efetivamente aos recursos renováveis, sendo inócua sua aplicação quanto aos recursos não renováveis.

Existem critérios que são necessários para avaliar uma situação que possa ser qualificada como sustentável e para verificar o desenvolvimento futuro quanto à própria sustentabilidade. Assim, quando é tratado o urbano, cabe-se perguntar o que seria, de fato, sustentável? Quais dimensões devem ser levadas em consideração ao se postular um desenvolvimento urbano sustentável? Como definir e como medir a sustentabilidade urbana? Essas são questões em torno das quais se devem articular quando se fala em sustentabilidade e nos dias atuais, conforme Wackermann (2008) temos mesmo um verdadeiro e

consequentemente imenso mar de literatura que aborda a sustentabilidade e das mais diversas maneiras.

Veiga (2012) esclarece que o termo desenvolvimento sustentável não deve ser visto como um conceito, mas como um novo valor que foi inaugurado na era moderna, assim como a do Relatório Brundtland, mas que é também falho ao abordar a necessidade, que se torna relativo a cada pessoa ou mesmo a cada nação. E afirma ainda que, para garantir o futuro, dependemos muito mais das oportunidades que temos e das escolhas que fazemos, do que do atendimento a supostas necessidades que apresentamos. E encerra afirmando que “até mesmo a definição mais aceita é facilmente criticável”.

O economista Streeten (1995), afirma que a sustentabilidade que realmente interessa ao ser humano, por uma simples questão de sobrevivência, é na manutenção, na reposição e no crescimento dos ativos de capital, sejam eles físicos ou humanos, assim como na manutenção de condições físicas ambientais dos fatores que contribuem ao bem-estar e na melhor resistência aos choques dos sistemas terrestres, capacitando-os para a absorção de choques e também de eventuais crises, evitando a transferência de dívidas de qualquer espécie, sejam elas ecológicas ou financeiras, para as futuras gerações. Ainda, fazer o que quer que seja ao contrário disso, é o mesmo que promover não a sustentabilidade, mas sim a insustentabilidade.

Então, esta pesquisa busca aprofundar áreas de interface, criando condições para que, sem perder a necessária profundidade em cada área específica, se possam investigar metodologias adequadas ao desenvolvimento sustentável, fornecendo, ao mesmo tempo, subsídios para que se possa pensar conceitualmente essa própria expressão cheia de controvérsias, sem se esquecer da cautela necessária quando se pisa em terrenos alheios – interdisciplinaridade.

Cabe anotar ainda que o momento em que vivemos favorece esse tipo de aproximação, sendo mesmo caracterizado tanto por organismos internacionais, quanto pelo mundo empresarial, acadêmico e tecnocientífico, como o momento da emergência do híbrido, que seria marcado pela imbricação entre as descobertas científicas e tecnológicas e suas implicações sobre o mercado produtor, consumidor e os seus efeitos e formas de utilização nas políticas públicas, onde

[...] os híbridos significam a miscigenação de vários campos da ciência, da política, do direito, da economia, da religião, da ficção [...] rompendo com os segmentos das disciplinas ‘puras’. Podemos perceber e devemos estar atentos para reconhecermos e inter-relacionarmos, sem perder o seu sentido específico, o conhecimento, o

interesse, a justiça e o poder. Trata-se, nessa perspectiva, de conectar o global e o local, o cultural, o ambiental, o social e o institucional. (LATOURE, 1991, p.9).

Ter em mente as declarações, relatórios, conferências e novas ideias que ambientaram a década de 1970 se tornou essencial para compreender o instante em que, de acordo com Barbieri (1997), a expressão "desenvolvimento sustentável" aparece pela primeira vez. Isso ocorreu em 1980, no documento *World Conservation Strategy*, produzido pela *World Conservation Union* (IUCN) e pela *World Wildlife Fund* (WWF), a pedido do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). No entanto, foi somente a partir da publicação do Relatório Brundtland que ficou denominado “Nosso futuro comum” em 1987, fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), que a expressão passou a ser reproduzida mais amplamente ao ser definida, conforme Brüseke (1995, p.33) como "o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Nessa perspectiva, num primeiro momento, nada mais justo que proclamar e reproduzir o desenvolvimento sustentável dessa forma conceituado.

Quando se demora sobre as ideias imbuídas no Relatório Brundtland, verifica-se que certas proposições introduzidas por Wolfgang Sachs (2000) trazem à tona questionamentos de suma importância como: Quais seriam as necessidades a serem satisfeitas pelo desenvolvimento sustentável? Tais necessidades diriam respeito a quem? Estariam relacionadas à sobrevivência ou ao luxo? A sustentabilidade adicionada ao desenvolvimento iria ao encontro da natureza ou do crescimento econômico? Essas perguntas, além de conduzirem o raciocínio para além do domínio do óbvio, evidenciavam um rastro permeado de nuances polissêmicas. Na tentativa de reconsiderar e introduzir novos aspectos ao conceito de desenvolvimento foi adicionado a ele o adjetivo sustentável. Mas, ao trilhar o caminho da conciliação de fatores, por princípio, irreconciliáveis, uma vez que o crescimento está vinculado ao aumento do consumo e, conseqüentemente, ao dispêndio de cada vez mais matéria, a extensão do termo acabou por torná-lo impreciso. Ao buscar um desenvolvimento constante, os esforços acabaram por transformar a sustentabilidade da natureza em uma estratégia criada para sustentar o desenvolvimento econômico. Assim, pode-se dizer que

[...] tal como tematizada pelo relatório Brundtland, a ideia de desenvolvimento sustentável considera necessário e possível compatibilizar o "desenvolvimento econômico" indefinido com a diminuição contínua das desigualdades sociais e a preservação dos "recursos" e equilíbrios naturais. (CARNEIRO, 2005, p.27).

A implicação desses debates provocou derivações distintas para o Norte e para o Sul do planeta no decorrer dos anos 1990, através de um novo *ethos* desenvolvimentista, a uma onda de "re-desenvolvimento" que abarcou o mundo. Em outras palavras, observou-se a perpetuação daquilo que, embora de modo multifacetado, nunca cessou de ser o contexto das ações nacionais e internacionais: o desenvolvimentismo.

Esta passagem ficou mais visível na CNUMAD ou Eco-92, no Rio de Janeiro, onde o encontro, além de reafirmar e popularizar o conceito de desenvolvimento sustentável tirou qualquer dúvida sobre as intenções dos países que dela participaram. Conforme Sachs (2004) por um lado o Norte, embora reconhecedor da correlação existente entre meio ambiente e desenvolvimento, insistia nos riscos globais e na responsabilidade compartilhada para tratar dos mesmos e, por outro, o Sul priorizou a agenda desenvolvimentista, temendo que seu desempenho fosse tolhido em função da conservação do meio ambiente global.

A conferência de 1992 recebeu o nome de "O Grande Encontro da Terra", ao reverberar as definições do Relatório Brundtland, que tinha como principal objetivo, conforme Maurice Strong, que era na época o Secretário-Geral da Cúpula do Rio, vincular desenvolvimento e meio ambiente através da conciliação de critérios como equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

Contudo, ao analisar a lógica que permeia a conjugação desse tripé, Carneiro (2005) discorre sobre tais considerações e suas incompatibilidades, afirmando que há uma contradição estrutural inarredável entre a reprodução social orientada para o aumento indefinido do volume de mercadorias e de riqueza abstrata e que do outro lado, a consideração das qualidades específicas dos elementos, seres, condições e processos naturais da biosfera. Numa palavra, a subordinação da vida social aos imperativos sistêmicos da produção ilimitada de um volume sempre crescente de mercadorias supõe necessariamente um suprimento infinito de recursos naturais e uma capacidade infinita de reposição natural das condições, equilíbrios e processos naturais ameaçados por essa produção.

Não bastasse a falácia da inesgotabilidade de recursos, até hoje não houve provas contrárias que pudessem refutar a afirmação de que o capitalismo não promove a desigualdade social e ecológica entre as nações, evidenciando que, na verdade, a possibilidade de compatibilizar crescimento econômico, tecnologia e meio ambiente com a intenção de minimizar as desigualdades sociais, nada mais é que uma nova tentativa de revitalizar o desenvolvimento ou, então, como aponta Wolfgang Sachs (2000), continua sendo aquilo a que sempre acaba se reduzindo, um aparato de intervenções para impulsionar o PIB. Um significado bastante perigoso é quando se atribui

[...] outro significado à sustentabilidade, um significado aliás bastante perigoso. Nesse novo significado, a sustentabilidade é associada com o próprio desenvolvimento, e não com a natureza. Não envolve, portanto, um reconhecimento dos limites da natureza ou a necessidade de aceitá-los e mantê-los. Ao contrário, simplesmente significa assegurar o abastecimento contínuo de matérias-primas para a produção industrial, o fluxo constante de um número cada vez maior de mercadorias, uma acumulação de capital infinita – e tudo isso através da imposição de limites arbitrários que regulem a natureza. (SACHS, 2000, p.314).

Desse modo, verifica-se que o discurso que viabiliza a existência de um desenvolvimento sustentável como resultado do somatório de fatores, às vezes opostos e contraditórios, aufere, além da possibilidade de abstração dos problemas em uma calculabilidade técnico-racional, o mascaramento de fortes pontos de tensão onde decisões, muitas vezes, favorecem mais um lado que o outro. Nesse jogo, regido pelas regras de acumulação de riqueza abstraída, os homens estão subordinados a valorização da moeda capital em busca da legitimação, onde os valores a princípio não quantificáveis passam então a sê-lo.

O que acontece hoje, então, com o conceito de desenvolvimento sustentável? Neste ponto, Carneiro (2005) não tem dúvidas em apontar que esta noção vem desenrolando-se como forma de legitimação do *status quo*. A discussão a respeito do que se desenvolve é mínima e o conceito é repetido como forma de legitimar uma prática que, embora com matizes diversas, já dura cinco décadas: a economização do mundo. O que, nas palavras desse mesmo autor, é definida como "a subordinação virtualmente total da reprodução social ao imperativo da acumulação de riqueza abstraía". Ainda nesse sentido, o ideário do desenvolvimento sustentável inscreve-se no interior de uma filosofia da história, mais ampla, a saber, a ideologia desenvolvimentista que se converteu, historicamente, em horizonte intelectual do capital e, portanto, da sociedade como um todo já que toda ela participa do processo de sua reprodução.

Desse modo, ao ser proferida e ouvida a expressão desenvolvimento sustentável deve provocar uma postura crítica que force a compreensão de seu verdadeiro significado. É necessário que se perceba qual é a sustentabilidade que está em pauta. Se aquela que se coloca a serviço do desenvolvimento capitalista ecologicamente sustentável ou se aquela que acredita ser a reprodução social compatível com a natureza limitada que nos é real.

Com isso, fica clara a necessidade de se estabelecer com distinção o que se entende efetivamente através da noção de desenvolvimento sustentável. Amplamente empregada em diversas áreas do saber como a economia, administração, urbanismo, arquitetura, turismo, entre outras, o conceito multiplicou-se de forma a agregar a cada uma dessas matérias a ideia

da responsabilidade ambiental. No entanto, como foi observado, a adição daquele adjetivo ao desenvolvimento serviu menos para desafiar a noção desenvolvimentista do *status quo* do que para apagar as tensões existentes entre crescimento econômico e meio ambiente.

Por outro lado, como um conceito e crescentemente como uma série de práticas e políticas, a sustentabilidade ganha cada vez mais apoio e se torna como que um capital cultural, paralelo à noção de capital natural. O conceito de sustentabilidade é visto como aplicável ao campo do urbano e da preservação do patrimônio, onde princípios e condicionantes da sustentabilidade ambiental são apropriados para a urbanização e a conservação. Sob a rubrica da sustentabilidade, com um número de preocupações e questões específicas que devem ser perseguidas no que se refere aos campos da equidade, da criação de indicadores que medem uma gama de fatores mais amplos que apenas o crescimento e o produto interno, uma melhor compreensão dos processos que subjazem aos processos de urbanização e conservação e de um modo geral, uma compreensão mais clara do que somente o campo da urbanização e da conservação pode apreender da experiência do campo da conservação ambiental.

#### **4.2 A dimensão ecológica**

A Fazenda Modelo perfaz um total de 4,83 km<sup>2</sup>, apresentando colinas e cristas côncavo e convexas, com declividades entre 13% e 39%. As áreas com essa declividade correspondem à cerca de 30% de sua área total. Apresenta vales de fundo aplainado, com destaque para áreas por onde corre o Ribeirão das Neves e para áreas cortadas por vias de ligação entre bairros e a sede do município de Pedro Leopoldo. É importante ressaltar que uma grande parte apresenta declividade entre 0% e 2%, o que representa cerca de 11% da área total da Fazenda. Aproximadamente 60% da área total apresentam esta faixa de declividade, sendo que uma região aplainada se encontra em topo de morro, entre 760m e 820m de altitude, assim como ocorre em proporções significativamente menores em outra parte.



Nas áreas de declividade média e alta predominam a vegetação típica da transição entre a floresta subperenifólia e o cerrado. Já as atividades antrópicas ocupam as regiões mais baixas e de topografia menos acentuada e, nas áreas de menor declividade, portanto, a vegetação original foi alterada para implantação de pastagens e plantações, em especial culturas de milho e hortaliças. Acompanhando o curso do Ribeirão das Neves ainda se encontram porções da mata ciliar pretérita ou mata virgem.

Havia na região da Fazenda Modelo, áreas de desmatamentos que não se faziam somente para o preparo das terras para plantio ou mesmo para pasto, mas também para a exploração comercial madeireira que no ano 1867, o viajante inglês Burton relata que

[...] onde o rio se divide em dois braços para leste e oeste, formando uma ilha montanhosa, encontramos o barco 'jaguara', carregando enormes troncos seculares para o Morro Velho. Essa grande embarcação chata, com 34 metros e meio de comprimento e 4 e meio de largura e outro tanto de pontal, construída com vinhático e canela, com rebordo de pau d'arco e fundo forrado de ferro, é triangular na proa e na popa. Seu peso é aproximadamente de 16.000 quilos, correspondendo a maior parte ao metal. Descarregada, tem o calado de 10 centímetros, que aumenta cerca de 2 centímetros e meio para cada 4 toneladas: transporta 72 toneladas descendo o canal. (BURTON, 1977, p.17).

Então, o desmatamento era muitas vezes necessário, Ainda, desmatava-se também visando a obtenção de lenha, consumida nas próprias habitações rurais ou então as madeiras eram negociadas em áreas urbanas da região e serviam como moeda de troca. E embora não terem sido encontradas fontes documentais sobre consumo de lenha proveniente de áreas desmatadas do município, acredita-se que a lenha que era utilizada nas casas da cidade, tanto para construção como para cozinhar alimentos vinha de desmatamento.

De qualquer forma, o uso indiscriminado de lenha como combustível doméstico, e nas fábricas de cal, nas olarias, alambiques, caldeiras da fábrica têxtil de Pedro Leopoldo etc., consumiu certamente uma grande quantidade de madeira da região, mas que a Fazenda Modelo preservou, como cedros, angicos, sucupiras, perobas, jatobás, pau d'arcos e uma variedade de outras encontradas ainda hoje.

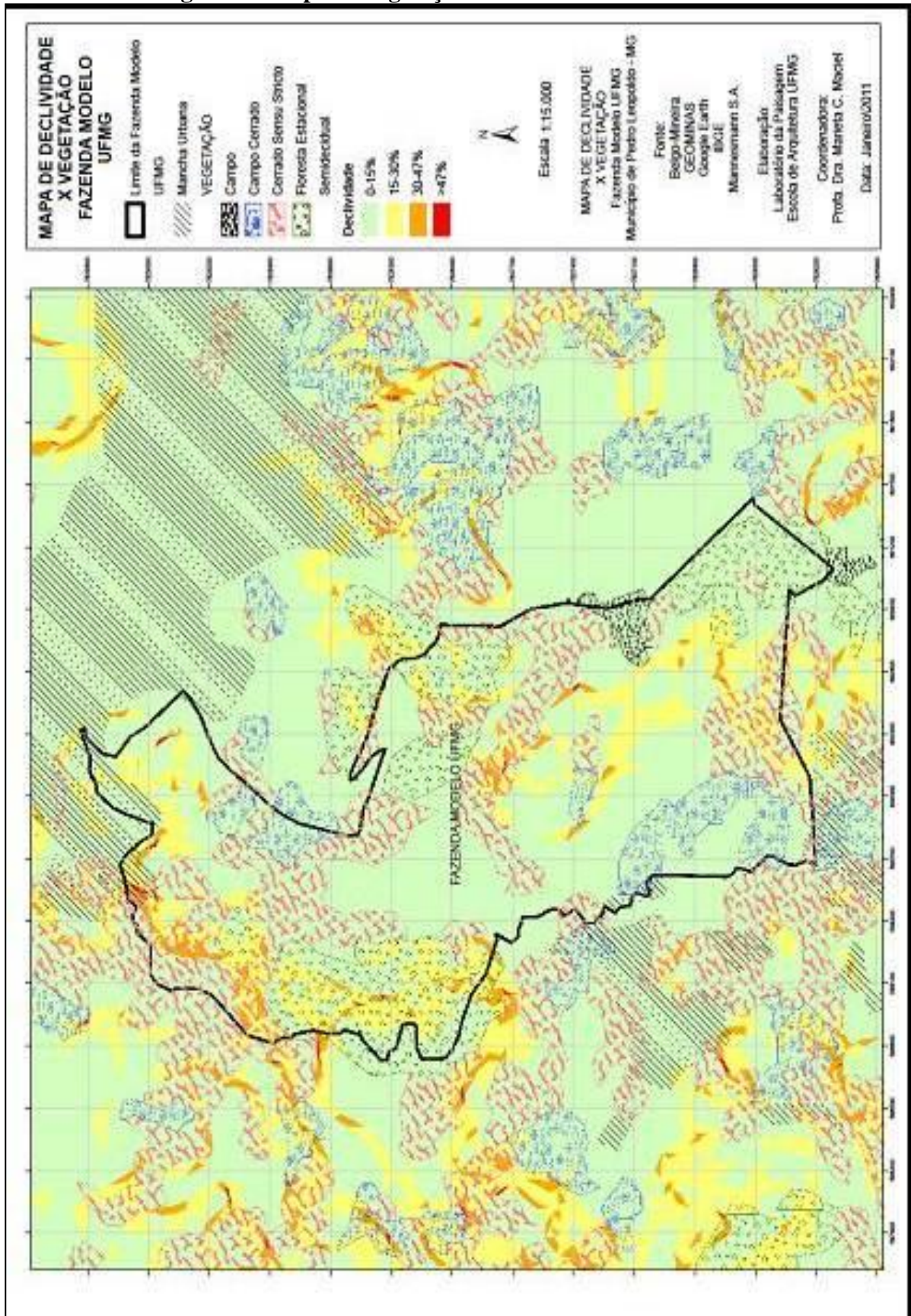
No tocante a fauna, o autor acima citado afirma que a região era muito rica, destacando-se onças, lobos-guará, veados-mateiros, porcos do mato, coelhos castanhos, seriemas, emas, pequenos macacos, várias aves como marrecos e periquitos, e que

[...] pouca caça, porém, aparece nas margens do [rio das Velhas]: essa se limita a um porco d'água, um veado pequeno que anda sozinho, pombas, e, em raros intervalos, alguns jacus. Aves selvagens, especialmente marrecas (...) às vezes eram vistas e ouviam-se os gritos de grou, partidos dos braços que se afastam do rio; para se chegar as tais lugares, contudo, é preciso muita caminhada através de brejos, não havendo outro recurso [...]. (BURTON, 1977, p.24).



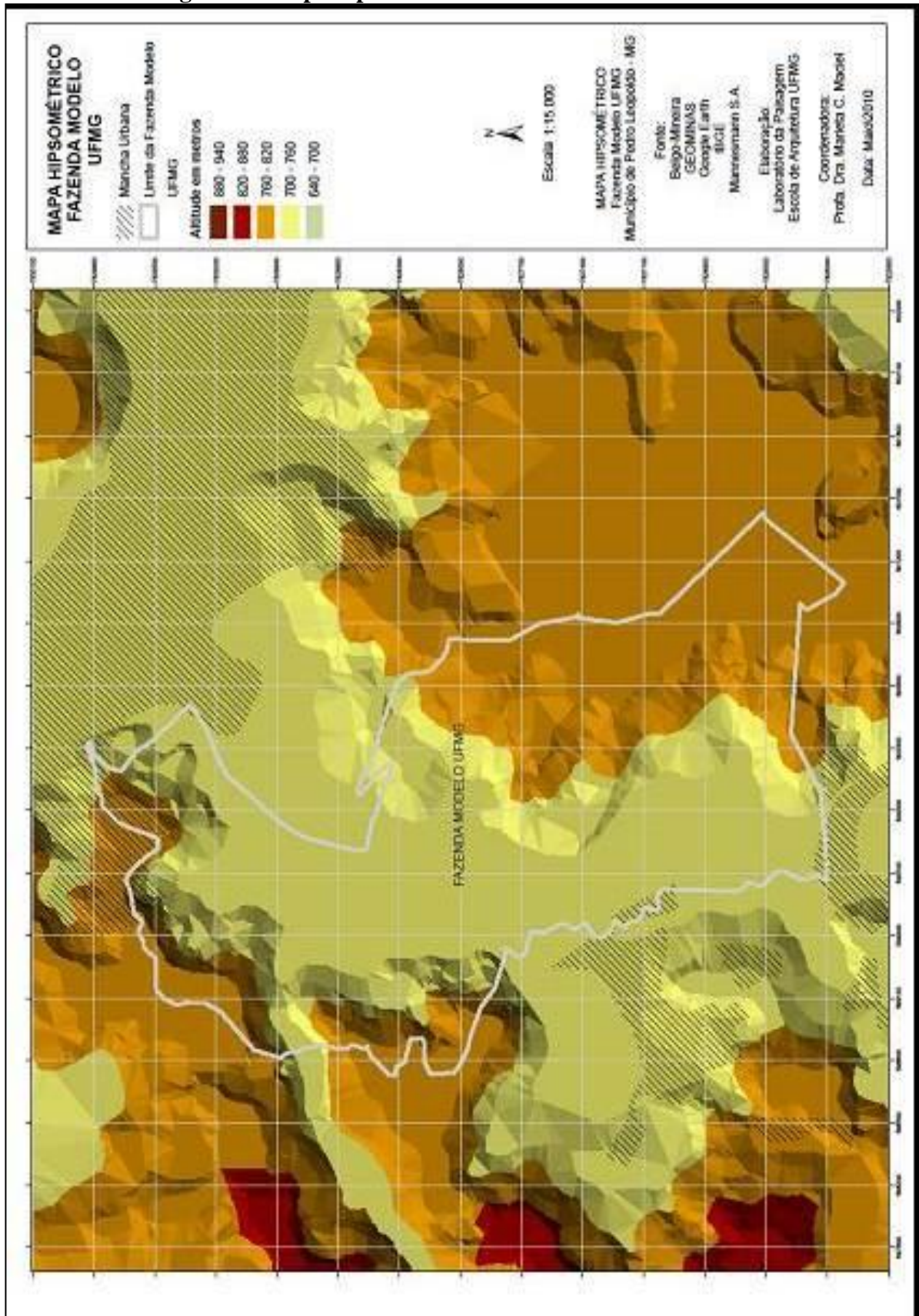
Não encontrou-se documentos para servir de base nos estudos para se saber como esta fauna está hoje, quais os animais encontrados e o que fazer para a preservação das espécies sobreviventes atualmente.

Figura 8 - Mapa de vegetação da Fazenda Modelo UFMG



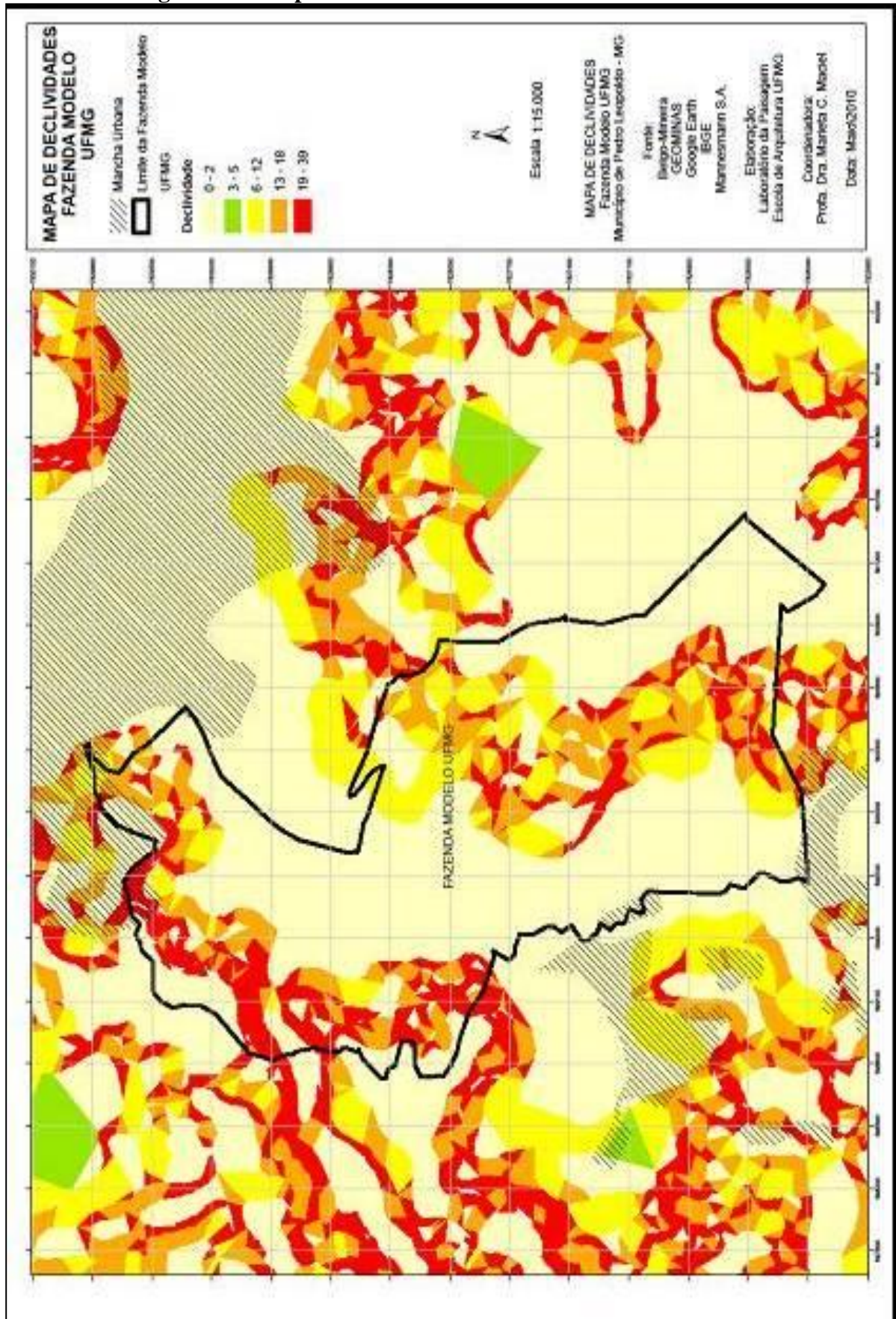
Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

Figura 9 - Mapa hipsométrico da Fazenda Modelo UFMG



Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

Figura 10 – Mapa de declividades da Fazenda Modelo UFMG



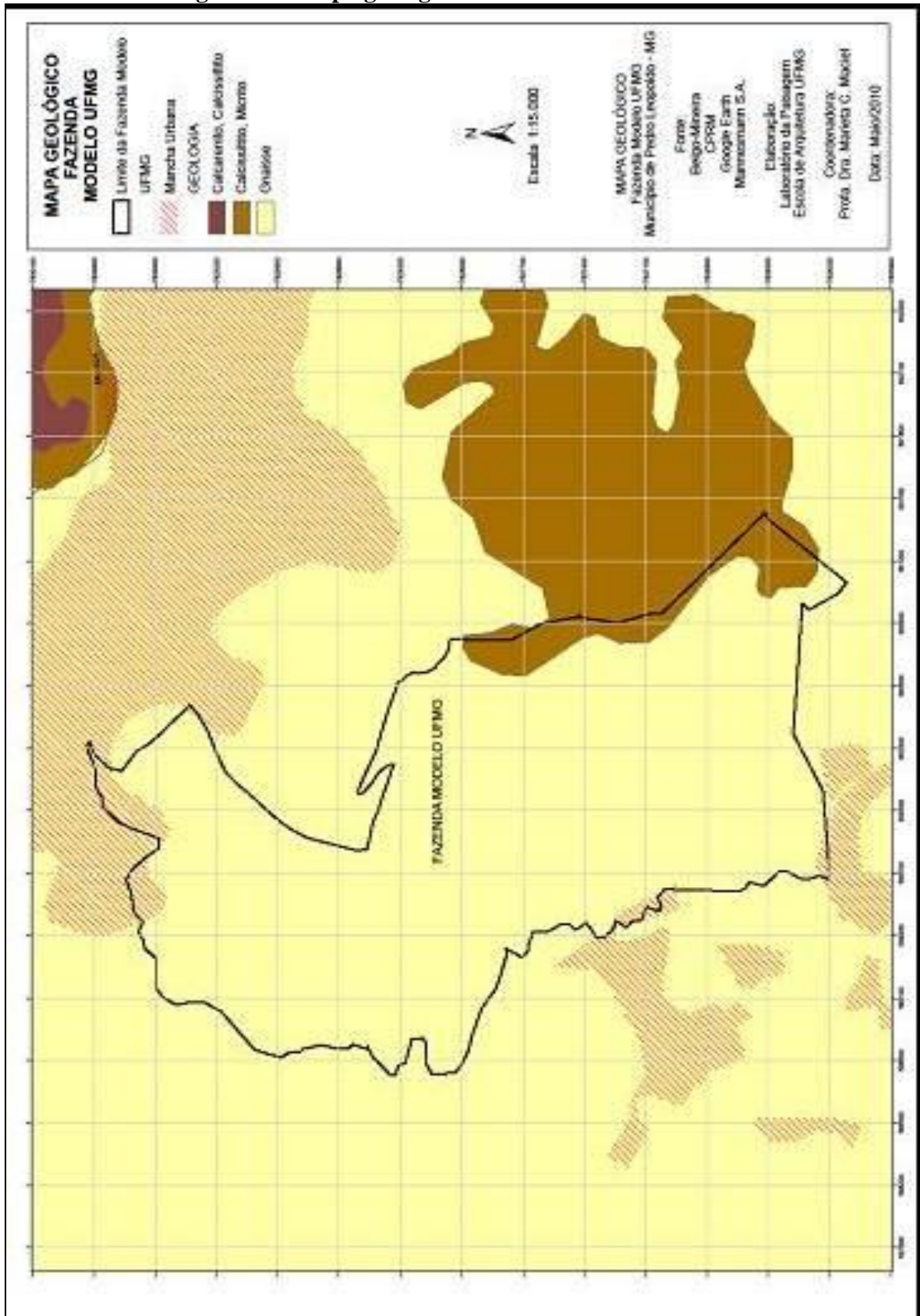
Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

O relevo da referida Fazenda Modelo é composto por colinas e morros vertentes de declividade moderada a muito alta, com substrato constituído por calcários maciços, puros, pertencente ao Membro Lagoa Santa da Formação Sete Lagoas, Grupo Bambuí.

Os solos, sendo produto da decomposição de rochas, podem estar em diferentes estágios de seu processo de formação, no qual atuam também fatores como clima, relevo, microrganismos e seres vivos determinando seus perfis.

De acordo com as características identificadas nos solos do município de Pedro Leopoldo, foram classificados pelo Sistema Brasileiro de Classificação dos Solos nas classes dos Latossolos, que são pobres em nutrientes, mas têm qualidades como pouca tendência à erosão e boa estrutura, permitindo a penetração das raízes e da água e possui relevo suave; e os Podzólicos, que são solos minerais com perda de argila, ferro ou matéria orgânica e possuem coloração clara, profundidades variadas e ampla variabilidade de classes. Porém a região da Fazenda Modelo encontra-se inteiramente sobre solos classificados como Podzólicos, os quais, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), seriam solos minerais com perda de argila, ferro ou matéria orgânica, de coloração clara e nítida diferença entre os horizontes e profundidades variadas.

Figura 11 - Mapa geológico da Fazenda Modelo UFMG



Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

Na Região da Fazenda, as classes mais comuns de solos são os Podzólicos Vermelho/Amarelo e Podzólico Vermelho/Escuro<sup>12</sup>. Este último distingue-se pela coloração avermelhada mais escura e teor de óxidos de ferro mais elevado. Alguns podzólicos podem mostrar características intermediárias com outras classes de solos, como pouco desenvolvimento de estrutura e cerosidade que, em linhas gerais, corresponde a filmes de material inorgânico revestindo as superfícies e conferindo aspecto lustroso, em decorrência de materiais depositados nas suas superfícies, constituído por minerais de argila, óxido de ferro ou mesmo alumínio.

**Figura 12 - Aspecto do solo da Fazenda**



**Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010**

---

<sup>12</sup> Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em seu Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, publicado em 2006, podzólicos são solos que, de alguma forma perdem argila, ferro ou mesmo qualquer matéria orgânica, e são ainda muito suscetíveis à erosão.

**Figura 13 - Aspecto do solo da Fazenda**



**Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010**

Nesses solos constata-se grande diversidade nas propriedades de interesse para a fertilidade e uso agrícola, como teor variável de nutrientes, textura, profundidade, presença ou ausência de cascalhos, pedras e concreções, com ocorrência em diferentes posições na paisagem, entre outras, tornando difícil generalizar suas qualidades.

Problemas sérios de erosão são verificados naqueles solos em que há grande diferença de textura, sendo tanto maior o problema quanto maior for a declividade do terreno.

Os solos, além da limitação da fertilidade, podem ainda apresentar problemas com a eficiência da adubação e da calagem se estiverem localizados em relevos de ondulados a forte-ondulados. Nessas situações, é imprescindível a utilização intensiva de práticas de conservação do solo para evitar perdas de fertilizantes e de corretivos por erosão, podendo os problemas tornar-se mais graves ainda se o solo for de cascalho e, quando a fertilidade natural, é elevada e não há pedregosidade, sua aptidão é boa para agricultura. É particularmente indicado para situações em que são inviáveis grandes aplicações de capital para o aprimoramento e a conservação do solo e das lavouras, o que é mais usual em áreas de agricultura familiar. Apresentam aptidão para uso mais intensivo, mesmo contendo baixa fertilidade natural, uma vez que são profundos. Essa limitação pode ser corrigida, desde que ocorram em áreas de relevo suavizado. Culturas perenes também são uma alternativa para esses solos, principalmente os mais profundos.



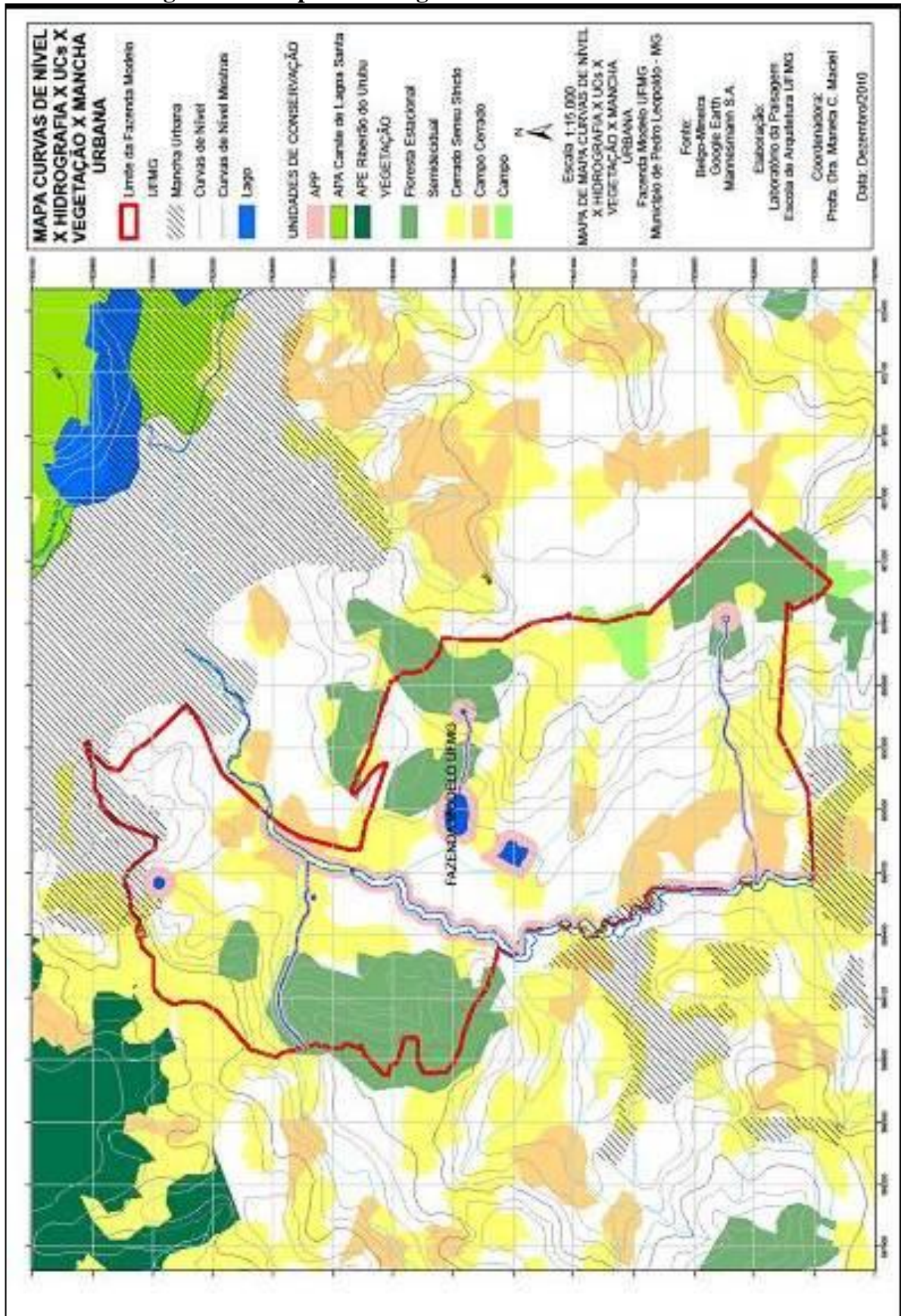
O sistema de macrodrenagem de Pedro Leopoldo, pertencente à bacia do Rio das Velhas, é composto principalmente pelo Ribeirão da Mata e seus afluentes, ribeirões do Urubu, das Neves e das Areias.

O Ribeirão das Neves, principal curso d'água que corta a Fazenda Modelo, drena o vale ao sul do Município e, ao passar por assentamentos urbanos, recebe ao longo de seu curso o lançamento de esgotos e despejos domésticos. Fica, assim, comprometida a qualidade de suas águas, que não são utilizadas para as necessidades humanas diretas, servindo apenas para dessedentação de rebanhos bovinos criados às suas margens, havendo também quem as use para irrigação de culturas. Este ribeirão atinge a cidade na altura do Parque de Exposições e segue em canal de terra até sua foz no Ribeirão da Mata. Sua bacia hidrográfica é predominantemente rural, porém abriga os núcleos urbanos de Santo Antônio da Barra, Ferreiras, Tapera e Vera Cruz. Estes, todavia, não têm grande influência nas descargas de cheias, pois as áreas impermeabilizadas pesam pouco no total da área da bacia. Seu vale principal é constituído de grandes várzeas ao sul do município de Pedro Leopoldo. A Fazenda conta ainda com mais três nascentes. A região tinha boas nascentes, mas esses sofreram danos nos anos 1950, quando da obra de José Issa filho:

No governo Milton Campos, o Estado instalou uma grande usina de açúcar em Matozinhos (...). Pouco tempo depois de a usina entrar em funcionamento, a água do ribeirão ficou da cor de garapa suja, com cheiro de lama podre. E peixes mortos começaram a aparece-lhe na superfície (...) Com um ano não havia mais pescadores, não havia mais lavadeiras nas margens do ribeirão. Os peixes tinham desaparecido de suas águas, que já não serviam para lavar roupa, não serviam para os meninos tomarem banho nem para os pássaros refrescarem suas penas. Não serviam para nada. Estavam matando os arbustos que floriam junto delas. (ISSA FILHO, 1993. p. 52).

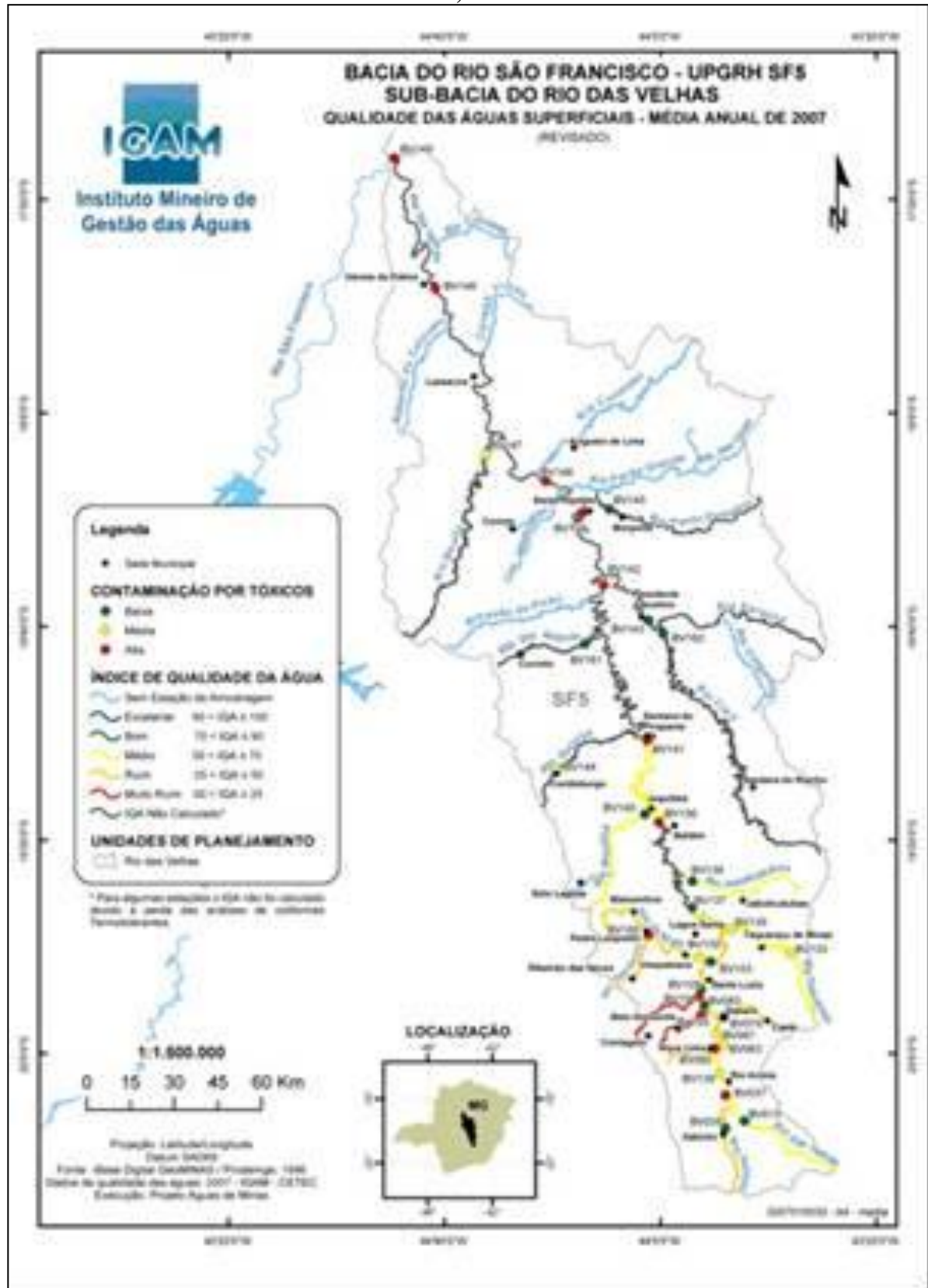
Porém, já no final dos anos 1960, houve um forte movimento de extração de areia por meio de máquinas chamadas dragas que assoreou grandes áreas dos ribeirões e córregos de Pedro Leopoldo, conforme documentos encontrados na Prefeitura Municipal, que conta sobre essa atividade em um curto período.

Figura 14 - Mapa de hidrografia da Fazenda Modelo UFMG



Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

Figura 15 - Resultados do monitoramento da qualidade das águas da bacia do rio das Velhas, em 2006



Fonte: INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, 2007

Com relação à distribuição do potencial mineral no município, observamos maior concentração, basicamente de calcário, na porção entre os núcleos populacionais da sede, do bairro Lagoa de Santo Antônio e do distrito de Fidalgo.

Na região centro-sul de Pedro Leopoldo, onde se encontra a Fazenda Modelo, a distribuição dos minerais se faz de forma mais diluída, sendo encontradas reservas de caulim e areia. Na área em estudo, particularmente, não é apontada a presença maciça de nenhum potencial exploratório de minerais.

Segundo a Constituição Federal de 1988, Art 176, “os recursos minerais provenientes do subsolo e de energia hidráulica são propriedades da União”. Dessa maneira, criou-se o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) como órgão encarregado de normatizar e fiscalizar os procedimentos que se fazem necessários para a exploração mineral em território nacional.

Devido a aspectos de caráter social, ao grau de dificuldade de aproveitamento mineral e a grande variedade de substâncias minerais existentes no Brasil, foram criados os regimes de aproveitamento dos recursos minerais, estabelecidos no Artigo 2º do Código de Mineração. O objetivo central desses regimes é a obtenção de um título que credencie seu proprietário ao aproveitamento do recurso mineral.

Para identificar os processos minerários que ocorrem na Fazenda Modelo, foram utilizados dados retirados do mapa denominado Títulos Minerários no Estado de Minas Gerais, elaborado pelo DNPM. Este mapa contém as informações de Requerimento de Pesquisa, Autorização de Pesquisa, Disponibilidade, Requerimento de Lavra Garimpeira, Lavra Garimpeira, Requerimento de Registro de Extração e Registro de Extração.

### **4.3 A dimensão econômica**

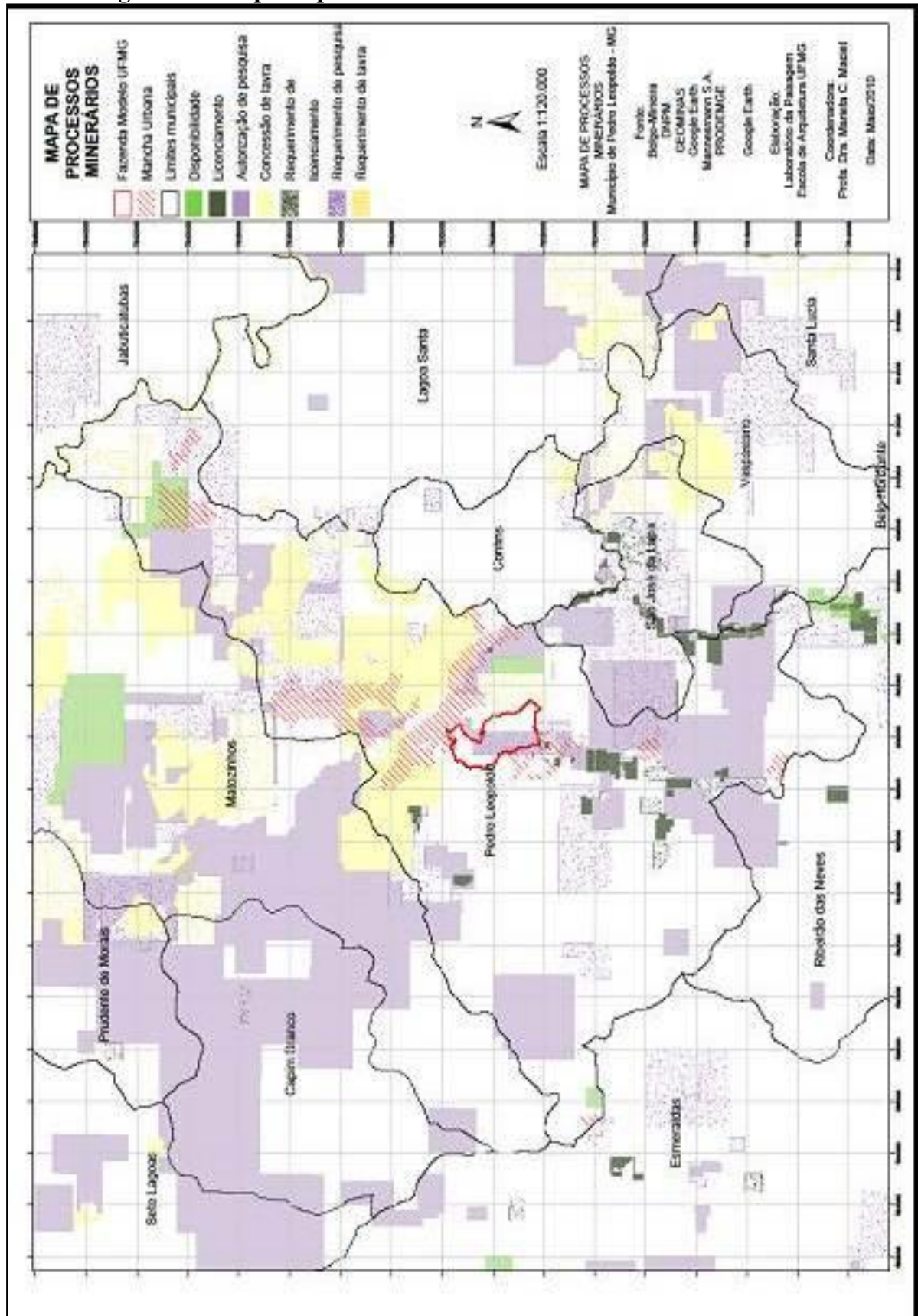
A evolução econômica de Pedro Leopoldo teve sua origem ligada ao setor agropecuário, consolidando-se ao longo do tempo como uma das melhores bacias leiteiras de Minas Gerais. Predomina atualmente, além da pecuária de leite e de corte, a avicultura, com enfoque na produção de ovos e a cultura de grãos, com especial atenção para o milho e feijão, olericultura e a fruticultura em menor escala.

A pecuária é a atividade mais competitiva do Setor Primário local, destacando-se a produtividade de seu rebanho leiteiro que corresponde a 2,2 vezes a média estadual. O crescimento industrial do município baseou-se na abundância de matéria-prima local e na sua localização próxima a grandes centros consumidores e facilidade de transporte. Logo, a partir

da exploração de jazidas de calcário existentes no município, instalaram-se duas grandes indústrias voltadas para a produção de cimento, Cimento Cauê e Ciminás. Como consequência, surgiram iniciativas no ramo dos pré-moldados de concreto. Todas estas empresas demandaram uma série de serviços de apoio, incrementando o setor terciário da economia municipal.

Dentre as principais indústrias da cidade, situam-se hoje a Camargo Correa, Holcim, as indústrias de concreto Incopre e Precon, e as de blocos de concreto para pavimentação, como a Uninstein.

Figura 16 - Mapa de processos minerários na Fazenda Modelo UFMG



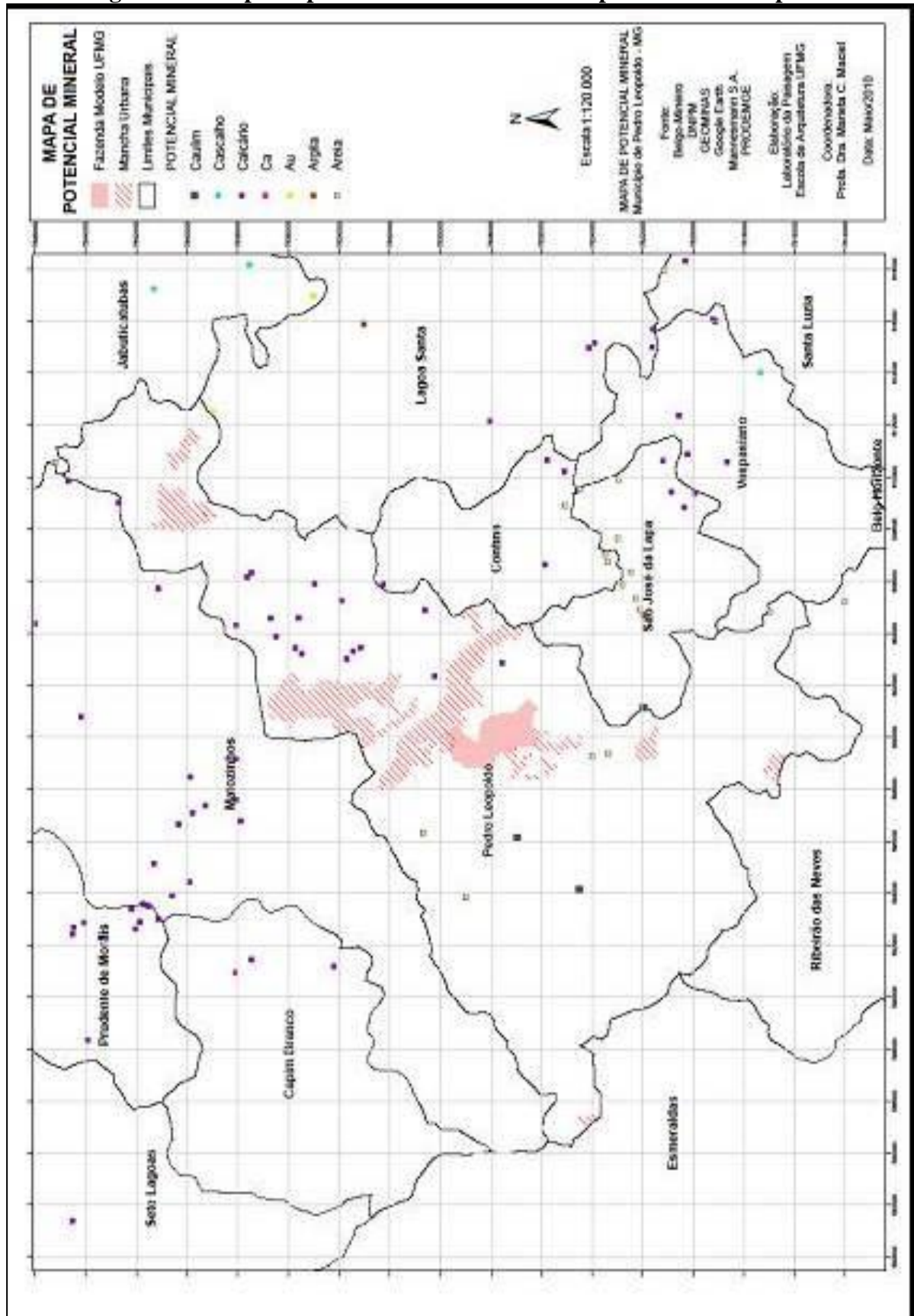
Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010

Cabe à atividade industrial a liderança sobre a dinâmica econômica do município, sendo responsável por 59% do PIB de Pedro Leopoldo.

No setor comercial atuam basicamente estabelecimentos varejistas de atendimento voltado para a demanda de subsistência da população. O setor de prestação de serviços é constituído, além daqueles que apoiam o setor industrial, como as caldeirarias, funilarias, oficinas mecânicas e empresas locadoras de máquinas pesadas, por estabelecimentos bancários, empresas rodoviárias, estabelecimentos de ensino, atendimento médico-hospitalar, apoio contábil e jurídico.

Atualmente, as atividades econômicas mais importantes são: industrial, extrativa mineral e a pecuária leiteira, as quais absorvem grande parte da mão-de-obra local.

Figura 17 - Mapa de potencial mineral no município de Pedro Leopoldo



Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010



Não se pode deixar de lado a disputa teórico-política e os diferentes pesos das variáveis em jogo, assim como a responsabilidade dos atores envolvidos nesse processo. Isso nos leva a constatar que no campo do desenvolvimento sustentável existem múltiplas dimensões de difícil articulação científica e permeadas de valores ético-sociais também de difícil aproximação mútua.

É importante programar, testar e divulgar maneiras de modificar os processos econômicos, para que estes não destruam os sistemas ecológicos e sociais que garantem a qualidade de vida.

Ao se referir sobre o conceito de qualidade de vida, pode-se dizer que este depende de condições objetivas e subjetivas, o que dificulta sua definição. Dentre as mais variadas concepções, é certo que vai além da noção de salubridade, saúde, segurança, infraestrutura e desenho urbano: incorpora também as possibilidades de atendimento dos anseios dos indivíduos que a procuram, a partir da imagem que cada indivíduo dela constrói, de acordo com suas necessidades, objetivos e expectativas de vida.

Nahas afirma que

[...] o uso da expressão 'qualidade de vida' remete à demanda por melhores condições de saúde e bem-estar, face aos impactos e às desigualdades sociais geradas pelo crescente processo de urbanização, mas remete sobretudo a componentes de caráter imaterial, imprimindo ao conceito o enfoque do indivíduo, da pessoa, vinculado a aspirações por felicidade, bem estar e satisfação pessoal. (NAHAS, 2002, p.22).

O conceito de qualidade de vida se coloca, ao final da década de 1960 e início da década de 1970, no debate político e acadêmico internacional, devido aos profundos aspectos negativos vinculados ao progresso material, gerados pelos modelos de desenvolvimento adotados. Pois é certo que, assim como houve uma evolução positiva de alguns indicadores sociais, tais como os de mortalidade infantil e de expectativa de vida, também se observa uma evolução negativa de indicadores urbanísticos, especialmente do crescimento de favelas e moradias irregulares assim como econômicos, com uma desigual distribuição de renda.

Por outro lado, na visão de Derani, ao confrontar o direito ambiental com o econômico,

[...] a presença da fórmula 'qualidade de vida', finalidade máxima da implementação dos preceitos normativos do direito ambiental, surgiu como complemento necessário ao sentido que anteriormente lhe era dado pelas teorias econômicas preocupadas com a consecução do bem-estar – encontradas sustentando as normas da ordem econômica constitucional brasileira, dentro da afirmação de que esta ordem tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. (DERANI, 1997, p. 77).

No presente contexto, cabe ainda lembrar que o direito do homem a um meio ambiente sadio, onde nada mais é do que o direito à qualidade de vida é um direito humano fundamental, reconhecido desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem em 1948, em seu artigo XXV, quando diz que

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (Declaração Universal dos Direitos do Homem, Artigo 25, 1948)

Canepa (2007) diz que o vínculo entre Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável se torna extremamente relevante, já que nas cidades nas quais não são respeitadas essas noções básicas ter-se-á fatalmente, cidades ambientalmente e socialmente “insustentáveis”.

É importante salientar que todas as questões relacionadas à sustentabilidade permeiam sobre a questão social e está diretamente ligada à qualidade de vida. Aliás, o conceito de sustentabilidade já nasce a partir de uma preocupação com o futuro da humanidade.

A estratégia do desenvolvimento sustentável, num sentido mais amplo, visa promover a harmonia entre a humanidade e a natureza.

#### **4.5 A dimensão sociocultural**

No caso do objeto de estudo, a Fazenda Modelo, a dimensão sociocultural é sem dúvida a questão central das análises sobre a perspectiva da sustentabilidade naquele espaço, lembrando que não há como falar em sustentabilidade sem o homem como objeto central e sua relação com o meio ambiente extraindo dele, através de atividades econômicas, seu sustento que o levará por diversos meios à relativa qualidade de vida.

Na Fazenda Modelo, para que o conceito de sustentabilidade seja realmente aplicado, é preciso considerar a presença do homem e sua relação com o meio ambiente. E não é possível falar de sustentabilidade sem tratar da parte social que, por sua vez, carrega consigo a parte cultural. Para tanto, em análise, sabe-se que a Fazenda conta atualmente com 13 funcionários, sendo o professor Marc Henry, que administra a Fazenda Modelo, 1 técnico administrativo da universidade e os outros 11 funcionários são terceirizados e trabalham na manutenção, no plantio e também nos cuidados com os animais. Há uma rotatividade de

pesquisadores, professores e alunos que visitam o local para estudos e implementação de projetos.

Fator de suma importância na Fazenda Modelo é a presença dos moradores que ocupam irregularmente uma determinada área em seu interior, distante das construções e dos espaços mais interessantes para visitação. Em pesquisa dirigida pelo professor Silvio Pinto Ferreira Júnior<sup>13</sup>, constatou-se que esta invasão existe há cerca de 30 anos e localiza-se na fronteira entre a Fazenda e uma região da cidade de Pedro Leopoldo caracterizada por casas de veraneio, cujos proprietários viriam passar uma temporada ou fins de semana, fugindo da agitada região metropolitana de Belo Horizonte. Por ser uma região mais afastada do centro de Pedro Leopoldo, a formação de uma área irregular que adentrou a Fazenda não encontrou dificuldades, já que havia poucos moradores de fato naquele local. Hoje, muitos proprietários destas casas de veraneio já não sentem o mesmo prazer e tranquilidade de antes, pois não os agrada a proximidade com a comunidade simples, de casas inacabadas que descaracterizou a área que antes era somente de construções mais abastadas. O resultado disso vem sendo uma desvalorização dos imóveis e a descaracterização de uma área tranquila para uma área que vai se degradando aos poucos. A atual área de invasão que adentra a Fazenda conta com aproximadamente 260 moradores, em uma média de 61 famílias.

Existe um impasse quanto à posse do terreno. Os moradores afirmam que o terreno lhes foi doado e dizem possuir documentos, mas funcionários da Fazenda Modelo classificam a área como invasão.

O Sr. Ismail Rolfino de Jesus, morador local e considerado líder comunitário, reúne-se com os moradores quando há a necessidade de discutir algum problema relacionado à suas moradias. Além disso, é pastor evangélico, religião de boa parte dos moradores, e em sua casa funciona um espaço para cultos religiosos. Sendo assim, pode-se entender também que os moradores são unidos por fatores comuns que são a religião e a vizinhança.

O problema maior atualmente que os moradores enfrentam dentro da própria comunidade é a chegada da mais recente da moradora, Etelvina Gomes Soares, que se mudou para a Fazenda por volta de 2008 e não possui documentos de posse como alegam ter os demais moradores. Logo, sua casa é caracterizada como invasão pelos próprios moradores e isso tem causado transtornos para os demais, que temem a desapropriação de todos na área.

Já para os funcionários da Fazenda, apesar de ser perceptível o incômodo em falar no assunto, nota-se que essa área causa realmente transtornos, já que uma casa foi construída

---

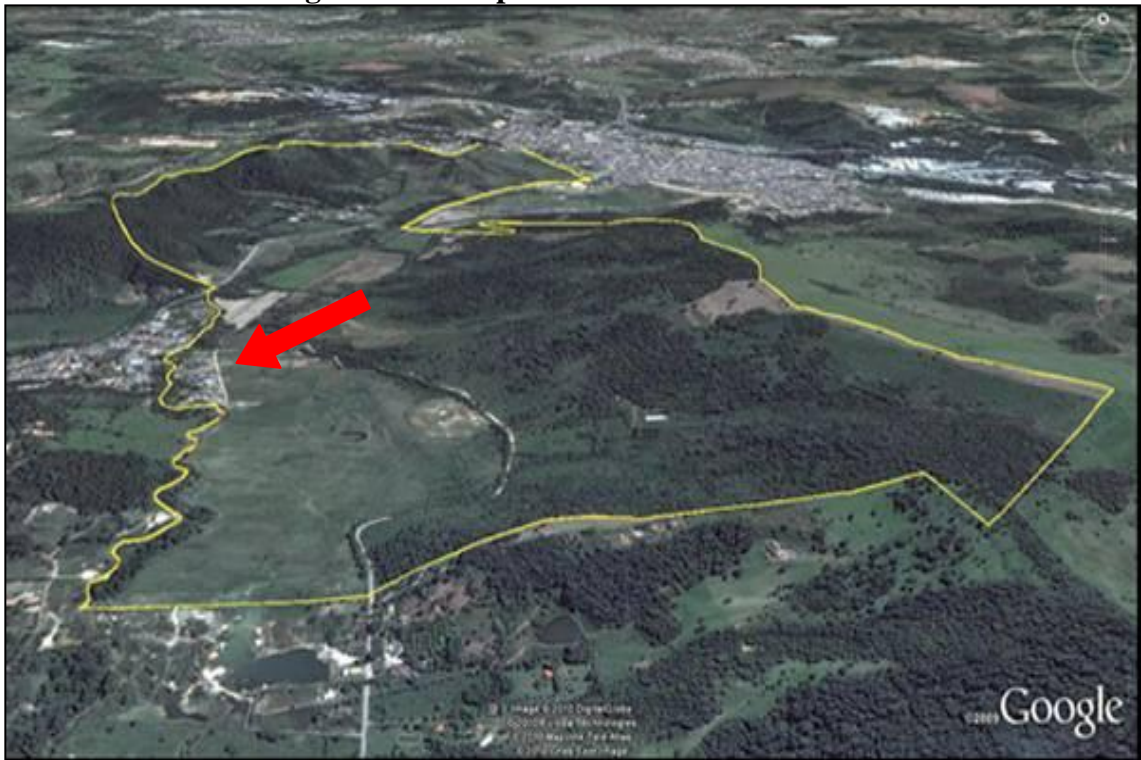
<sup>13</sup> Todos os dados que seguem sobre a referida pesquisa são relativos ao ano 2010.

sobre a estrada, impedindo o trânsito de veículos que circulam dentro da área que pertence à Fazenda. Além disso, funcionários da instituição apontaram problemas relacionados a tráfico de drogas, mas isto não foi comprovado e há a hipótese de que foi criada uma imagem negativa destes moradores para reforçar que estes não são pertencentes àquele espaço e podem causar problemas futuros.

Em entrevista realizada com estes moradores, no entanto, aponta-se para outras características mais passivas, de uma vizinhança tranquila em que todos se conhecem e se reúnem periodicamente para a discussão de assuntos em comum, como o futuro desta área ocupada em face de tantos projetos em demanda crescente que ocuparão grande parte da Fazenda Modelo e que mais cedo ou mais tarde chegarão até eles, forçando uma conversa, ora para regularização das moradias, como esperam os moradores, ora para uma realocação destes moradores para outra área da Fazenda, em que não interfira no trânsito daquela localidade, como gostariam os funcionários e a administração do estabelecimento.

Existe ainda um problema relativo ao saneamento e captação de esgoto na área. A administração pretendia transferir esses moradores para os fundos da Fazenda, onde há água, luz e estrada. Uma estação de tratamento de esgoto está sendo construída em Dr. Lund, para onde o esgoto da área será direcionado, propondo melhoria aos moradores, porém falta diálogo entre a administração da Fazenda e a comunidade, e os moradores se mostram “desconfiados” destas propostas que apenas ouviram falar, mas que não teria ainda apresentado nada de concreto, sem nenhuma garantia de que esses moradores não perderiam suas casas.

**Figura 18 - Perspectiva da Fazenda Modelo**



\* a seta vermelha indica a área invadida

**Fonte: Laboratório da Paisagem Escola de Arquitetura da UFMG, 2010**

Pelas imagens abaixo, percebe-se a falta de infraestrutura local, as ruas não são asfaltadas, a iluminação é precária e os moradores se queixam da falta de saneamento básico, acesso à cidade e dos problemas causados em dias de chuva.

Devido a união dos moradores, atualmente, não há expansão no crescimento da área, porém, como a ocupação existe há aproximadamente trinta anos, as famílias estão crescendo e mais cedo ou mais tarde a expansão será inevitável.

Outro fator que reforça o sentimento de exclusão destes moradores é o fato de nenhum deles trabalhar na Fazenda. Ou seja, nenhum deles faz parte de algum projeto, ou tem a possibilidade de emprego nas tarefas da Fazenda, o que dificulta o vínculo destas pessoas com o lugar em que vivem.

**Figura 19 – Aspectos da área invadida**



**Fonte: Silvio Pinto Ferreira Junior, 2010**

**Figura 20 - Rua de área invadida**



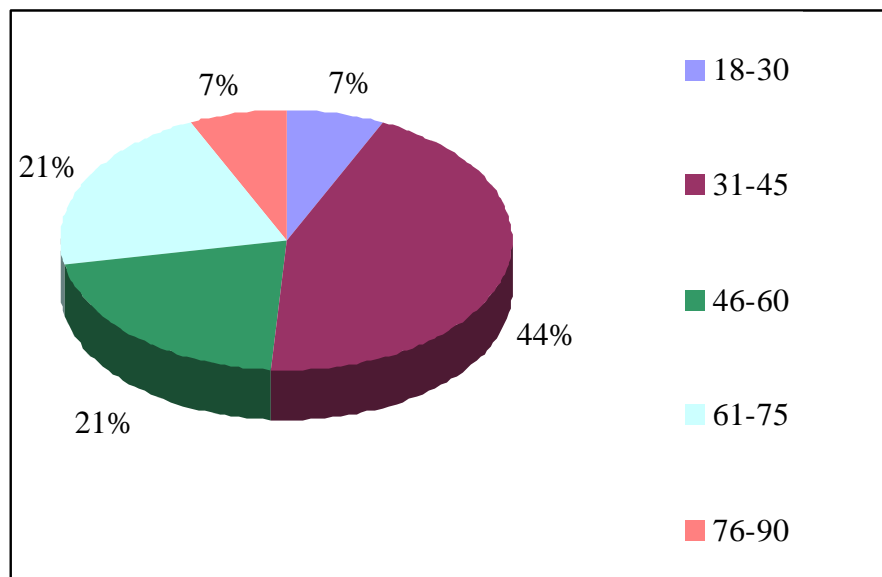
**Fonte: Silvio Pinto Ferreira Junior, 2010**

Aliás, este é um dos preceitos para um desenvolvimento sustentável, ou seja, a inclusão social e a importância de se criar um vínculo com o meio ambiente em que se vive para, por fim, querer melhorá-lo. Alguns moradores da área referida chegaram a criar uma horta comunitária, mas o líder da Associação Comunitária (que conta com 25 moradores e está registrada em cartório desde 1982), Ismail Rolfino de Jesus, afirma que o lixão (desativado entre 6 e 10 anos atrás) foi responsável por poluir as águas de nascentes e os lençóis do entorno, tornando a terra imprópria para o plantio naquela área. Ele também afirma que o lixo enterrado é altamente nocivo.

Em entrevista concedida e que deu embasamento para detectar o perfil dos moradores da ocupação irregular da Fazenda, como ficou conhecido o local destas moradias, contou com a participação de 14 moradores, entre eles 3 homens e 11 mulheres e segue:

#### 4.6 Perfil socioeconômico dos moradores da ocupação irregular da Fazenda

**Gráfico 1 - Faixa etária dos entrevistados**

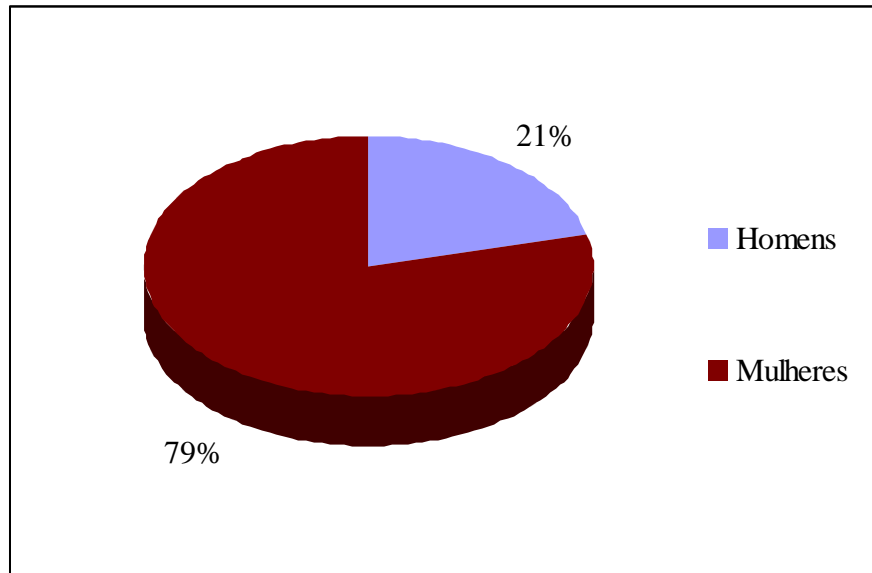


**Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010**

Percebe-se no gráfico acima que a maior parte dos entrevistados figuram entre 31 a 45 anos (6), seguido de 46 a 60 (4), 61 a 75 (3) 18 a 30 (1) e 76 a 90 (1). Sabe-se que é muito difícil a perspectiva de trabalho naquela localidade para jovens entre 18 e 30 anos principalmente, que, em muitos casos migram para a área metropolitana de BH em busca de oportunidades de trabalho. Esse na verdade, não é um perfil apenas dos moradores da ocupação irregular da Fazenda Modelo, mas também dos moradores da cidade de Pedro

Leopoldo, o que é também, em muitos casos, característica de cidades pequenas cuja economia não está focada na indústria, mas principalmente na agropecuária.

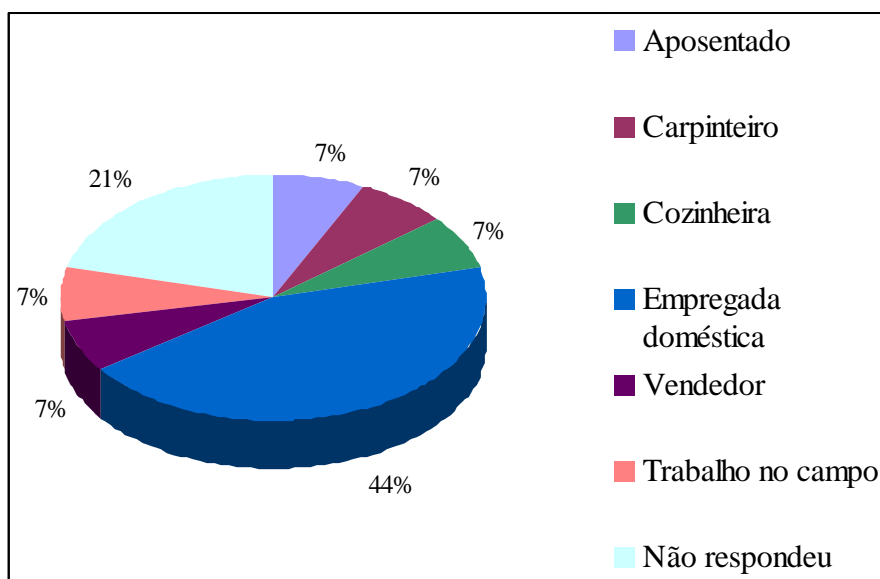
**Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Foram entrevistados três homens e onze mulheres. É importante ressaltar que como as entrevistas foram realizadas durante o dia, muitos homens estavam trabalhando ou em busca de trabalho, por isso em maior número, as mulheres puderam contribuir com estas informações. Não significa que a maioria dos moradores seja do sexo feminino.

**Gráfico 3 – Profissão dos entrevistados**

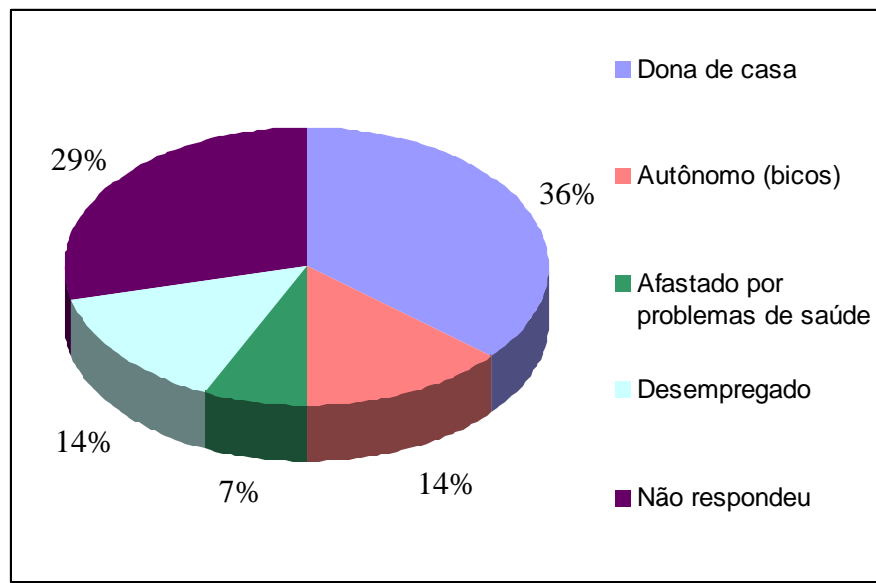


Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010



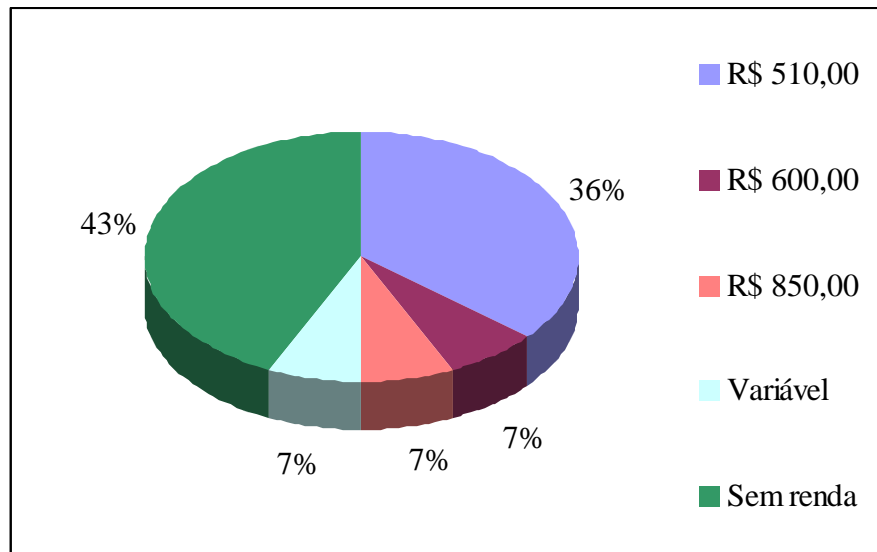
Sobre as profissões, figura a de empregada doméstica (6) como a principal, seguida por carpinteiro (1), cozinheira (1), vendedor (1), trabalhador do campo (1) e aposentado (1) e não respondeu (3).

**Gráfico 4 – Ocupação dos entrevistados**



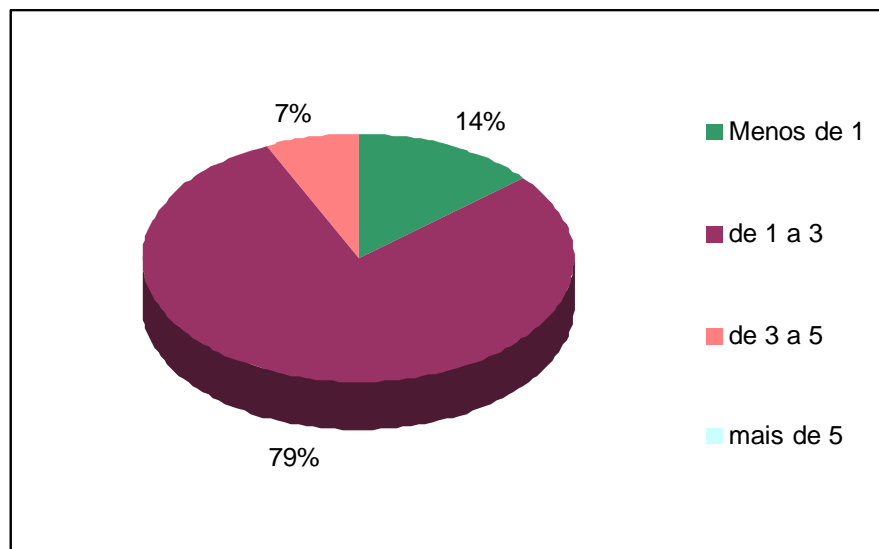
Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Alguns dos entrevistados não exercem a profissão declarada acima, mas sim uma ocupação diferente figurando em primeiro lugar a ocupação de dona de casa (5), o trabalho autônomo definido por eles como ‘bicos’, ou seja, fazem o trabalho que aparecer como, eletricista, carpinagem, pintura, limpeza, etc. (2), afastado por problemas de saúde (1), Desempregado (2) e Não respondeu (4). Dessa forma observa-se a dificuldade de encontrar trabalho e a falta de qualificação profissional que vai refletir na renda da família como veremos mais adiante.

**Gráfico 5 – Renda individual dos entrevistados**

Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

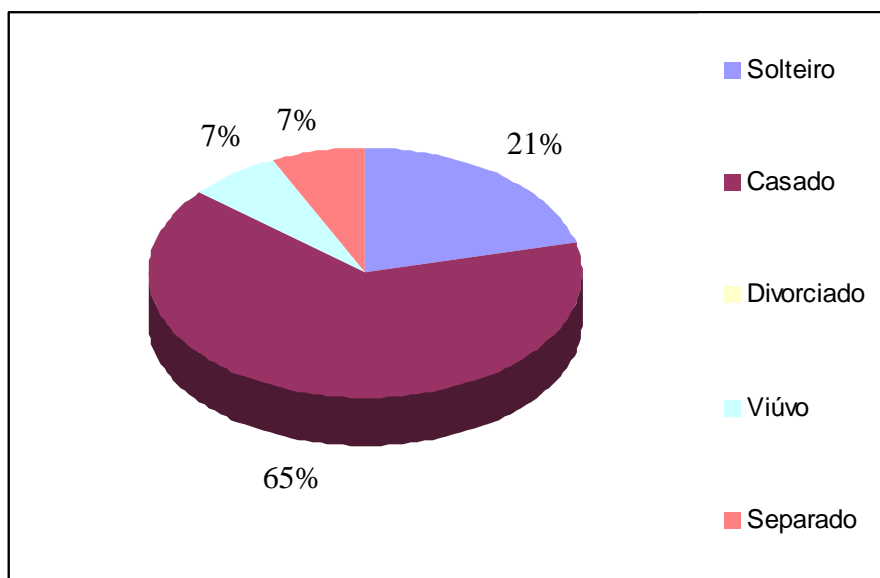
Sobre a renda individual pode-se verificar que a maioria dos entrevistados não possui renda própria (6), o que significa que é dependente da renda familiar (5) e, entre a maioria dos que possui renda própria ganha até um salário mínimo de R\$ 510,00 (5), seguido pela renda de R\$ 600,00 (1), 850,00 (1) e renda mensal Variável (1).

**Gráfico 6 – Renda familiar por salário mínimo**

Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

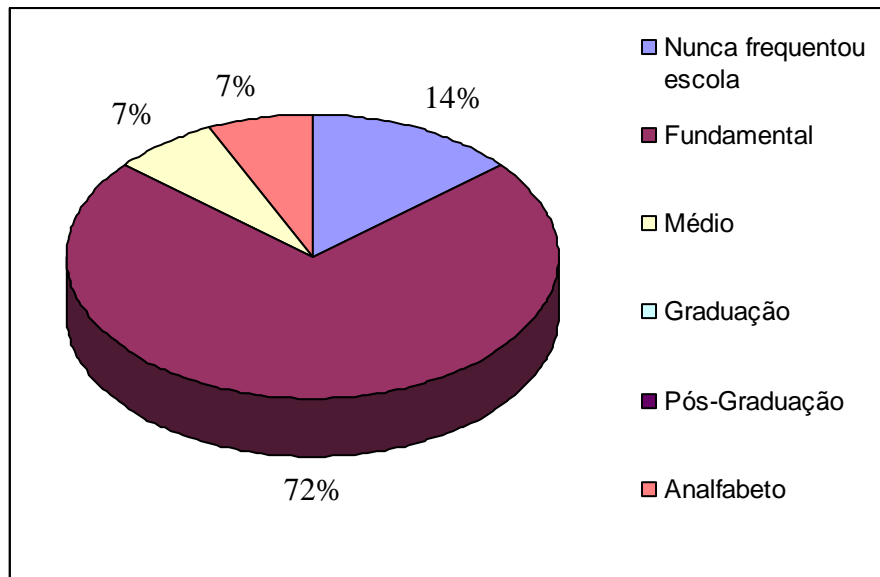
Para se conhecer melhor as condições de vida das famílias que moram na ocupação irregular da fazenda Modelo, perguntamos a respeito da renda familiar dos entrevistados e conforme demonstra o gráfico acima, estes moradores vivem em condições humildes sendo que a maioria vive com uma média de 1 a 3 salários mínimos (11) ou menos de 1 salário mínimo (2) e, o máximo que se chega de acordo com nossa amostragem é uma Renda entre 3 a 5 salários mínimos (1). Nenhum dos entrevistados disse receber mais de cinco salários mínimos.

**Gráfico 7 – Estado civil dos entrevistados**



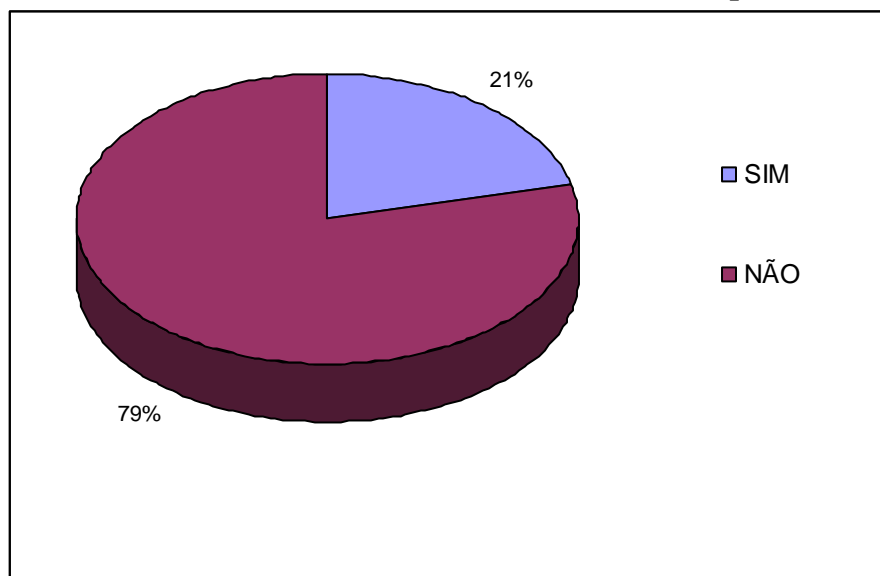
**Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010**

De acordo com os entrevistados, 65% da amostragem declarou-se casado (9), 21% solteiro (3), 7% viúvo (1) e separado (1). Pode-se levar em conta, que sendo a maioria dos moradores praticantes da religião evangélica, são bastante conservadores e formaram família. Sobre os que se declararam solteiro há a hipótese de não ter oficializado a união civil, mas ter constituído família. Nenhum dos entrevistados se declarou divorciado.

**Gráfico 8 – Grau de escolaridade dos entrevistados**

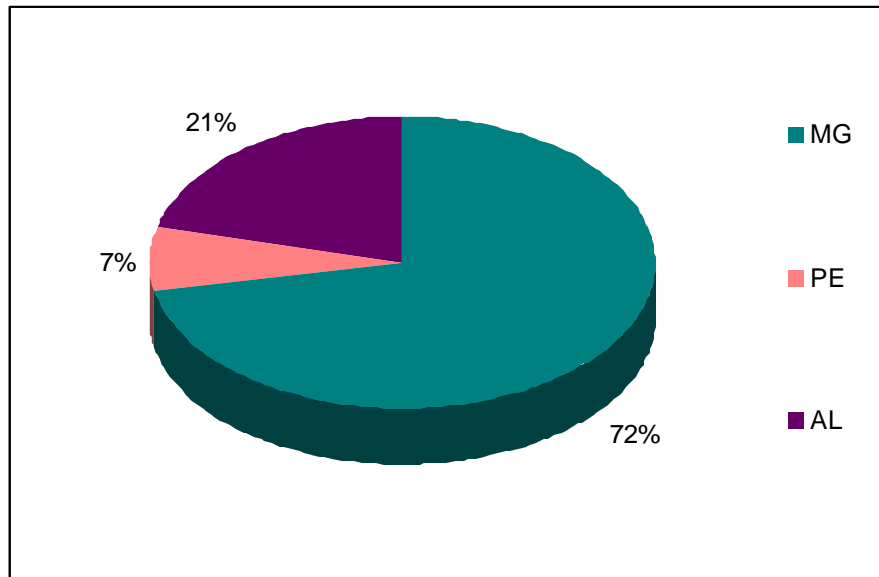
Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Um dos fatores que explica até mesmo a dificuldade de se colocar no mercado de trabalho é a baixa escolaridade dos moradores. Dentro os pesquisados 72% (10) alega ter concluído o ensino fundamental, seguido por 14% dos entrevistados que nunca frequentaram a escola (2), 7% (1) chegou até o ensino médio e 7% (1) se declarou analfabeto. Nenhum dos entrevistados ultrapassou o ensino médio.

**Gráfico 9 – Moradores nascidos em Pedro Leopoldo**

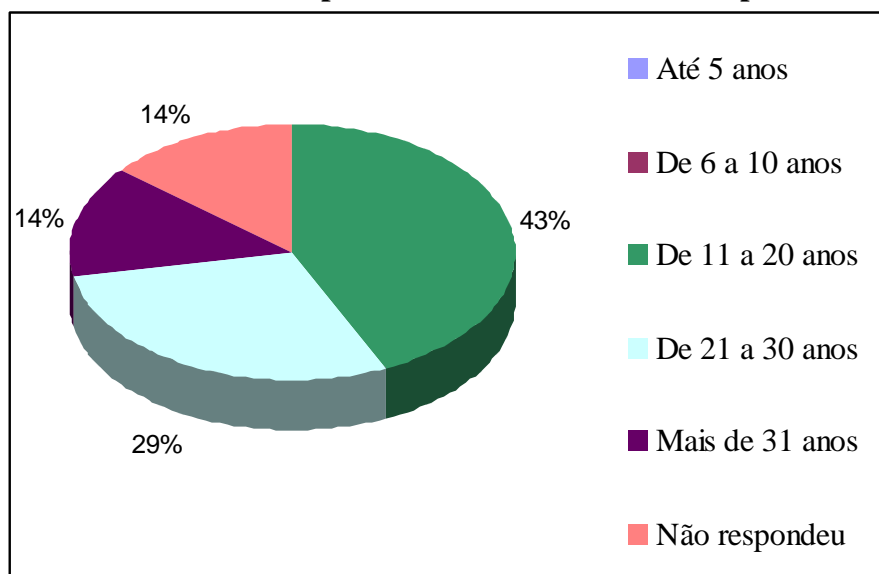
Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Dos entrevistados, apenas 21% (3) disseram ter nascido na cidade de Pedro Leopoldo, porém a grande maioria 79% (11) vieram de outras regiões do Estado de Minas Gerais ou de outros Estados do Brasil.

**Gráfico 10 – Estado de origem dos moradores**

Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

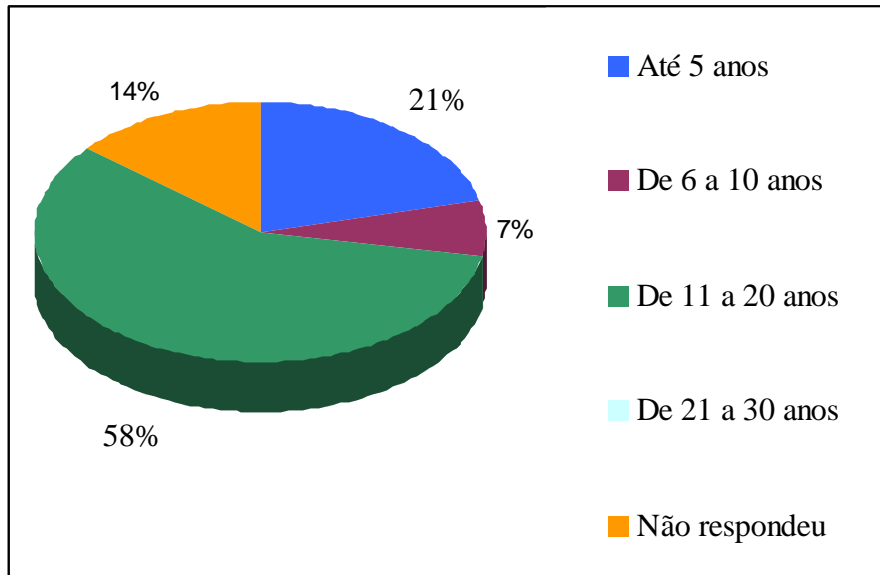
Entre os Estados de origem dos moradores da ocupação irregular da Fazenda Modelo figuram 72% de Minas Gerais, vindos de cidades como Pedro Leopoldo (3), Sabinópolis (1), Malacacheta (1), Almenara (2), Brasília de Minas (1), Maravilhas (1), Matozinhos (1); 21% são provenientes do Estado do Alagoas, da capital Maceió (3) e 7% da cidade de Limoeiro do Norte em Pernambuco (1). É provável que alguns moradores tenham se instalado nesta ocupação irregular e, posteriormente trouxeram parentes, já que muitos deles já se conheciam em suas cidades de origem.

**Gráfico 11 – Tempo de residência em Pedro Leopoldo**

Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

No gráfico acima pode-se observar que 14% dos entrevistados moram na cidade de Pedro Leopoldo a mais de 31 anos (2); 29% moram na cidade entre 21 a 30 anos (4); 43% são moradores entre 11 a 20 anos (6) e 14% não responderam (2).

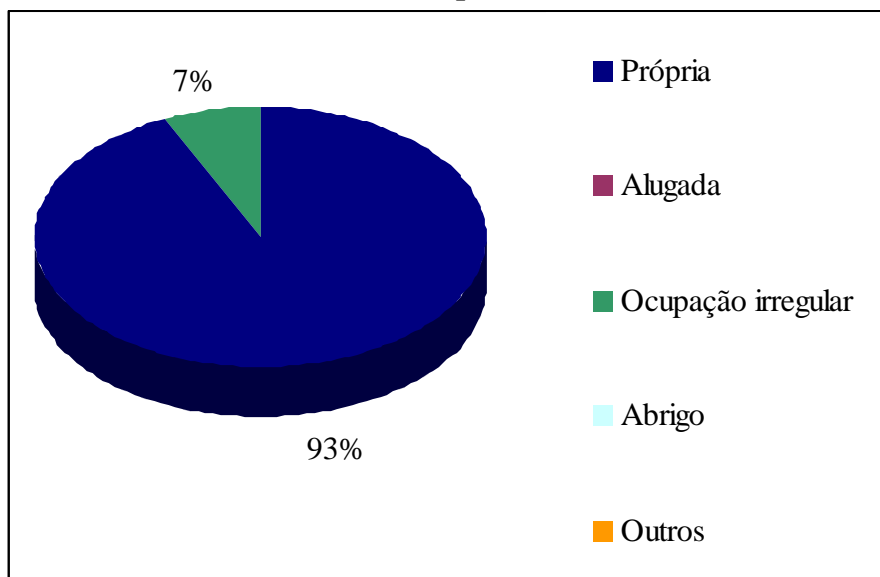
**Gráfico 12 – Tempo de residência na Fazenda Modelo**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Como viu-se anteriormente, a ocupação irregular na Fazenda Modelo existe há 30 anos. Segundo os entrevistados, 58% (8) moram no local entre 11 a 20 anos; 7% de 6 a 10 anos (1) e 21% até 5 anos (3). 14% (2) não responderam.

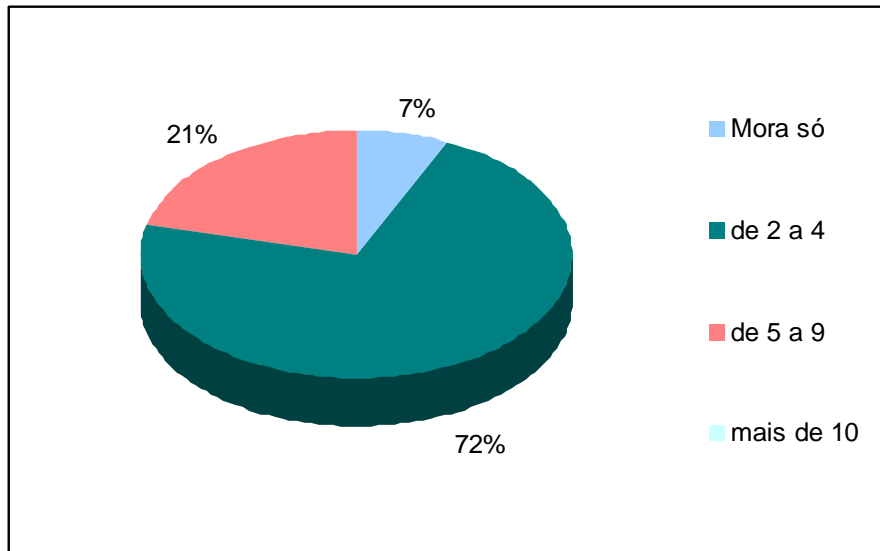
**Gráfico 13 – Tipo de moradia**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Um dado bastante interessante, que contradiz a questão de serem chamados de moradores irregulares é a questão destes não se considerarem como tal. Dos entrevistados 93% declaram ter casa própria (13) e apenas 7% dos entrevistados disse habitar em ocupação irregular (1).

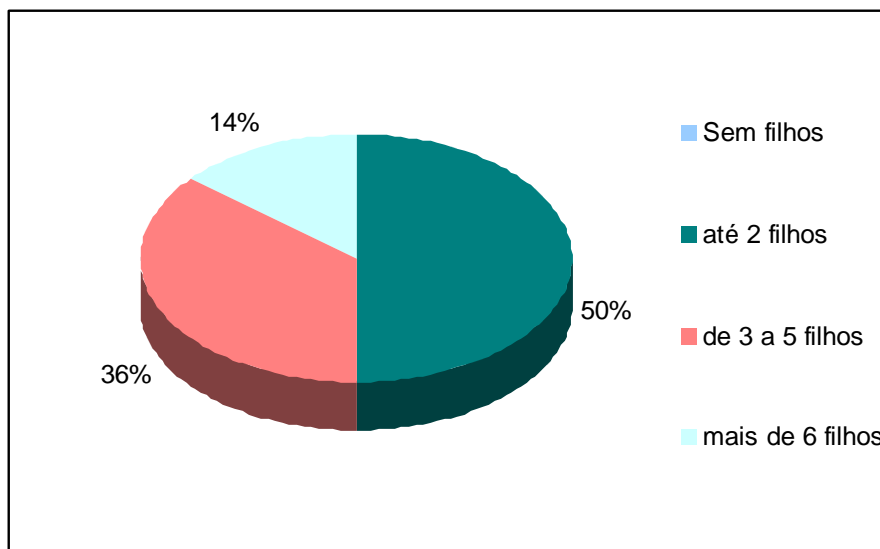
**Gráfico 14 – Número de moradores na mesma residência**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Para conhecer-se o número de moradores em cada residência, verificou-se que não se trata de famílias muito numerosas, sendo que 72% disseram habitar de 2 a 4 pessoas na mesma casa (10); 21% responderam que moram de 5 a 9 pessoas na mesma residência (3) e apenas 1 morador disse morar sozinho.

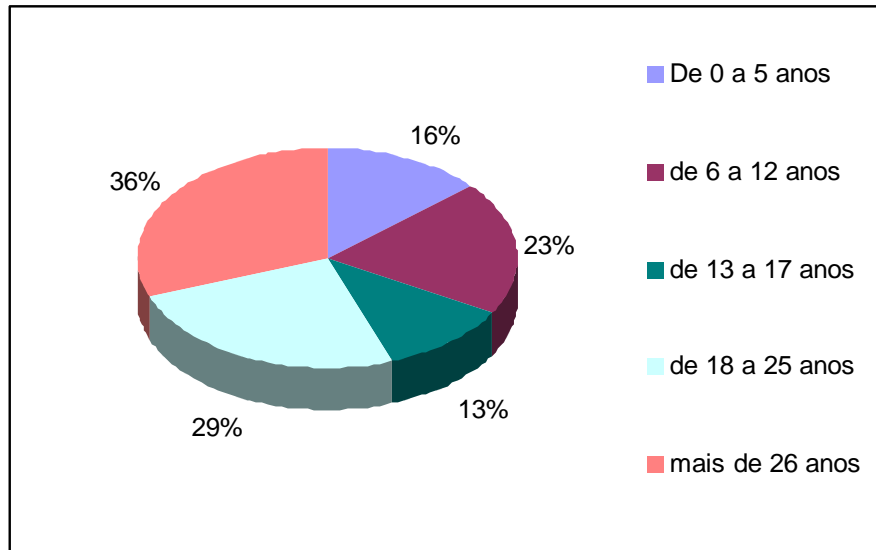
**Gráfico 15 – Número de filhos**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Com relação ao número de filhos o quadro ficou da seguinte forma: 50% dos entrevistados responderam ter até 2 filhos (7); 36% responderam ter de 3 a 5 filhos (5) e 14% disse ter mais de 6 filhos (2).

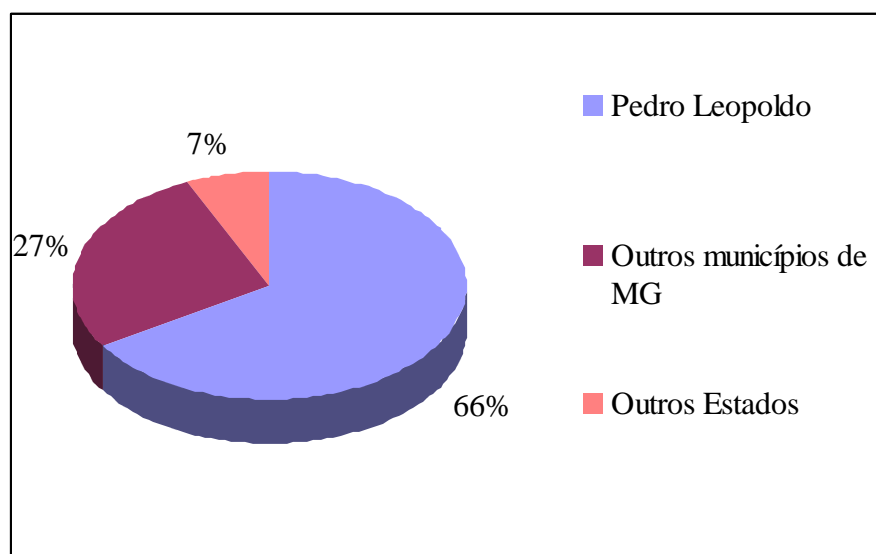
**Gráfico 16 – Idade dos filhos**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Sobre a idade dos filhos verificou-se que a maioria já está na idade adulta sendo 29% entre 18 a 25 anos; 19% com mais de 26 anos e na idade adolescente observa-se que 13% possuem de 13 a 17 anos, seguidos pelos filhos em idade infantil com 16% de 0 a 5 anos e 23% de 6 a 12 anos.

**Gráfico 17 – Local de nascimento dos filhos**

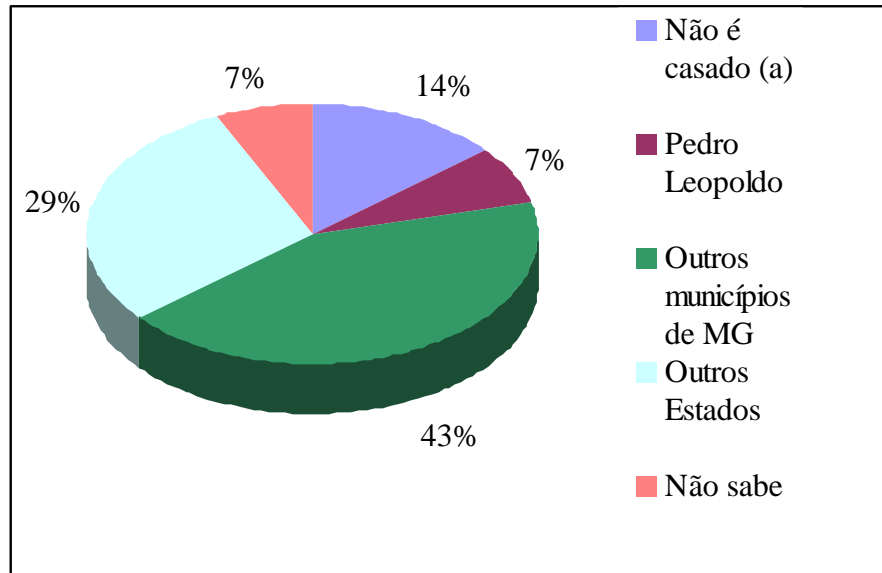


Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010



A grande maioria dos filhos destes moradores já nasceu em Pedro Leopoldo sendo 66%; contra 27% nascidos em outros municípios de MG e 7% nascidos em outros Estados.

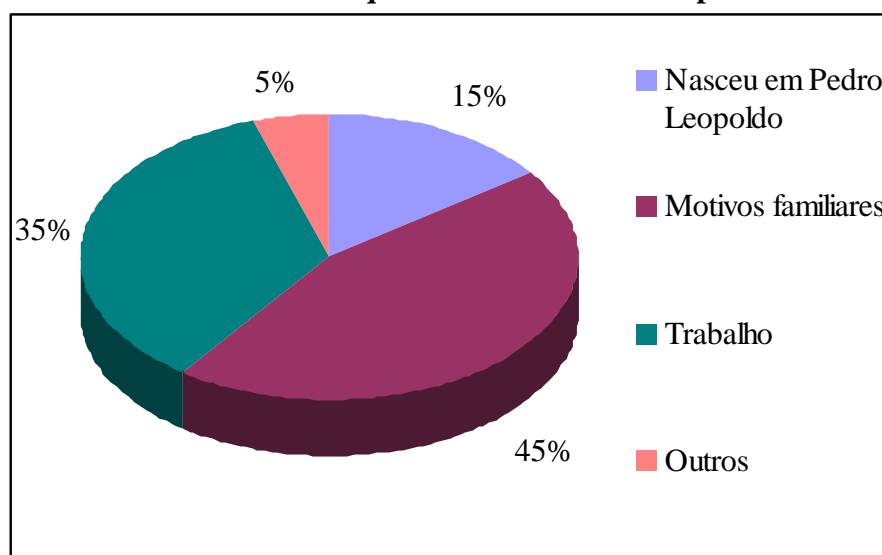
**Gráfico 18 – Local de nascimento do cônjuge**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Com relação ao cônjuge, verificou-se que 43% nasceram em outros municípios de MG; 29% nasceram em outros Estados, 7% nasceram em Pedro Leopoldo. 7% disse não saber o local de nascimento do cônjuge e 14% disseram não ser casado.

**Gráfico 19 – Porque reside em Pedro Leopoldo**

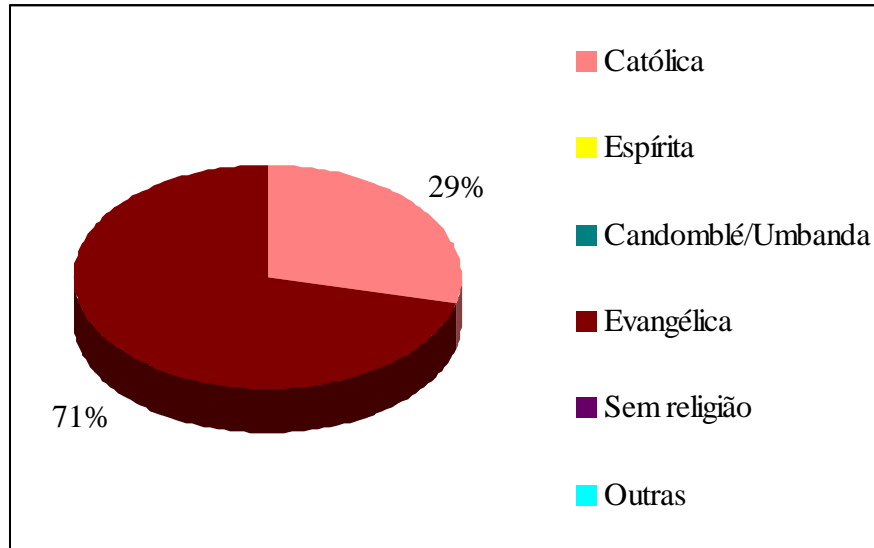


Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Entre os fatores que levaram os entrevistados a morar em Pedro Leopoldo figuram 45% por motivos familiares, ou seja, acompanhando algum parente que veio para a cidade;

35% vieram para trabalhar; 15% já são nascidos em Pedro Leopoldo e 5% vieram por outros motivos.

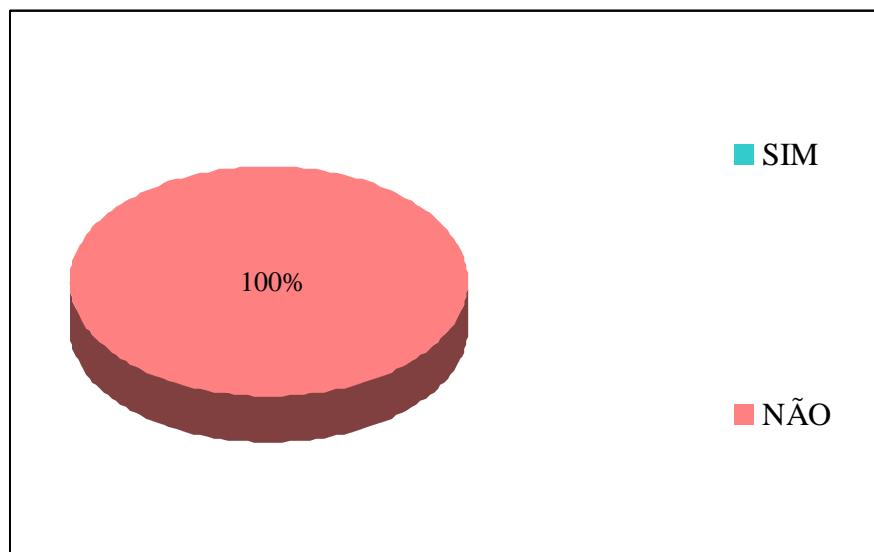
**Gráfico 20 – Religião**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Um fato curioso, sabendo que a cidade de Pedro Leopoldo está diretamente ligada ao fato do seu filho mais ilustre, o médium Chico Xavier, ter nascido no local e, também a região ser muito visitada pelos espíritas, no caso da ocupação irregular a grande maioria dos moradores são adeptos da religião evangélica com 71% (10), seguidos por 29% de católicos. Nenhum dos entrevistados citou qualquer outra religião.

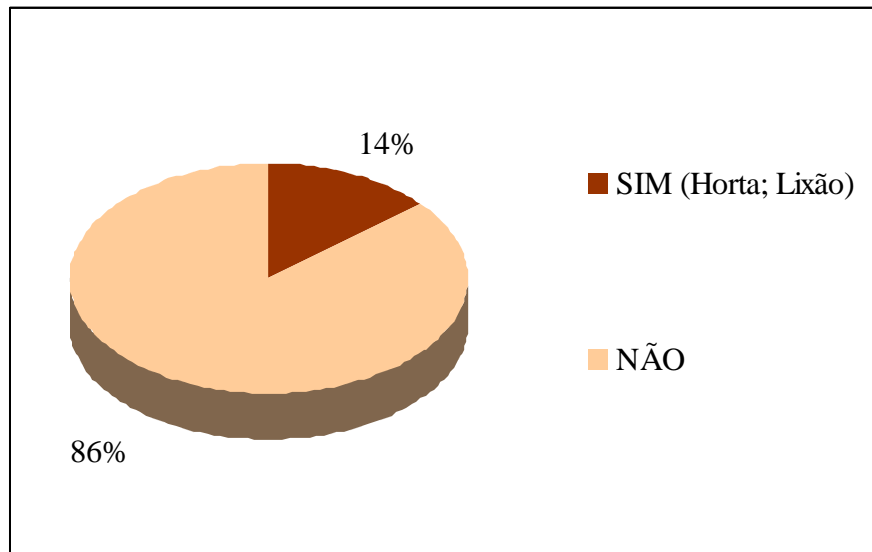
**Gráfico 21 – Trabalha na Fazenda Modelo**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Para afirmar a hipótese de que há realmente uma exclusão social dos moradores da ocupação irregular da Fazenda Modelo, verificou-se que nenhum dos entrevistados trabalha no local. Os moradores que trabalham enfrentam dificuldades com o transporte e mesmo com a recolocação no mercado de trabalho tendo que se dirigir a outros centros para que possam obter alguma renda.

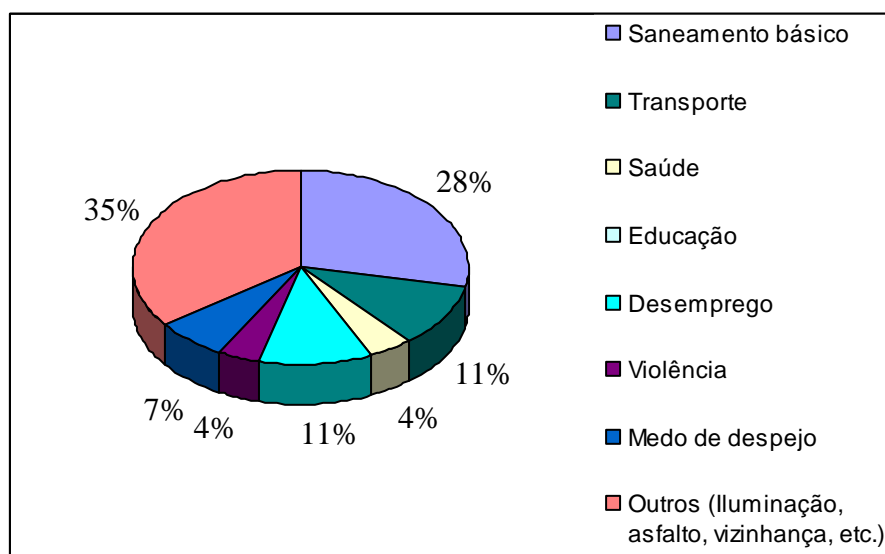
**Gráfico 22 – Trabalhou na Fazenda Modelo**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Apenas dois entrevistados disseram já ter trabalhado na Fazenda, ou seja 14% (2) já trabalharam na horta e no antigo lixão desativado. 86% nunca trabalharam no local.

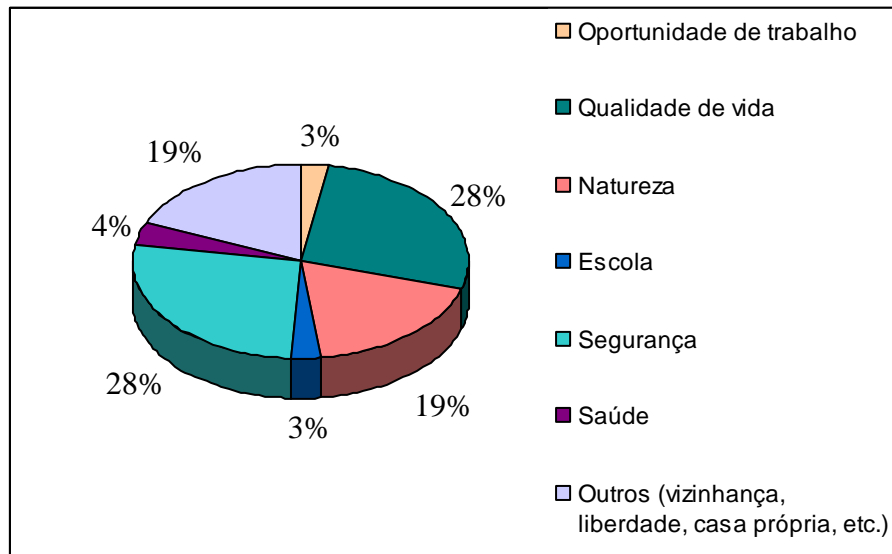
**Gráfico 23 – Problemas de infraestrutura**



Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010

Ao serem perguntados sobre os maiores problemas de infraestrutura do local 35% disseram ser os problemas com iluminação, asfalto, vizinhança, etc.; seguidos 28% que alegaram ser o saneamento básico o maior problema, seguido por 11% transporte e 11% desemprego, 7% medo de despejo, 4% violência e 4% a questão da saúde referindo-se à dificuldade de terem acesso ao sistema de saúde da cidade quando têm necessidade.

**Gráfico 24 - Benefícios**



**Fonte: Silvio Pinto Ferreira Júnior, 2010**

Sobre os maiores benefícios de se viver no local, os entrevistados apontam: 28% qualidade de vida e segurança; 19% vizinhança, liberdade e casa própria; 19% o contato com a natureza; 3% acesso à escola e oportunidade de trabalho na região.

De acordo com os dados adquiridos da aproximação aos moradores da ocupação tida como irregular, pode-se observar que se trata de moradores de baixa renda, baixa escolaridade e que vivem na insegurança do reconhecimento de suas moradias. Além do mais, percebe-se um quadro de exclusão social dentro de uma área que visa o desenvolvimento de projetos sustentáveis. Ora, se não há um vínculo com o ambiente em que se mora, é praticamente impossível transformá-lo. As pessoas devem sentir-se inseridas no contexto em que vivem para querer transformar esse ambiente num local cada vez melhor para exercerem inclusive a cidadania.

Desta forma, é importante lembrar que não há desenvolvimento sustentável quando se há exclusão. Esse, portanto, é um dos maiores senão o maior desafio para a sustentabilidade na Fazenda Modelo: reconhecer estes moradores e realizar uma inclusão dos mesmos em

algum dos projetos que estão em atividade naquele espaço, para que realmente a Fazenda Modelo da Universidade Federal de Minas Gerais se torne mesmo um modelo a ser seguido.

Pode-se ainda buscar apoio afirmando que

[...] os cidadãos sentem-se, de maneira confusa, que devem ser conquistados novos direitos do homem. Que, à geração dos direitos políticos (século XVIII), e em seguida à dos direitos sociais (século XIX e XX), deve suceder uma geração de direitos novos, ecológicos, que garantam aos cidadãos o direito à informação, à paz, à segurança, assim como à pureza do ar e da água, e à proteção do meio ambiente. (RAMONET, 1998, p.32).

Tanto é que, como observa Trindade (1993, p. 171) a própria Comissão Brundtland, em seu relatório, foi particularmente enfática em insistir que o conceito de desenvolvimento sustentável requer a erradicação da pobreza generalizada ou extrema e a adoção, pelos mais afluentes, de estilos de vida consideravelmente menos consumistas e mais consoantes com os meios limitados ecológicos do mundo, pois a pobreza, a injustiça, a degradação ambiental e os conflitos interagem de modos complexos e potentes.

A melhor forma de assegurar simultaneamente a sustentabilidade social e o crescimento econômico é, conforme Sachs (2004), partir de um objetivo que ele denomina de “supremo”, que tem de ser o emprego decente e/ou auto emprego para todos, pois assim, “[...] a ênfase seria colocada na distribuição primária de renda, em vez de se persistir com o padrão excludente de crescimento, a ser corrigido *ex post* por meios de políticas sociais compensatórias financiadas com a redistribuição de uma parcela do PIB”. (SACHS, 2004, p.18-18).

A noção de sustentabilidade progressiva, segundo Canepa (2007), trabalha a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável. É dizer, reduzir a degradação do meio ambiente, mas também, concomitantemente, a pobreza e as desigualdades. O termo progressividade significa não adiar as decisões e as ações que importam para a sustentabilidade, trabalhando paulatinamente para romper os mecanismos e instrumentos que fazem com que a economia e a sociedade se desenvolvam em bases insustentáveis.

Sendo assim, só poderíamos falar em sustentabilidade se as três esferas que compõem seu campo de atuação, ou seja, a econômica, a ambiental e a social forem contempladas em ações que proponham uma harmonia entre elas ou, caso contrário, falar-se-ia em projetos isolados, mas não de forma realmente sustentáveis.

No caso da Fazenda Modelo, é preciso priorizar a inclusão social propondo, efetivamente ações que versem sobre a questão da educação ambiental, conscientização da importância da preservação ambiental e do consumo sustentável, ações que visem à qualificação profissional do capital humano que deverá ser utilizado para suprir as necessidades da esfera econômica cujas ações sejam aplicadas na própria Fazenda e, ainda a reconstrução da esfera cultural e dos valores culturais das pessoas que estão diretamente ligadas ao espaço. Caso contrário, não se falará em sustentabilidade dentro de seu conceito efetivo, como fica demonstrado neste trabalho e cabe à Universidade um estudo mais aprofundado para uma resolução que traga dignidade à comunidade da referida ocupação.

## 5 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

A Escola de Farmácia de Ouro Preto foi a primeira instituição de nível superior em Minas Gerais, criada em 1839 e em 1875 veio a criação da Escola de Minas. Mais tarde, em 1892, criou-se a Faculdade de Direito e, com a mudança da capital mineira, a Faculdade de Direito foi transferida para Belo Horizonte. Em seguida vieram a Escola Livre de Odontologia, a Faculdade de Medicina e a Escola de Engenharia. Já em 1911, a Escola Livre de Odontologia recebeu o curso de Farmácia. Em 1927 criou-se a Universidade de Minas Gerais (UMG), que era uma instituição privada, porém subsidiada pelo Estado de Minas e que perdurou até o ano 1949, quando se tornou um órgão do Governo Federal, mas que recebeu o atual nome Universidade Federal de Minas Gerais somente em 1965.

Ainda em franca expansão após seus 85 anos, a UFMG cresce além de suas fronteiras através da Pró-Reitoria de Extensão, constituindo-se em deliberação política, criando vínculos muito próximos com a sociedade e dando oportunidade ao conhecimento interdisciplinar e sem fronteiras através de programas e projetos.

Conforme a própria UFMG disponibiliza em seu *site*,

A palavra Extensão implica em estender-se, em levar algo a algum lugar, ou até alguém. Segundo o ex-reitor da UFMG, Francisco de Sá Barreto, se entendermos o ensino como uma atividade baseada no passado e a pesquisa como uma atividade que se preocupa com o futuro, “então a Extensão é a atividade voltada para o presente. A Extensão é parte do processo educacional, tendo como força indutora e motivadora as questões imediatas e mais relevantes demandadas pela sociedade. De certa forma, a Extensão é a maneira de a universidade interagir com a sociedade, procurando responder suas demandas e resolver seus problemas concretos, objetivamente colocados” (Revista da Extensão, 2000, p. 7).

Desta forma, a Extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade em que está inserida, sendo uma espécie de ponte entre a instituição e os diversos setores da sociedade.

Neste sentido, conforme diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária, que foi elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em conjunto com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto, “a Extensão universitária é a atividade acadêmica capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e de contribuir significativamente para a mudança da sociedade”, reforçando assim o compromisso das universidades para com a “transformação social, baseado nos princípios da justiça, solidariedade, democracia e inclusão social”. Ainda, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um

processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.”. (FORPROEX, p.18, 2010).

Então, como um dos projetos de extensão da UFMG, surgiu o Centro de Produção Sustentável com sede dentro da Fazenda Modelo, no município de Pedro Leopoldo, que é descrito a seguir.

### **5.1 Centro de Produção Sustentável**

Sediada na Fazenda Modelo, cuja história foi descrita acima e situada em área classificada, conforme Termo de Referência de 1980 da PLAMBEL, como possuidora de aptidão agropecuária, a Fazenda perdeu sua vegetação original nos locais de menor declividade para as pastagens e plantações, especialmente culturas de milho e hortaliças. E é nesta área que foi inaugurado em março de 2010 o Centro de Produção Sustentável (CPS), tendo como objetivo permitir a unificação de ações de várias Unidades da UFMG e encontra-se hoje sob a coordenação da Escola de Veterinária.

A Universidade Federal de Minas Gerais tem dado grande importância à Fazenda, especialmente ao CPS, que foi concebido como projeto da Pró-Reitoria de Extensão em parceria com a Escola de Veterinária. Vem ganhando corpo desde sua criação e abriga atividades de pesquisa, ensino e extensão. Os investimentos já somaram R\$2,5 milhões com vários recursos que ajudaram na manutenção da Fazenda durante os anos. Dentre estes estão o Fundo Fundep (Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa) da Universidade Federal de Minas Gerais, a Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e a Federação Espírita Brasileira (FEB), os governos Federal e Estadual, além de algumas iniciativas privadas. O espaço conta hoje com laboratórios, casa sede, escritório central, auditório e instalações para animais.

O CPS tem hoje como carro chefe o Centro de Biotecnologia em Bubalinocultura (CBB), que foi criado para atender a demanda dos criadores por tecnologia de produção adequada para esta espécie. Possui também uma estrutura física para receber animais para a realização de testes e pesquisas, espaço para cursos de capacitação e atualização para técnicos e profissionais da bubalinocultura, visando atender também a demandas específicas do setor nas áreas de reprodução, genética e sanidade.



Não parando por aí, possui pesquisas em arquitetura, aquacultura, turismo, engenharia civil, ações sociais, agricultura urbana, pecuários, esportes na natureza entre outros, mas sempre com o desenvolvimento sustentável como eixo condutor.

Estava programado para começar a funcionar na Fazenda Modelo no final de 2009, mas começou efetivamente em março de 2010 e os projetos ainda estão em fase de implementação. A ideia, além do centro de pesquisas, é também trazer melhorias ao local, como calçamentos feitos com blocos de resíduos de mineradoras, jardins mantidos pela comunidade, prédios construídos com apoio de cimenteiras da região e toda uma estrutura física baseada no conceito de sustentabilidade.

Até hoje, os 452 hectares da Fazenda abrigavam pesquisas e atividades ligadas à Escola de Veterinária. Com a criação do CPS, a finalidade é a ampliação das pesquisas, devido ao tamanho da mesma e ainda as possibilidades múltiplas de abrigar iniciativas de todas as unidades da UFMG, que possui hoje vários projetos com abordagens desde a história do local ao turismo educativo, perpassando por ações sociais, agricultura urbana, pecuária e esportes na natureza, que já estão em andamento ou em fase de implementação, tendo sempre o desenvolvimento sustentável como eixo condutor, como o projeto que está vinculado à própria construção do CPS.

**Figura 21 - Casa da Fazenda onde Chico Xavier psicografava e onde é hoje o museu**



Fonte: Foto do autor

**Figura 22 - Chico Xavier (terceiro da direita para esquerda) com grupo de adeptos do Espiritismo**



**Fonte: Federação Espírita Brasileira**

Em parceria com a FEB, também foi criado o Espaço Cultural Chico Xavier, em uma das antigas edificações que preserva a sala onde ele trabalhou e psicografou algumas de suas obras, criando assim uma grande dimensão cultural e um interessante espaço histórico que possui também uma biblioteca e este espaço torna a Fazenda conhecida a nível nacional e internacional, por abrigar a casa do famoso médium e primeiro funcionário da Fazenda Modelo, que psicografou 412 obras relacionadas à doutrina espírita.

Nascido em Pedro Leopoldo, iniciou sua produção editorial nesta referida casa. Em 2 de abril de 2010 ele teria completado 100 anos de vida, o que gerou muita curiosidade em torno do espaço e do que a UFMG pretende fazer para preservá-lo, trazendo ao local uma “aura”, que Benjamin (1980) define como se fosse uma aparição única de uma realidade muito longínqua, por mais próxima que ela esteja. A recuperação da área contou com a criação e organização do museu, preservando sua sala de trabalho e a criação de uma biblioteca para guardar suas obras, trazendo desde então, muitos turistas de vários países para visitação.

Em parceria com a Escola de Belas-Artes, o CPS estuda, por exemplo, a possibilidade de recuperar pinturas semelhantes a arabescos e florais que foram descobertas em algumas paredes.

**Figura 23 - Pinturas semelhantes a arabescos e florais**



**Fonte: Foto do autor**

Planejado para atender às diferentes demandas da UFMG, o CPS pode abrigar, inclusive, cursos do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O curso de Aquacultura, da Escola de Veterinária, tem um lugar garantido, que foi separado em uma área para os tanques de demonstração.

Estruturado com recursos de pouco mais de R\$2 milhões, obtidos por meio de emenda parlamentar apresentada pelo deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), o CPS abriga pesquisa em reprodução, sanidade, nutrição e genética dos búfalos. O local deverá, em breve, se transformar em referência na área, firmando parcerias com a USP, Unesp e UFPA.

O primeiro projeto e uma das âncoras do CPS é o Centro de Biotecnologia em Bubalinocultura<sup>14</sup>, coordenado pela Professora Denise Aparecida Andrade Oliveira, do Departamento de Genética Veterinária, integrando o Núcleo Técnico de Planejamento e Ações Integradas de Desenvolvimento de Bubalinos, que teve como primeiro evento o 5º Simpósio de Búfalos das Américas, que aconteceu em 2009 e foi realizado no auditório do Laboratório Nacional de Referência Animal (LANAGRO). Os búfalos são animais que se adaptaram muito bem à pecuária brasileira, são dóceis e de carne muito macia. Na Fazenda, um grupo desenvolve atualmente pesquisas em sanidade, reprodução e genética de bubalinos,

---

<sup>14</sup> Criação de búfalos.

com laboratório de reprodução equipado e em funcionamento, e muito em breve terão animais nascidos por fecundação *in vitro*, e envasamento de sêmen de bubalinos. As pesquisas já têm padronizado, a nível internacional, os testes de DNA para identificação genética e confirmação de genealogias destes animais. Tais testes já estão disponíveis ao público no Laboratório de Genética da Escola de Veterinária da UFMG e alguns cursos foram realizados para técnicos e produtores. Não há nenhum preconceito quanto á criação de búfalos no Brasil e a criação está aumentando, dando excelente retorno aos produtores. A criação destes animais em algumas regiões é até melhor que a de bovinos. São animais diferentes e ainda pouco conhecidos, o que gera muitos preconceitos. São altamente produtivos, dóceis quando bem trabalhados, resistentes sob certas condições de ambiente e produzem leite e carne de qualidade superior, onde a carne e o leite de búfalas se destacam dos de origem bovina em qualidade, onde os mercados são mais selecionados e os produtos atingem alto preço.

A Fazenda conta com cerca de dois mil metros de trilhas e abriga 200 cabeças de bovinos, 100 de ovinos, 15 equinos e três asininos, produzindo em torno de 650 litros de leite por dia, conforme dados disponíveis no *site* da Escola de Veterinária da instituição (<http://www.vet.ufmg.br>).

O Projeto Reativar Trilhas, do curso de Turismo e o Projeto Taipa/Adobe – Arquitetura Vernacular da Escola de Arquitetura.

Há também, a ideia de transformar rejeitos de minério em materiais reutilizáveis e produzidos em série, que é um dos projetos do CPS. Será construída uma mini usina para processar os rejeitos de minério e transformá-los em tijolos e blocos para pavimentação, administrado pela Faculdade de Engenharia da UFMG. O professor Edgar Mantilla coordena um grupo de alunos e pesquisadores voluntários que desenvolveram o Laboratório de Produção de Blocos com Resíduos de Mineradoras, do Laboratório de Estrutura/Engenharia, que em parceria com a empresa Samarco, utilizará o material no calçamento da entrada e vias de acesso do CPS, que receberá parte do material utilizado nas pesquisas como doação de empresas das quais a UFMG é parceira, como as cimenteiras da região, que estão preocupadas com os impactos ambientais que elas mesmas provocam e que poderão ser minimizados com a ajuda ao CPS, dando um exemplo de sustentabilidade.

Outro projeto que envolve a Escola de Engenharia é o de Arquitetura da Terra, onde materiais como pau-a-pique, adobe e taipa serão manipulados e deixados em exposição para testes de durabilidade, avaliando o comportamento das paredes ao longo do tempo e em escala real. Outra vertente é a realização de cursos práticos para capacitação da mão de obra local, com possibilidades de extensão à população carcerária.

Também estão na pauta do CPS os Núcleos de Apoio à Agricultura Urbana, de turismo educativos e esportes na natureza, entre outros. O CPS é apoiado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Prefeitura de Pedro Leopoldo e LANAGRO, mostrando a Fazenda Modelo como um verdadeiro modelo de sustentabilidade e de produção do conhecimento, área viva e em franca expansão, não ficando restrito à Proex e à Escola Veterinária.

O complexo de edificações do CPS vai contar ainda com laboratórios, salas de aula, biblioteca, espaço para eventos, estábulos e alojamento. Cerca de R\$ 2,5 milhões estão sendo empregados na restauração da casa sede, que abrigará o Centro de Ensino e Extensão e no prédio onde trabalhou o médium Chico Xavier, devem ser instalados alojamento e alguns laboratórios além da revitalização da paisagem envolvendo o trabalho de jardinagem, que foi estruturada como projeto de extensão, prevendo oferta de cursos à comunidade local, de onde poderão sair os jardineiros que ajudarão a manter as áreas verdes da Fazenda.

Isto posto, espera-se que a Fazenda Modelo se torne um *Campus* Avançado da universidade, onde se tenha projetos de várias Unidades, convivendo interdisciplinarmente em harmonia e a Escola de Veterinária da UFMG sempre terá grande participação nesse processo, uma vez que a Fazenda é uma extensão desta Escola, sendo usada como um grande laboratório em diversas áreas, com aulas práticas de campo, que atendem aos cursos de Medicina Veterinária e de Aquacultura, desenvolvendo pesquisas em parceria com outras universidades e com criadores, de modo a responder às necessidades de produtores e oferecer cursos para formação de pessoal de campo, cursos de atualização em bubalinocultura e produzir material genético certificado para atender principalmente pequenos produtores. Desta forma, o Brasil hoje está na condição de “exportador de búfalos de alta qualidade para países da América Latina e Ásia”, afirma a coordenadora dos projetos.

A ideia é transformar a Fazenda em local de demonstração pública de um modelo de desenvolvimento tecnológico sustentável, com uma concepção de projeto inspirada na versão brasileira da Agenda 21. As pesquisas a serem desenvolvidas na Fazenda deverão voltar-se para a qualidade de vida, meio ambiente e formação das pessoas, mostrando-se realmente sustentável e tendo todo o trabalho integrado e aberto à comunidade, com espaço para visitação, misturando neste espaço o aberto e o fechado, a comunidade local e os muros – mesmo que fictícios – do CPS, numa complexidade onde o termo interdisciplinar está completamente envolvido, seja intramuros ou não, uma vez que a Fazenda Modelo se encontra no urbano, que segundo Lefebvre (1999, p.28) nada mais é que a abreviação do termo sociedade urbana, e este espaço está em crise com a Fazenda, um enorme espaço verde,

que sempre fez parte da memória do município e que tem passado em branco para a sociedade local.

O CPS segue interdisciplinar, mas cada disciplina recorta sua área de conhecimento, buscando tecnologia, inovação, voltada à sua subjetividade, tendo como sua ideia principal tornar-se um parque que integre os diversos segmentos da sociedade, permitindo o acesso a toda comunidade e contribuir com a educação e ciência do Brasil, porém, se esquece do urbano. E o urbano, de Pedro Leopoldo ou região, no entorno da Fazenda ou não, não tem pertencimento de qualquer ciência enclausurada, fechada em si mesma e que é praticada do lado de dentro desta. E talvez seja por isso que o urbano esteja esquecido nesta região, não participando do tema sociocultural, que acabará por adentrar a Fazenda para uma completa urbanização, dominando e absorvendo a produção agrícola e as pesquisas exclusivas, transformando tudo em produção industrial. E todos os municípios no entorno da Fazenda sofrem hoje um processo industrial e uma explosão populacional que estende o urbano a toda região rural. Isto é uma verdadeira revolução urbana, alterando toda a relação social, econômica, política e ambiental, que prepara o espaço não como algo que seja externo à sociedade, mas como um verdadeiro produto da sociedade. E Abreu (1994) afirma que “O Espaço não é organizado pela sociedade, mas é produzido por ela através do trabalho”, devendo então o espaço Fazenda Modelo refletir tanto a dinâmica como a estrutura da sociedade em seu entorno, uma vez que a comunidade local ou mesmo dentro – a área invadida - não se vê inserida nesta comunidade.

## 6 CONCLUSÃO

[...] Ganhamos espaço condensando em pequenino rolo a massa colossal de papel, mas isso não quer dizer que joguemos pela janela ou condenemos à ruína o que foi considerado digno de ser transferido a outras gerações. Em resumo: viva o documento! (ANDRADE, 1979).

Por meio desta pesquisa, evidenciou-se que os documentos da Fazenda Modelo até então não passaram por nenhum tratamento arquivístico ou de restauro. A efetivação das orientações relatadas neste trabalho para a preservação dos originais de fontes documentais deve ser seguida sob a forma de instrumentos de pesquisa. Dessa maneira, será possível compreender o processo histórico da Fazenda Modelo, colocando em destaque as pesquisas nela realizadas e revelando os caminhos para o desenvolvimento científico e tecnológico da UFMG, resgatando a memória da região, revelando sua infraestrutura bem como das ocupações ilegais ali ocorridas.

A partir deste trabalho, fatos históricos foram resgatados e registrados para as futuras gerações. Porém, observa-se ainda a ausência de registros mais concretos que permitam compreender com mais propriedade o caminhar da pesquisa científica na Fazenda, que é um detalhe importante no processo de análise da documentação para o resgate da história desta área e preservação da memória patrimonial assim como da história da UFMG. Mesmo que o projeto já tenha reunido quantidade significativa de dados e documentos, eles são ainda insuficientes para compreender com mais profundidade toda a trajetória percorrida, como as linhas e projetos de pesquisas, as instituições envolvidas e seus respectivos pesquisadores, entre outros aspectos. Entretanto, precisam-se realizar novas buscas, ainda mais aprofundadas e procurar com mais insistência no município sede, buscando memórias que ainda não foram consultadas, documentos talvez mais esclarecedores e novos vieses.

Assim, espera-se que a elaboração das diretrizes aqui citadas divulgue e facilite o acesso dos usuários aos documentos referentes à Fazenda Modelo e conseqüentemente tragam à tona fatos ocultos ou esquecidos ao longo de sua existência. Os resultados deste trabalho poderão ainda auxiliar na orientação dos pesquisadores da UFMG na projeção das pesquisas futuras. Além disso, espera-se também contribuir para a resolução de problemas que possam estar inseridos nos temas abordados, principalmente no que concerne à melhora da qualidade de vida da região assim como a preservação da memória, que é fator de fundamental importância no processo de consolidação da ciência.

A informação contida hoje no acervo documental sobre a Fazenda Modelo assim como todo o material que possui, seja histórico ou não, escrito, fotografias ou mapas têm que ser,

além de preservada, disponibilizada ao público da melhor maneira possível. A Fazenda é um importante centro de ensino, pesquisa e extensão da UFMG, que desde sua inauguração em março de 2010 passou a ter um local de concentração a noroeste da reserva, em espaço que corresponde a aproximadamente 1/5 da área total, onde se situam os alojamentos e um sistema de trilhas, assegurando para o futuro um grande capítulo em Extensão Universitária, e abrindo um leque de trabalho e pesquisas à Ciência da Informação.

Deste modo, a interdisciplinaridade e a análise documental, inseridas nesta pesquisa, caminham juntas, e a análise documental é por sua natureza interdisciplinar. Após perceber a importância dos documentos pesquisados e a constatação de cunho realmente histórico, deve-se partir para o objetivo de adotar medidas que visem à estabilização ou a amenização dos processos que possam vir a causar uma degradação destes, prolongando o tempo de vida e a qualidade de acesso às informações contidas nos documentos. Tratam-se estas medidas de longo prazo, pois acervos históricos carecem de cuidados ininterruptos que possam preservar os documentos para futuros pesquisadores.

Nos dias de hoje, presenciamos uma sociedade com sede de informação, aonde a realidade informacional chega a causar um atordoamento e deixar perplexo quem realiza estas buscas, devido a gama de possibilidades em gerir a informação documental. Mas preservar a memória documental é um caminho obrigatório na construção da identidade cultural e a garantia da análise histórica. As instituições que lutam para preservar os arquivos públicos ou outros acervos documentais têm enfrentado problemas de vários matizes que geralmente são causados pelo excesso de registros de informação, gerando um sério conflito entre a sensibilidade dos documentos criados e o compromisso com a conservação e o acesso.

Nestes últimos tempos, a tecnologia digital tem mostrado a direção a ser seguida, como uma alternativa séria e inteligente de preservação e disponibilização dos documentos, de forma eficiente para a disponibilização destes ao público, sem o comprometimento da integridade física dos documentos originais, com a recuperação da informação como uma peça central, garantindo ao pesquisador o pleno acesso à informação. Em 1939 o arquivista Robert Binkley, afirmou na Sociedade Americana de Arquivistas que o principal objetivo de uma política arquivística em um país que se afirma democrático, não poderia ser simplesmente guardar documentos, mas promover a conscientização histórica dos povos.

Neste contexto, a Secretaria de Patrimônio da União já aventou a possibilidade de um tratamento especial para preservação e conservação dos documentos em seu poder, incluídos aí os documentos sobre a Fazenda Modelo, assim como a sua disponibilização através dos vários recursos promovidos hoje pela tecnologia da informação. Porém, não podendo realizar



tal empreitada em uma só coleção – em referência aos documentos exclusivos da Fazenda Modelo - deverá fazê-la em todos os documentos em seu poder, o que o torna um projeto inviável, pois conforme a direção do órgão foi realizada uma pesquisa orçamentária para digitalização e disponibilização dos documentos que se encontram em poder desta Secretaria, ficando em torno de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Desta forma, os originais das fontes documentais referentes à Fazenda devem ser negociados entre a UFMG e a SPU, a fim de serem recolhidos, reunidos, tratados e organizados, visando possibilitar a divulgação, o acesso e a preservação destes, que servirão para futuros interessados na história da Fazenda Modelo da UFMG e guardados por esta instituição, que tem condições técnicas e administrativas, além de equipamentos adequados para a preservação, tanto na Escola de Ciência da Informação quanto na Biblioteca Central, na região da Pampulha, com laboratórios de qualidade para os tratamentos dos documentos, uma vez que a universidade tem como firmar parcerias com agências de fomento como a FAPEMIG e a FUNDEP, proporcionando estágios a alunos bolsistas para o tratamento técnico acima mencionado e sendo dirigidos por professores e profissionais competentes.

Quanto à sustentabilidade, existe sem dúvida uma tênue linha que liga todas as obras que versam sobre o tema. Diante das conjecturas do Desenvolvimento Sustentável, se torna necessário uma análise dos caminhos aos quais se pretende seguir, uma vez que a sociedade de hoje consome muito mais depressa os recursos que devem ser preservados para as gerações vindouras. Dentre estes motivos estão o próprio aumento da população mundial e a industrialização.

De acordo com Sachs (1993), para um melhor entendimento da sustentabilidade - isto em sua maior plenitude - se faz necessário voltar o olhar para o processo de desenvolvimento, a partir de várias dimensões, como o social, onde a maior preocupação é com o bem estar das pessoas, promovendo cidadania e qualidade de vida. No viés econômico, deve-se incentivar a responsabilidade social com critérios, destacando-se a geração de emprego e renda, com planejamento de várias esferas governamentais, visando à diminuição dos custos sociais e também ambientais. E do lado ecológico, deve-se buscar o desenvolvimento sem prejuízos ao lado ambiental, buscando entre outras formas, as energias limpas.

Então, falar em sustentabilidade requer perpassar pela interdisciplinaridade onde, muitas vezes, o caminho faz-se mais árduo, devido à necessidade de um planejamento comum, em perfeita sintonia, entre várias áreas de conhecimento, onde certamente, cada um apresentará, inevitavelmente, sua subjetividade. E é por este motivo que o tema está inserido na Fazenda Modelo, uma vez que ela tem todas as características para empreender, pesquisar

e trabalhar com assunto tão atual no mundo, visando assim uma sustentabilidade documental, no contexto em que podemos usufruir dos documentos hoje, sabendo que devemos preservá-los para as gerações futuras.

A Fazenda Modelo, está descrita no processo nº 21028.006235/2001-66, que na época era denominada Fazenda Riachuelo e que foi recebida pelo Estado de Minas Gerais, na data de 14/07/1917, dos senhores Hans Jansen e Ernesto Jansen e sua esposa Elionora (*sic*), em pagamento de hipoteca. O Governo do estado mineiro, não se interessando pela continuidade das atividades da então Granja Pastoril Riachuelo, doou o imóvel ao Governo Federal, que o recebeu por meio de Portaria no Ministério da Agricultura, datada de 25/07/1919, com fins de estabelecer no local uma estação de fomento da indústria pastoril no Estado de Minas Gerais, organizada de acordo com o Decreto 13.011 de 04/05/1918. No entanto, foi realizada a entrega à União a título precário, continuando o imóvel titulado em nome do Estado de Minas Gerais. Em 15/12/1978, por meio da Lei Estadual nº 7.413, foi o Estado autorizado a doar a Fazenda Riachuelo à União, mas a regularização só ocorreu de fato apenas no dia 13/07/2005, com a assinatura do Contrato de Doação sem Encargo, sendo o Estado representado pelo Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, Sr. Antônio Augusto Junho Anastasia.

Por outro lado, ainda em 16/08/1946, por meio do Decreto Lei nº 9.593, foi acrescida à área do imóvel, por desapropriação pela União Federal, terrenos adjacentes e vizinhos, numa área total de 452 ha. A desapropriação abrangia seis áreas distintas, onde cinco delas deram plena quitação, com avaliação oficial procedida em novembro de 1948, mas os interessados do Sítio Nhô Antônio, não se conformando com a solução havida, entraram com recurso por julgarem baixos os preços arbitrados.

Segundo informação processual, a posse da União, com relação ao Sítio Nhô Antônio, ocorreu efetivamente em 21/05/1952, em virtude de carta precatória citatória, tendo sido incorporadas ao acervo da Fazenda de Criação de Pedro Leopoldo e recebidas pelo Zootecnista Darwin de Rezende Alvim, que naquela época exercia as funções de Inspetor Chefe.

Tendo envidado esforços para a regularização da situação da Fazenda, mas após várias tentativas em cartórios da região e mesmo outros órgãos federais, a União não encontrou nenhum registro dos imóveis. E mesmo após todos esses anos na posse efetiva do imóvel, a União não possuía nenhum registro que comprovasse de fato a propriedade de tais áreas. Motivo este pelo qual, não havendo outra solução, foi feita outra proposta para posse do terreno.

Ainda quanto à regularização da Fazenda Modelo, houve em seguida a regularização do registro, conforme consta em certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo e, em relação aos terrenos adjacentes e vizinhos, conforme ficou acertado em reunião realizada em 06/03/2007, na Procuradoria da União, a advogada da União, Sra. Lígia Maria Veloso Fernandes de Oliveira, responsável pelo processo de desapropriação, requereu o desarquivamento do processo. Tendo então em mãos os autos e verificando que efetivamente houve o pagamento ou depósito judicial de indenização, a referida advogada requereu ao Juízo que formalizasse o mandado de averbação para que o Cartório competente regularizasse o registro do referido imóvel.

Em 15/04/2008, a Secretaria de Patrimônio da União solicitou à Procuradoria da União no Estado de Minas Gerais a adoção das providências cabíveis no sentido de proceder a regularização da Fazenda Modelo, de forma que a propriedade seja titulada em nome da União, uma vez que, apesar de estar na posse da união há vários anos, uma parte do terreno que ainda está pendente de regularização junto ao serviço registral de forma a comprovar a sua efetiva propriedade.

Então, a Procuradoria protocolizou em 08/11/2007, uma petição requerendo a expedição de novo mandado de intimação e registro, para o cumprimento da sentença nos autos da ação de desapropriação nº 00.00.3764-0 contra Rubens de Azevedo Carvalho e outros, em tramitação no Juízo da 16ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais.

Entretanto, de acordo com o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pedro Leopoldo/MG, não basta o mandado de registro para solucionar os problemas dos imóveis, em decorrência da falta de descrição precisa das áreas desapropriadas.

Por isso, a Secretaria de Patrimônio da União reafirmou as medidas dos terrenos sendo então descritos da seguinte forma:

- a) “Vargem do Totó” – Proprietário: Manoel Martins da Cunha – Registro nº 1.293, fls. 150 do Livro 3-B e Registro nº 1.294, fls. 151, Livro 3-B, ambos datados de 22/09/1948;
- b) “Sítio dos Coqueiros” – Proprietário: Evangelista e Filhos Ltda. – Registro nº 830, fls. 03 do Livro 3-B, datado de 16/09/1947;
- c) “Sítio do Papo Sujo” – Proprietário: Caetano de Azevedo Carvalho – Registro nº 1205, fls. 129 do Livro 3-B, datado de 24/06/1948;
- d) “Fazenda dos Coqueiros” – Proprietários: Herdeiros de Guilherme de Sousa Machado – Registro nº 1297, fls. 151 do Livro 3-B, datado de 22/09/1948;

Em relação aos terrenos do “Sítio Nhô Antônio” – Proprietário: Rubens de Azevedo Carvalho e “Granja da Lagoa Preta” – Proprietário: Amando Belisário Filho, após diversas tentativas junto aos cartórios de registros de imóveis do Município de Pedro Leopoldo e de outras cidades no entorno, não foi possível localizar documentos comprobatórios da propriedade.

Há tempos a Secretaria de Patrimônio da União envida esforços para a regularização da situação da Fazenda Modelo, mas não logrou êxito. Após uma reunião ocorrida em 04/04/2008 no Fórum Pedro Leopoldo/MG, com a presença da Gerência Regional do Patrimônio da União, juízes e servidores do Fórum, o Oficial do Cartório de Registro da Comarca e o Prefeito Municipal, chegou-se então ao entendimento de ser mais viável a propositura de uma ação de usucapião<sup>15</sup> por parte da União. Esta proposta de ação abarcaria toda a área, citando não só os registros de cujas áreas se têm informações, assim como os nomes dos proprietários desapropriados dos terrenos “Sítio Nhô Antônio” e “Granja da lagoa Preta”.

Portanto, acreditando que a ação tramitaria no Foro de Pedro Leopoldo, conforme informação passada pelo Juiz daquela Comarca, o qual já acompanhava o desenrolar do processo de desapropriação, acreditou-se que a solução não mais tardaria. Porém, a Fazenda não será somente de órgãos públicos. Devendo ser dividida entre a UFMG, LANAGRO, Prefeitura de Pedro Leopoldo e algumas áreas que ainda se encontram em litígio, não sendo possível, nesse momento, afirmar categoricamente como ficará a divisão da Fazenda Modelo.

De qualquer modo, é possível que, em atendimento ao pleito realizado pela UFMG, esta instituição fique com uma grande área da Fazenda Modelo para desenvolvimento do CPS. Tal área engloba a Matrícula 28.910, parte da Matrícula 26.110 (área doada pelo Estado de Minas Gerais), parte da Matrícula 28.909 e parte da Matrícula 28.219. A área que ficará com a UFMG poderá ser diminuída por depender da necessidade do Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO, do Ministério da Agricultura. Além de eventual área a mais necessária, o LANAGRO permanecerá com a área que ocupa atualmente.

O restante do imóvel terá destinações diversas, algumas das quais já em andamento, encontrando-se outras em fase de análise. Dentre tais destinações verificou-se o Mercado do Agricultor Familiar da Prefeitura de Pedro Leopoldo, Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Centro de Tratamento de Resíduos da Prefeitura de

---

<sup>15</sup> É o direito que um cidadão adquire, relativo à posse de um bem móvel ou imóvel, em decorrência do uso deste bem por um determinado tempo.

Pedro Leopoldo, Escola Pública Municipal, CEPPEL da Prefeitura (área para esportes), etc. Existe ainda a Horta Comunitária, ocupação que será estudada para se analisar a possibilidade de regularização fundiária.

Criada pelo Governo com o foco de poder contribuir para o avanço pecuário da região, a Fazenda foi gradativamente modificada e até mesmo desativada, passando a alojar, a partir de 1978, outras instituições governamentais.

A partir de 1993, ela passou a ser administrada pela Escola de Veterinária da UFMG, com o objetivo de utilização do espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão. A regularização fundiária, permitindo a proposição de transformar a mesma em um Centro de Produção Sustentável, aberto a visitação pela comunidade, objetivando a unificação de ações da UFMG em parceria com o poder público da região, para recuperar, preservar e disponibilizar o acervo histórico da Fazenda, e também criar unidades demonstrativas que possibilitem avanços tecnológicos, tendo como diretriz o conceito de produção sustentável, com foco na preservação ambiental e uso racional da terra.

O objetivo maior da Fazenda Modelo é a educação continuada em seus mais diversos níveis, do primário ao universitário ou mesmo do iletrado ao magistrado. A estratégia da instituição é ensinar através do exemplo, com um ambiente que permite a associação do lazer, do lúdico ao aprendizado. A concepção da integração entre diversas unidades da UFMG, em parceria com o poder público local e estadual, tem como intenção a difusão do conhecimento, incorporando ainda a participação da iniciativa privada e constituindo, por si só, um modelo.

A pretensão do Centro de Produção Sustentável é tornar-se um parque integrador de diversos segmentos da sociedade, de acesso a todos e, tão logo se determinem as questões de posse, a Fazenda poderá ser reconhecida efetivamente como Fazenda Modelo da Universidade Federal de Minas Gerais, onde a cidade poderá interagir com o espaço, vendo de perto os experimentos, sendo um modelo interdisciplinar de sustentabilidade e de produção do conhecimento, um parque integrador, onde a Universidade possa praticar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação; contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo, Edusp, 1994. p.199-322.
- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79-90, maio 1999.
- ADELAMNN, G. S. O conservador-restaurador uma definição da profissão. Tradução de Edna May Duvivier. **Boletim ABRACOR**, v. 5, n. 2, nov.1985.
- ALMEIDA, Luís Fernando Barbosa. **A metodologia de disseminação da informação geográfica e os metadados**. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Rio de Janeiro.
- AMARO, R. K. O. F. **Contribuição da análise do discurso para a análise documental: o caso da documentação jornalística**. 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.
- ANDRADE, Carlo Drummond de. A memória nacional em microfilme. In.: **Boletim do Arquivo Público do Paraná**, ano IV, nº 4, 1979.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2004. 300p.
- ARANTES, Antônio A. Reconsidering the social aspects of sustainability: integrated conservation of the urban environmental heritage. In: ZANCHETTI, Silvio (Ed.). **Conservation and urban sustainable development**. Recife: UFPE, 1999.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 192 p.
- ARAÚJO, Emanuel. **Publicações de documentos históricos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1985. (Publicações técnicas).
- ARÓSTEGUI, Julio. **La investigación histórica: teoría y método**. Barcelona: Crítica, 1995.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Transcreve.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2009
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Minas Gerais do século XXI: volume 7: desenvolvimento sustentável: apostando no futuro**. Belo Horizonte: BDMG, 2003.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARRETO, Margarita. **Turismo e legado cultural**. Campinas: Papirus, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 236p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Noções básicas de conservação de acervo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [2001?].10 f.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Restauração**: metodologia aplicada no laboratório de restauração da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.

BINKLEY, Robert C. Strategic objectives in archive politics. **American Archivist**, n. 2, p. 162-168, jul. 1939.

BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**, Lisboa, n. 1, p. 1-18, 2006.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Balanco Energético Nacional 2005**. Brasília: Secretaria de Energia, 2005.

BRAUDEL, F. História e ciências sociais: a longa duração. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Ed.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco Cortez, 1995. p.29-40.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas, São Paulo: UNESP, 1992.

BURTON, Richard Francis; AZEVEDO, Fernando de. **Viagens aos planaltos do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983. 3v.

\_\_\_\_\_. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette M. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

CANEPA, Carla. **Cidades sustentáveis**: o município como lócus da sustentabilidade. São Paulo: RCS Editora, 2007.

CARDOSO, Adalto; RIBEIRO, Luis César de Queirós. **Dualização e reestruturação urbana**: o caso do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR, 1996.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CARNEIRO, Eder Jurandir. Política Ambiental e a Ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (organizadores). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 288p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. São Paulo: Brasiliense, 1957. v. 1.

CERÁVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP**, São Paulo, v.1, n.10, p. 241-253, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. 345p.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2 ed. São Paulo: Polis, 2005. 96 p.

COLL-VIENENT, R.; BERNAL CRUZ, F. J. **Curso de documentación**. Madrid: Sossat, 1990.

COMITÊ dos Ministros do Conselho da Europa. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã, 1975. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/legislac/cartaspatrimoniais/>>. Acesso em: 02 fev. 2003.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, 19-22 de Setembro de 1999. 2. ed. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL) Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **e-Arq Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 134 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Recomendações para digitalização de documentos arquivísticos permanentes**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

CONVERSE, Jean M.; STANLEY Presser. **Survey questions: handcrafting the standartized questionnaire**. Beverly Hills: Sage, 1986.

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. 32 p.

COYAUD, M. (1966). **Introduction à l'étude dès langages documentaires**. Paris: Klincksieck, 1966.



- CUNHA, I. M. R. F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990.
- CUNHA, I.M.R.F. O falcão maltês: a lógica em análise documental. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v.17, n.1, p.51-61, jan./jun. 1989b.
- CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTE, Cordélia R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. xvi, 451p.
- CURY, Isabelle. **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DERANI, Cristiane. **Direito Ambiental Econômico**. São Paulo: Max Limonad, 1997, p. 413.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 201 p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2. ed. Brasília: Embrapa Solos, 2006. 306 p.
- ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-82.
- FERREIRA JUNIOR, Silvio Pinto. **Festas italianas em São Paulo e a proteção do patrimônio imaterial: a identidade de grupo no contexto da diversidade**. 2009. Tese (Doutoramento) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Departamento de Ciências Sociais.
- FERREIRA, Delson. **Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- FINQUELIEVICH, S. La innovación, la sociedad civil y la economía del conocimiento. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v.6, n.2, abr. 2005. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr05/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/abr05/Art_03.htm)>
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília, 1987.
- FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973.
- FOX, V. **Análisis documental de contenido: principios y prácticas**. Buenos Aires: Alfagrama, 2005.
- FUJITA, M. S. L.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. Leitura em análise documental. **Trans/informação**, Campinas, v. 10, n. 3, p. 13-31, 1998.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- \_\_\_\_\_. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Mundo em Descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GROGAN, Denis. The literature. In: GROGAN, Denis. **Science and technology: an introduction to literature**. 2. ed. London: C. Bingley, 1992. Cap.1, p. 14-19.

GÜICHEN, Gael de. La conservación preventiva: ¿simple moda pasajera o cambio trascendental? **Conservación Preventiva Revista Museum**, v. 51, n. 201, 1999.

GUSDORF G. A interdisciplinaridade. **Ciências Humanas**, v. 1, n. 2, p. 13-22, jul./set. 1977.

\_\_\_\_\_. Passé, présent, avenir de la recherche interdisciplinaire. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, Paris, v. 29, n. 4, p. 627-649, out./dez. 1977.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Normais climatológicas 1931-1960**. Brasília: INM, 1992. 84 p.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. **Normais climatológicas 1961-1990**. Brasília: INM, 1992. 84p.

ISSA FILHO, José. **Coisas do Reino de Pedro Leopoldo**. Pedro Leopoldo: Edição do autor, 1993. 399p.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220p.

KOBASHI, N. Y. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia**. São Paulo, 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes.

LAKATOS E. M, Marconi M. A. Técnicas de pesquisa. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas; 1991. p.195-200.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. Tradução Marie-Agnes Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2005.

LARA, M. L. G. et al. La interface análisis documental, lingüística documental y terminología. **Cuadernos de Adab**, Salamanca, v. 1, n. 2, p. 382-388, 1993.

LATOUR, Bruno (1994), **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro, Editora 34.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: ENCILOPÉDIA Einaudi: v. 1: memória e história. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (Org.) **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 137-140.

\_\_\_\_\_. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. 541 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001b. 343p.

LEPSCH, Igo F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.

LÓPEZ YEPES, J. (Ed.). **Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación**. Madrid: Síntesis, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?:** a questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTELETO, Regina Maria. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, abr. 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre pobreza, exclusão e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2002.

MARTINS, Marcos Lobato. **Pedro Leopoldo:** Memória Histórica. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, 1994.

MASCARO, Lucia R. **Tecnologia e arquitetura**. São Paulo: Nobel, 1990. 136 p.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação:** uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1999. 206 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia? **Saúde e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 42-64, 1994.

MODESTO, Fernando. **Metadados:** introdução básica. São Paulo. Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da USP, 2005. 35p.

MOLINA, Alexandra da Silva; LEITE, Sérgio Antonio da Silva. **Cultura, cognição e afetividade:** a sociedade em movimento. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 162 p.

MOLINA, M. Pinto. **Análisis documental:** fundamentos y procedimientos. Madrid: EUDEMA, 1993.

MORIN, Edgar. A humanização (a antrossociogênese). In: MORIN, Edgar. **O enigma do homem:** para uma nova antropologia. Tradução Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

NAHAS, Maria Inês Pedrosa. **Bases teóricas, metodologia de elaboração e aplicabilidade de indicadores intra-urbanos na gestão municipal da qualidade de vida nas grandes cidades:** o caso de Belo Horizonte. Tese de doutorado. Universidade de São Carlos/SP, 2002, p. 22.

PIAGET, Jean. Problemas gerais da investigação interdisciplinar e mecanismos comuns. Lisboa: Bertrand, 1973.

RAMONET, Ignácio. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 1998.

REVISTA DA EXTENSÃO: publicação da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG, 2000.

REVISTA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Ano 10 - Número 19 - maio de 2012.

RIBEIRO, Helena; VARGAS, Heliana C. **Novos instrumentos de gestão ambiental urbana**. São Paulo: USP, 2001.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **O Guardador de Inutensílios**, Campo Grande, n. 7, p. 17-30, maio 2004.

RUIZ PEREZ, R. **El analisis documental**: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa. Granada : Ed. Universidad de Granada, 1992.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Prefácio de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SACHS, W. **Development**: the rise and decline of an ideal. London: John Wiley, 2000. (Wuppertal Papers, no 108).

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira T. **História & Documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 166p. (História & reflexões; 10).

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio imaterial: do conceito ao problema da proteção. In: SANT'ANNA, Márcia. **Patrimônio imaterial**. Rio de Janeiro: ORDECC, 2000. p.151-162.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Preservar não é tomar, renovar não é por tudo abaixo. **Projeto**, Rio de Janeiro, n. 86, p. 59-63, abr. 1986.

\_\_\_\_\_. **Quando a casa vira rua**. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1996.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. **Direito ambiental internacional**: meio ambiente, desenvolvimento sustentável e os desafios da nova ordem mundial: uma reconstituição da Conferência do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1995.

SMIT, J. W. (Org.). **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília: IBICT, 1987.

SOUZA, Marcelo L. Para pensar o futuro das metrópoles brasileiras: notas epistemológicas sobre a construção de cenários. In. VASCONCELOS, Pedro A.; SILVA, Sylvio B. Melo e (Org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: UFBA, 1999.

SPINELLI JUNIOR, J. **Conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. 90 p.

STOVEL, Herb. Applying sustainability to urban conservation. In: ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Conservation and urban sustainable development**. Recife: UFPE, 1999.

STREETEN, P. **Thinking about development**: Raffaele Mettioli Lectures. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

TAIOLI, Fabio. **Decifrando a terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

TAVARES, Hermes Magalhães. Complexos de alta tecnologia e reestruturação do espaço. In: SANTOS, Milton et al. (Org.), **Fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 270-284.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente**: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Porto Alegre: Aergio Antonio Fabris, 1993.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Extensão. **O que é extensão universitária**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/aextensao.php>>. Acesso em: 11 jul. 2012.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 226 p.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3. ed. Brasília: UnB, 1995. 198p.

VON IMNHOFF, Hans-Christoph. É a conservação conservadora. **Icom News – Bulletin of the International Council of Museums**, Paris, v. 39, n.1, p. 2-4, 1986.

WACKERMANN, G. **Le développement durable**. Paris: Ellipses, 2008.

## ANEXOS

### ANEXO A - Decreto-lei nº 9.593, de 16 de agosto de 1946

***Desapropria, por utilidade pública, terrenos que menciona, situados no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.***

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo(*sic*) com dispôsto(*sic*) no art. 6º combinado com o art. 5º, letra h, do Decreto-lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam desapropriados, por utilidade pública, os terrenos:

I - Sítio Nhô Antônio - situado no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais com a área aproximada de 51 hectares, dividido em duas partes pela estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagoas, nas proximidades do km. 47. A parte que fica a leste da estrada de rodagem confina, ao norte com a propriedade do S. João Pinto de Matos e a leste e sul com o Ribeirão do Matuto, confrontando com a Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo. A norte que fica a oeste da estrada de rodagem confina, ao norte com Estrada de Ferro Central do Brasil e a este com terreno de propriedade dos Srs. Armando Belisário Filho e José Pereira, e ao sul com a Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo.

II - Granja de Lagoa Preta - situada no Município de Pedro Leopoldo, no mesmo Estado, com a área de 9 hectares e 85 áreas, com as seguintes confrontações: ao sul com terrenos de Manuel da Cunha; a oeste com o Ribeirão do Matuto: ao norte com a Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo e a leste com a estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagoas;

III - Vargem do Totó - situado no lugar acima indicado, com área de 26 hectares e 47 áreas, confrontando-se: ao sul com terrenos da firma Evangélica, Filhos, Ltda., a oeste com o Ribeirão do Matuto ao mesmo pertencentes, e com a estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagôas (*sic*) nas proximidades do km. 44;

IV- Sítio dos Coqueiros - situado no lugar já referido, com área de 87 hectares, cortado por duas estradas de rodagem que liga Belo Horizonte e Sete Lagôas (*sic*), nas proximidades do km. 43. A parte situada a oeste da referida estrada, confronta-se: ao sul com terras de Guilherme de Souza Machado; a oeste com Ribeirão do Matuto e ao norte com terrenos de Manuel da Cunha. A parte localizada a leste da mesma estrada, confronta-se: ao norte com

terras de Francisco de Azevedo; a leste com a propriedade de Francisco Silva e ao sul com terras pertencentes ao Guilherme de Souza Machado;

V - Sítio do Papo Sujo - também situado no Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais, com a área de 57 hectares, confronta-se: ao norte com a Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo; a leste com os terrenos pertencentes a José Elias da Costa; ao sul com terras de Evangelista, Filhos Ltda., e a oeste com a estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagôas (*sic*), nas proximidades do Km. 44;

VI - Fazenda dos Coqueiros - (Parte) situada no lugar antes mencionado, com a área aproximada de, 15 hectares, confrontando-se: ao sul com Guilherme de Sousa Machado; a oeste com o Ribeirão do Matuto; ao norte com terrenos de Evangelista, Filhos Ltda., e a leste com a estrada de rodagem que liga Belo Horizonte a Sete Lagôas (*sic*), nas proximidades do km 45.

Parágrafo único. A desapropriação, ora declarada de utilidade pública, tem por finalidade ampliar a área da Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo, ali existente.

**Art. 2º** É declarada, também a urgência da desapropriação de que se trata.

**Art. 3º** Cabe ao Ministério da Agricultura promover a presente desapropriação, nos termos(*sic*) do artigo 10º, do Decreto-lei nº 3.365, acima citado.

**Art. 4º** Para atender ao pagamento das indenizações decorrentes desapropriação dos terrenos de que se trata (Desapropriações e Imóveis), fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 400.000,00).

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário.


Rio de Janeiro, 16 de Agosto (*sic*) de 194, 125º da Independência e 58º da República.

EURICO G. DUTRA

Netto Campelo Júnior

Gastão Vidigal

## ANEXO B - Primeiros documentos encontrados sobre a Fazenda Modelo

Primeiro Escripçura de doação em  
 traslado. pagamento que ao Estado  
 de Minas Gerais fazem Hans  
 L. N. H. H.  Janssen, Ernesto Janssen e  
 sua mulher, no valor  
 Fls. 86 a 89.º de 118.680\$263.

Sabam quando este instrumento de  
 escripçura publica virem, que no anno do <sup>14</sup>/<sub>7</sub>  
 Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo <sub>1917</sub>  
 de mil novecentos e dezesete, aos quatorze  
 dias do mez de julho, nesta cidade de  
 Belo Horizonte, e em meu cartorio, pre-  
 sendo mim tabelião, compareceram, par-  
 tes entre si justas e condacidades, a sa-  
 ber, de um lado, como outorgantes,  
 Hans Janssen, solteiro e maior, Ernesto  
 Janssen e sua mulher dona Elianova  
 Janssen, agricultores, residentes no dis-  
 tricto de Pedro Leopoldo, do municipio  
 de Santa Luzia do Rio das Velhas, deste  
 Estado, esta ultima outorgante neste acto  
 representada pelo seu referido marido,  
 de accordo com os poderes da procuração  
 que me foi apresentada, e que ficou



arquivada em meu cartório, depois de re-  
 gistrada no livro competente, e de au-  
 tro lado, como outorgado, o Estado de  
 Minas Gerais, representado por seu Sub-  
 Procurador Geral, doutor Heitor de Souza,  
 os presentes conhecidos de um habilitad  
 e das testemunhas acima nomeadas  
 e assignadas, também do meu consen-  
 timento, do que tudo dou fé. E, em pre-  
 sença das mesmas testemunhas, geros  
 outorgantes Hugo Janssen, Ernesto Jans-  
 sen e sua mulher me foi dito que,  
 sendo senhores e possuidores da fazenda  
 denominada "Fiacuelo", situada no  
 distrito de Pedro Leopoldo, do muni-  
 cípio de Santa Luzia do Rio das Velhas,  
 deste Estado, com todas as terras, herrei-  
 torias, plantações, cocheiras, machiuis-  
 mos, instrumentos, carros, carroças, ac-  
 cessórias e acessórios, com (100) cabeças  
 de gado cavallar, gado meio-sangue  
 arabe, gado nacional, com os gava-  
 nhões gado-sangue arabe "Amirah",  
 marca 612, "Bouatin-Massouel", marca  
 512, "Yussufkajá", marca 613, "Abu-

mingal, marca 713, "Dzolau", marca 1108,  
 com as equas tambem queo sangue a-  
 vale: "Ayasha", marca 412, "Yumma",  
 marca 410, "Heikuna", marca 1311, "Ma-  
 ra Karfura", marca 813, "Yussuf", marca  
 112, "Kona", marca 1010, "Barbara", marca  
 214, "Semira", marca 210, "Kelli's", mar-  
 ca 411, e a godanca da equa 811, —  
 tem contratado dar todas as bens mu-  
 moveis, moveis e semoveis supra des-  
 criptos em pagamento ao Estado de  
 Minas Gerais da quantia de cento e  
 dezeto [centos] seiscentas e oitenta mil  
 duzentas e sessenta e tres reis (118.680.863),  
 impondancia devida pelas outorgantes  
 ao Banco Hypothecario e Agricola do Es-  
 tado de Minas Gerais, com fianca e re-  
 sponsabilidade do outorgado e que  
 este paga neste mesmo acto a aquelle  
 credor, por meio de uma ordem ou re-  
 quisicao contra o thesouro desse Estado.  
 Os outorgantes cedem e transferem para  
 a pessoa do outorgado, deo Estado de  
 Minas Gerais, todo o seu direito de pro-  
 priidade e de posse, esta pela clausula

considerada, sobre todos os bens que são  
 objecto da presente doação em paga-  
 mento. Disseram mais as arrendatárias,  
 em presença das mesmas testemunhas,  
 que o imóvel era alienado ao arren-  
 dado por elles adquirido por com-  
 pra do doutor Manoel Thomaz de Car-  
 valho Brito e sua mulher, por escriptu-  
 ra publica de arto (8) de julho de mil  
 novecentos e treze (1913), lavrada em  
 as no das do tabelião Dinis de Mendonça,  
 desta Capital, e deim as seguintes con-  
 fronteiras: da por deim que vai da  
 sede da fazenda do "Diadema" para o Ma-  
 tado, atravessa o ribeirão pela cerca de  
 arame farpado e vai até o arto encau-  
 tivar a cerca do Antonio Elias. Nesse tra-  
 jecto a fazenda confronta com a an-  
 tiga fazenda da Dapira, em common.  
 Da cerca do Antonio Elias, segue pela es-  
 grada acompanhando a mesma cerca  
 pelo arto do espigão até o arto do ma-  
 do, onde deixa a cerca de arame, desce  
 o espigão abaixo até o canteiro arto da Es-  
 trada de Ferro. Em toda esta linha

confronta com terrenos de Antonio Elias.  
 Do cante da Estrada de Ferro segue a li-  
 nha feneça até o ribeirão do Machado. Dahi,  
 ribeirão acima, confrontando com ter-  
 ras do Dr. Meira até o valle do lado op-  
 posto do ribeirão, dividido com terras  
 do mesmo Dr. Meira; pelo valle acima  
 atravessa a estrada de Pedro Le-  
 gado para a Fazenda até o alto  
 na estrada que de Pedro Legado  
 vai para a Fazenda do Urubui, con-  
 frontando até ali com as terras de  
 Dr. Meira. Do alto seguindo a estrada  
 pela cerca de arame á esquerda até  
 o correjo do Simentes nos fundos da  
 casa do José do Guindo, confrontando  
 em toda esta linha com terras de Manoel An-  
 tonio. Atravessa o correjo acompanhando  
 o valle e cerca de arame até encontrar  
 no alto do espigão as divisas da velha  
 Fazenda da Barra, confrontando em todo  
 este trecho com José do Guindo. Dahi desce  
 o valle até a gradeira do Machado, que  
 serviu de ponto de partida. Pelo caminho  
 do Estado de Minas Gerais, que se en-

cionado representando legal, me foi tam-  
 bem dito, durante das mesmas desdemunhas,  
 que accorreu a presente dazad em ju-  
 gamento da fazenda referida, com do-  
 das as beneficiarias, accessões, accessarios  
 e annuaes acima declarados, desde já  
 se dando por nella empessado pela  
 clausula conditio, e que da com au-  
 tergantes a dazad Hans Janssen, Bruno  
 Janssen e sua mulher quidazad au re-  
 ferida divida de cento e dez e cinco  
 seiscentos e oitenta mil duzentos e ses-  
 senta e tres reis (118.680\$263), da qual  
 era elle o tergado fiador e neste acto  
 quizo ao credor a dazad Banco Hypothecario e Agricola do Estado de Minas Ge-  
 rais, como acima se declara. Neste acto  
 compareceu tambem, perante mim Ju-  
 bellião, o Banco Hypothecario e Agricola  
 do Estado de Minas Gerais, estabe-  
 lido nesta Capital e representado  
 por seu Director-Presidente, a dazad  
 Estevam Heide de Albuquerque Pinto, re-  
 conhecido pelo proprio de mim Ju-  
 bellião e das desdemunhas referidas,

perante as quaes por elle me foi dito  
 que sendo credor das outorgadas  
 e do outorgado pela referida quancia  
 de cento e dezaeto centos seiscentas e  
 aitenha mil duzentas e sessenta e  
 tres réis (118:6808263), saldo do em-  
 prestimo feito a aquelles com respos-  
 sabilidade e fiqua do outorgado, e  
 tendo recebido desde ultimo a impor-  
 tancia respectiva, neste acto e na forma  
 acima declarada, dá ao mesmo pleito  
 e geral quitação da sua responsabi-  
 lidade, exonera os bens ora alienados  
 da hypotheca que os gravava e que  
 foi constituida em favor do dito  
 Banco pela mesma escritura de  
 acto (8) de julho de mil novecentas  
 e treze (1913), em nome do Tabelião  
 Silvio de Albuquerque, desta Capital,  
 autorizando, como autoriza, o can-  
 cellamento da hypotheca, extinta da  
 nos termos do presente condicção.  
 Assim o dissevem, outorgavam e  
 accetavam, do que deu fe', e me  
 pediram lhas lavourasse esta em

minhas notas, o que fiz em virtude  
 de go em rasão do meu officio e por  
 me haver sido distribuida. Sem im-  
 postos, por não serem devidos, ex-vi do  
 artigo 56 n. 1 do Regulamento a que  
 se refere o Decreto n. 1498 de 11 de Ma-  
 rço de 1805. - Escripda esta e lida ás  
 partes, a accedavam e assignam com  
 as testemunhas doutor Domingos da  
 Rocha Vianna e Francisco Vidua Gomes,  
 que tambem a ouviram ler, do que  
 dou fe. Eu, José Ferreira de Carvalho,  
 Tabelião, a escrevi e assigno. José Fer-  
 reira de Carvalho. - Em tempo: Pelas  
 subargantes me foi ainda declarado,  
 em presença das testemunhas, que  
 as cem (100) cabeças de gado cavallar,  
 parte meio sangue arabe e parte  
 de raça nacional, comprehendidas  
 na presente assignação em pagamento,  
 são todas as que existirem na re-  
 ferida fazenda do "Praduelo". - lida  
 esta novamente ás partes, a acci-  
 tavam e assignam com as teste-  
 munhas doutor Domingos da Rocha

Vianna e Francisco Vidal Gomes, que  
 tambem a enviram lrs, do que sendo  
 dou se. Eu, Jose' Ferreira de Carvalho,  
 Tabelião, a escrevi e assigno. Jose' Fer-  
 reira de Carvalho. Bello Horizonte, 14  
 de Julho 1917. (aa) Hans Janssen. Er-  
 nesto Janssen. Heitor de Souza.  
 Estevam Heide de Albuquerque Pinho.  
 Dominges da Roda Vianna. Francisco  
 Vidal Gomes. Traducida na mes-  
 ma data. Eu, Jose' Ferreira de Car-  
 valho, Tabelião, o escrevi e assigno  
 em publico e caso.



Em cart. de arrendade

O Tabelião Jose' Ferreira de Carvalho

Certifico lros. emulado a impri-  
 presso sob n.º 75, a folhas 29 do  
 Livro n.º 2 do Livro Especial, que  
 governa os imóveis em virtude  
 desta escritura, e para tanto litta  
 Opeido e verdade atzuecanda  
 de canellament, na casa dos "Arriba  
 Cas", dou se. Paulo Lima, 28 de



Julho de 1917 Official  
 Alvará de Inscrição

N.º . . . . . 1402 } do Protocollo  
 Pág. — 13 } N.º 1 H

Apresentado em 12 de Junho de 1917

Julho de 1917 Official

Alvará de Inscrição

Registrado sob n.º 1869 do Livro n.º

36 de Transcricção dos Immoveis

a paginas 20 e 21. Santa Lucia, 28 de

Julho de 1917. Official do hypotecario

Alvará de Inscrição

Reg. Rec. Ins. Extr. e Subs. 514300 1917

Segun esse officio a p. 7. 1917

**ANEXO C – A Fazenda modelo em imagens**



**Entrada da Fazenda Modelo, anos 1950  
Fonte: Arquivo Geraldo Leão, 2012**



**Entrada da Fazenda Modelo, anos 1950  
Fonte: Arquivo Geraldo Leão, 2012**



**Vista da Cavalaria nos anos 1950**  
**Fonte: Arquivo Geraldo Leão, 2012**



**Caminhos de vegetação. Utilizados para contemplação e lazer da comunidade**  
**Fonte: Escola de Veterinária UFMG, 2012**



**Casa Sede – Centro de Convivência. Local de convivência que apresenta em sua estrutura diversas salas, utilizadas para reuniões e aulas**  
**Fonte: Escola de Veterinária UFMG, 2012**



**Casa Sede**  
**Fonte: Foto do autor, 2012**



**Centro Cultural Chico Xavier. Centro Cultural Chico Xavier**  
**Fonte: Escola de Veterinária UFMG, 2012**



**Centro Cultural Chico Xavier**  
**Fonte: Foto do autor, 2012**



**Curral de Bovinos. No local é realizada ordenha mecânica**  
**Fonte: Escola de Veterinária UFMG, 2012**



**Garagem e Oficina Mecânica.**  
**Fonte: Escola de Veterinária UFMG, 2012**



**Chico Xavier de terno preto com os colegas de trabalho na Fazenda Modelo. Dr. Rômulo Joviano – diretor da Fazenda nos anos 1950 - de camisa e gravata, com cabelos grisalhos, está de pé, ao centro.  
Fonte: Arquivo Geraldo Leão, 2012**



**O jovem Chico Xavier com Dr. Rômulo Joviano, a esposa e a filha na Fazenda Modelo, em Pedro Leopoldo, nos anos 1950  
Fonte: Arquivo Geraldo Leão, 2012**



**Casa onde funciona o museu Chico Xavier**  
**Fonte: Foto do autor, 2012**



**Casa onde funciona o museu Chico Xavier por outro ângulo**  
**Fonte: Foto do autor, 2012**





**Da esquerda para direita o autor Murilo Luiz Gentil de Oliveira e outros pesquisadores deixando a Fazenda Modelo**  
**Fonte: Foto do autor, 2011**